



24371/2025 -- 11/02/2025 1
Requerente: SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Assunto: PEDIDO DE MATERIAL Nº002/2025

[illegible]

(Processo Apensado)

[illegible]

PMSPA
Proc Nº 2437/25
Folha Nº 02
Rub 12



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PEDIDO DE MATERIAL Nº 002/2025

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Serviços Públicos						
ITEM	QTDE.	UNID.	FICHA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1,00	PÇ	616	CARDAN WEASLER 55EBL DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	R\$ 5.174,00	R\$ 5.174,00
2	2,00	PÇ	616	RETENTOR NITRÍLICA 8500.13000B - 70 SHORE A - VEDAX - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.	R\$ 210,00	R\$ 420,00
3	2,00	PÇ	616	ROLAMENTO 1ª LINHA 30214 J - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	R\$ 240,00	R\$ 480,00
4	1,00	PÇ	616	PEÇA DE REPOSIÇÃO PTU 300 - CORREIA SUPER HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	R\$ 1.592,00	R\$ 1.592,00
5	1,00	PÇ	616	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	R\$ 146,00	R\$ 146,00
6	4,00	PÇ	616	FACA PTU 300 228X114X15,8 - Faça Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	R\$ 850,00	R\$ 3.400,00
7	16,00	PÇ	616	PARAF SEXT MA DIN 933 P2,0 10.9 ET M16X60 - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	R\$ 5,00	R\$ 80,00

8	1,00	PÇ	616	ENGATE KS830AO10D 50MM BALL PARA 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	R\$ 6.900,00	R\$ 6.900,00
Valor Estimado:						R\$ 18.192,00

Fonte de Consulta: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS

Aplicação do material/serviço e justificativa

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal para a solução de resíduos de podas com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixa o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Principal Aplicação:

Triturar arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas, galhos

Declaro que a despesa solicitada possui adequação orçamentária e financeira.

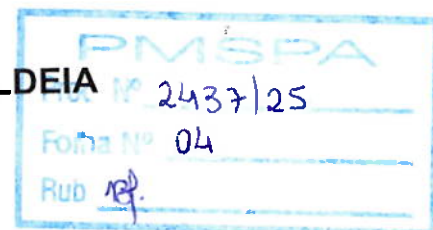
DATA	RESPONSÁVEL PELO PEDIDO	SECRETÁRIO
10/03/2025	<i>Bianca J. F. F. F.</i>	<i>[Assinatura]</i> Antonio Pereira Teixeira Secretário Municipal de Meio Ambiente Nº 37874

PMSPA
Proc Nº 2437/25
Folha Nº 03
Rubrica *[Assinatura]*



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia



Requisição de Materiais e/ou Serviços

Nº SN319/2025

Encaminho a V. Exª, para autorização, requisição para:

() Aquisição de Material () Obras e Serviços de Engenharia () Serviço conforme especificação (X) Outros

Unidade: P.C.S. Data Solicitação: 17/03/2025 9:28:26 Espécie: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO Forma de Entrega: Imediata
PMSPA 11/2025 SRP: Processo Licitação:
Secretaria / Local Não

Local de Entrega
RUA LECI PEREIRA DE SOUZA, Nº 8, BALNEÁRIO DAS CONCHAS - SAO PEDRO ALDEIA - SEC. SER

Objeto:

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de podas com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para retornar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

	Código	Produto:	Medida	Qtde
1	2201338	CORREIA DE TRANSMISSÃO (CLASSE 1ª LINHA)	UNI	1,0000
Descr.:				
2	420629	EIXO DE TRANSMISSÃO	unid	1,0000
Descr.:				
3	2201335	ENGATE ESFÉRICO DE 50MM	UNI	1,0000
Descr.:				
4	2201337	FACA INDUSTRIAL DE CORTE	UNI	4,0000
Descr.:				
5	2201336	PARAFUSO SEXTAVADO COM ROSCA MÉTRICA	UNI	16,0000
Descr.:				
6	2201147	PONTEIRA MENOR	UNI	1,0000
Descr.:				
7	2201340	RETENTOR DE BORRACHA NITRÍLICA	UNI	2,0000
Descr.:				
8	2201339	ROLAMENTO DE ALTA QUALIDADE (CLASSE 1ª LINHA)	UNI	2,0000
Descr.:				

Anexos?

Não possui

Justificativa:

Bianca Soares Motta
Solicitante (Assinatura/Carimbo/Matrícula)

mat: 44.165

RAMUNDO PEREIRA TEIXEIRA
Responsável Centro de Custo

Ordenador de Despesas

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 05
Rub. 01

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA
ATENDER AS NECESSIDADES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS
PÚBLICOS.

1. Secretaria Responsável

Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

2. Disposições preliminares

Este estudo técnico preliminar (ETP) é um documento que constitui a primeira etapa para a solução do problema: Contratação de empresa para fornecimento de peças, para atender as necessidades de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, a fim de mantê-los em condições ideais de funcionamento.

O estudo pretende evidenciar a necessidade, apontando a melhor solução para a Administração Pública Municipal, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da aquisição.

Para tanto, buscou-se organizar a forma de apresentação dos itens considerados obrigatórios, seguindo a Lei Federal nº 14.133/2021. Tal instrumento também traz algumas considerações sobre as regras, que poderão subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

3. Objeto(s) para aquisição/contratação

Para resolução do problema ora indicado, inicialmente sinalizamos as seguintes soluções:

- a) Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos.
- b) Contratação de empresa especializada em manutenção e fornecimento de peças do equipamento de picador e triturador de galhos.

Com intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e a manutenção adequada do patrimônio público se faz necessário a aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos possui em seu quadro técnico o responsável de manutenção do equipamento, resultando em uma manutenção ágil e satisfatória, a fim de evitar a paralisação do equipamento. Sendo assim, a opção "b" é inviável, sendo, portanto, indicada a viabilidade de fornecimento de peças para a Secretaria Municipal de Serviços Públicos mais vantajosa por ter um melhor custo-benefício.

Dessa forma, indicamos a necessidade da contratação de empresa habilitada no fornecimento de peças, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

4. Justificativa/Necessidade da aquisição ou contratação

Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Para elaboração do referido estudo, foram levados em consideração que não houve processo licitatório para aquisição do objeto em questão.

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações – PAC 2024 e 2025.

5. Levantamento de Mercado:

O objeto que se pretende adquirir é considerado essencial, e contém as características usuais de mercado, sendo possível sua contratação por procedimento licitatório, conforme legislação pertinente.

A contratação enquadra-se como aquisição de bens com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6, inciso XIII, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021.

Destaca-se que a escolha da modalidade, seja pela Lei Federal nº. 14.133/2021 por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global,

6. Requisitos da Contratação

6.1. PARA TODOS OS ITENS:

A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

A contratada obriga-se a:

- Em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- As peças fornecidas devem ser originais, garantindo a durabilidade, segurança e eficiência do equipamento.
- Obriga-se a fornecer o material descrito na especificação do objeto, de primeira qualidade, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não estejam em conformidade com as referidas especificações.
- Todas as despesas relativas à entrega e transporte, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do presente objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- Comunicar à administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Responsabilizar-se-á pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão eletrônico e julgamento por preço global, conforme artigo 6º, inciso XLI da Lei 14.133 de 2021.

A aquisição deve conter as normas de sustentabilidade.

DA GARANTIA

Os produtos, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05(cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem ampliar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Estudo Técnico Preliminar, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

6.2 Das entregas

O objeto licitado deverá ser fornecido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, através de remessa única no seguinte endereço:

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892

7. Estimativa da quantidade com memória de cálculo

Para o dimensionamento dos quantitativos, foi levado em consideração o equipamento pertencente a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, junto a análise técnica realizada pelo responsável técnico de manutenção, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	TOTAL
1	EIXO DE TRANSMISSÃO	PÇ	1,00
2	RETENTOR DE BORRACHA NITRÍLICA (CLASSE 1ª LINHA)	PÇ	2,00
3	ROLAMENTO DE ALTA QUALIDADE (1ª LINHA)	PÇ	2,00
4	CORREIA DE TRANSMISSÃO (CLASSE 1ª LINHA)	PÇ	1,00
5	PONTEIRA MENOR	PÇ	1,00
6	FACA INDUSTRIAL DE CORTE	PÇ	4,00
7	PARAFUSO SEXTAVADO COM ROSCA MÉTRICA (CLASSE 1ª LINHA)	PÇ	16,00
8	ENGATE ESFÉRICO DE 50MM	PÇ	1,00

Cabe ressaltar que o histórico das contratações anteriores já foi informado no item 4 Justificativa/Necessidade da aquisição ou contratação deste ETP.

8. Estimativa inicial do valor da contratação

Para estimativa inicial do valor da contratação, foi realizada consulta e concluída no dia 27/01/2025 por cotação de preço de mercado, utilizando-se da descrição dos itens, sendo utilizado para o cálculo o valor por item, onde o valor estimado para a presente aquisição alcançou o montante de **R\$ 18.192,00** (Dezoito mil e cento e noventa e dois reais).

Há de se destacar que a estimativa está sendo considerada apenas para estudos da viabilidade de contratação, cabendo a Comissão de Análise e Captação de Preços a estimativa do valor final da licitação.

9. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art.40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economicidade de escala.

Considerando que a licitação será julgada por menor preço, por ser tratar de uma aquisição de bens comuns e suas composições já estarem dimensionadas para a execução em um período pré determinado, para este presente estudo não é viável o parcelamento da contratação.

Tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada, a contratação será única, em um valor previsto de R\$ 18.192,00, conforme o consequente orçamento.

10. Solução/Resolutividade

Espera-se que a contratação atenda às necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos conforme justificativa do presente ETP.

11. Necessidade de contratação correlata

Não se verificam contratações correlatadas nem interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre contratação e planejamento

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, em conformidade com o Decreto Municipal n.188/2022, havendo disponibilidade orçamentária.

13. Providências a serem adotadas

Não há providências adicionais e urgentes a serem adotadas,

A administração da Secretaria de Serviços Públicos, tomará as seguintes providências:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão do contrato;
- A equipe de fiscalização e gestão do contrato fará a conferência do recebimento, armazenamento adequado e condições apropriadas para garantir a integridade dos itens.

14. Resultados esperados

Espera-se que a contratação atenda às necessidades da Secretaria Municipal conforme justificativa do presente ETP.

15. Possíveis impactos ambientais

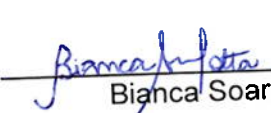
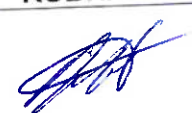
Diante da natureza da contratação e, tendo em vista que o fornecimento dos bens não suscita prejuízos ambientais, estando, portanto, de acordo com as regras de sustentabilidades vigentes.

16. Declaração de viabilidade

Declaramos que esta contratação é **viável**, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

São Pedro da Aldeia, 14 de março de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETARIA(O)	MATRÍCULA	RUBRICA
 Raimundo Pereira Teixeira	37.874	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 11
Rub. 12

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.437/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QUANT	UND	ESPECIFICAÇÃO
1	1	PÇ	EIXO DE TRANSMISSÃO
2	2	PÇ	RETENTOR DE BORRACHA NITRÍLICA (CLASSE 1ª LINHA)
3	2	PÇ	ROLAMENTO DE ALTA QUALIDADE (CLASSE 1ª LINHA)
4	1	PÇ	CORREIA DE TRANSMISSÃO (CLASSE 1ª LINHA)
5	1	PÇ	PONTEIRA MENOR
6	4	PÇ	FACA INDUSTRIAL DE CORTE
7	16	PÇ	PARAFUSO SEXTAVADO COM ROSCA MÉTRICA
8	1	PÇ	ENGATE ESFÉRICO DE 50MM

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, podendo ser formalizado nos termos de contrato, tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Ainda, o presente Termo de Referência foi elaborado conforme estudo de viabilidade através do estudo técnico preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Anual Contratações 2024 e 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos itens mencionados na tabela acima, são materiais necessários na manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, com o intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e manutenção adequada do patrimônio público. Uma vez que o equipamento é utilizado pela Secretaria Municipal de Serviço Público a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

3.2. Segundo a publicação da Infasul postada em 08/01/2020, a vida útil do equipamento de picador e triturador de galhos apresentam um período de 10 a 15 anos, porém é preciso realizar a manutenção para manter a ordem e funcionamento do equipamento por meio de intervenções corretas e oportunas.
Existem três tipos de manutenção: corretiva, preventiva e preditiva:

- A corretiva é dividida em planejada, que após o problema identificado é realizada em intervalos, enquanto o picador não está sendo utilizado, e a não planejada, a qual é feita a manutenção imediatamente após o problema ser identificado.
- A manutenção preventiva baseia-se em criar uma rotina baseada na programação do calendário de manutenção de reparações básicas de cada parte do picador, como limpeza, aferição, lubrificação e calibragem, prevenindo falhas.
- A preditiva utiliza-se de métodos diferentes da preventiva, mas tem o mesmo princípio. Essa manutenção realiza inspeções e testes para a avaliação das partes de um picador e identificar suas irregularidades, para assim, programar sua manutenção.

3.3. Porquanto, desde a aquisição do equipamento de picador e triturador no ano de 2021, nunca houve a substituição dos itens acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando assim determinado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892

5.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.8. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

5.9. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.10. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Os produtos serão estocados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material, observando-se as regras de empilhamento máximo do produto, e demais informações de guarda do fabricante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 18.192,00 (dezoito mil e cento e noventa e dois reais), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

11.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Serviços Públicos:
Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125,
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00
Ficha: 616

São Pedro da Aldeia, 14 de março de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
 Raimundo Pereira Teixeira	37.874	

**Lippel Engenharia e Equipament**

Rodovia SC 108
NOVA TRENT
CNPJ.....: 23.691.899/0001-31
Fone/Fax: (47)3534-4026 /
e-mail.....:

SC

CEP.....: 88270-000

Inscr.Est.....: 25.781.709-3

Cx.Postal.....: 0

PEDIDO NR...: 47.350

EMISSÃO.: 27/01/2025

Cliente.....: 9.366 Município de São Pedro da Aldeia 28.909.604/0001-74
Endereço....: Rua Marques da Cruz 61 Centro
Cidade/CEP: SÃO PEDRO DA ALDEIA RJ 28940-970 País: Brasil
Fone/Fax....: (22) 2621-1559 /
Vendedor....: 75 Igor Schmidt
Cond.Pgto...: 006 30 Dias
Cobrança....: Pagamento via Pix, Depósito ou Boleto Bancário.

Transação Serviço:
Transação Produto: 90101 Entrada de Pedido de Orçamento

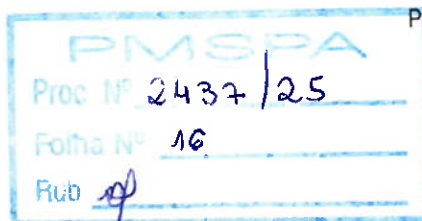
Transport...: 0

Redespacho:

Entrega.....:

Moeda.....: 01 Real

Observação:



Por conta do emitente (P.

Produto	Descrição do Produto	Seq.Item	U.M.	Data Entrega	Qtd.Ped.	Vlr Unitário	Vlr Produtos	Vlr Desc.	% IPI	% ICMS
PE10000000.207	Cardan Weasler 55EBL Drive shaft (cód. Turotest 262-28365) - ÚNICA	1	PC	27/01/2025	1,00	5.174,00000	5.174,00	0,00	0,00	12,00
PE00000329.002	Retentor nitrilica 8500.13000B - 70 shore A- Vedax - ÚNICA	2	PC	27/01/2025	2,00	210,00000	420,00	0,00	0,00	12,00
PE00000329.001	Rolamento 1º linha 30214 J - ÚNICA	3	PC	27/01/2025	2,00	240,00000	480,00	0,00	0,00	12,00
PE00016716.002	Peça de reposição PTU 300 - Correia super HC 5V 5 x 900 - ÚNICA	4	PC	27/01/2025	1,00	1.592,00000	1.592,00	0,00	0,00	12,00
0014.119.037P0	Ponteira menor	5	PC	27/01/2025	1,00	146,00000	146,00	0,00	0,00	12,00
0039.800.023P0	Faca PTU-300 228x114x15,8 - ÚNICA	6	PC	27/01/2025	4,00	850,00000	3.400,00	0,00	0,00	12,00
PE20000000.312	Paraf sext MA DIN 933 P2,0 10.9 ET M16X60	7	PC	27/01/2025	16,00	5,00000	80,00	0,00	0,00	12,00
PE00000000.095	Engate KSB30AO10D 50mm Bal para 2300KGS	8	PC	27/01/2025	1,00	6.900,00000	6.900,00	0,00	0,00	4,00

**Lippel Engenharia e Equipament**

Rodovia SC 108

NOVA TRENTO

CNPJ.....: 23.691.899/0001-31

Fone/Fax: (47)3534-4026 /

e-mail.....:

SC

CEP.....: 88270-000

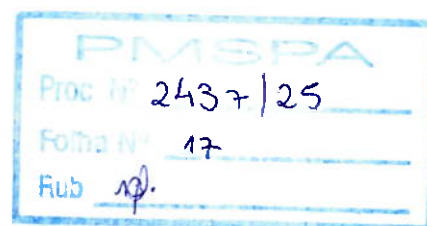
Inscr.Est.....: 25.781.709-3

Cx.Postal.....: 0

Valor Produtos.....:	18.192,00	Valor Serviços.....:	0,00
Valor Desconto.....:	0,00	Valor ISS.....:	0,00
Valor IPI.....:	0,00	Valor IRRF.....:	0,00
Valor ICMS.....:	1.631,04		
Valor Frete.....:	0,00		
Valor Seguro.....:	0,00		
Valor Liquido.....:	18.192,00		
Observações.....:			

Lippel Engenharia e Equipamentos Eireli - ME

Assinatura do cliente



São Pedro da Aldeia, 17 de março de 2025.

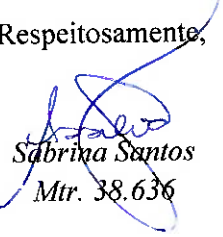
A Comissão de Captação de Preços

Considerando que o objeto se encontra contemplado no **PCA 2025**, e a **SEPUB** que é a única secretaria requisitante desse objeto.

	OBJETO	ÁREA REQUISITANTE	JUSTIFICATIVA PARA A DESPESA	CATEGORIA DA SOLUÇÃO	CONDIÇÃO DA CONTRATAÇÃO	VALOR ESTIMADO	CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA	GRAU DE PRIORIDADE	DATA PREVISTA PARA LICITAÇÃO/PROLONGAÇÃO
23	Aquisição de faixas e placas para identificação	SEPUB	Necessárias para manutenção de deck, parquinhos etc.	MATERIAL DE CONSUMO	NOVA CONTRATAÇÃO	R\$ 15.000,00	CUSTEIO	ALTO	13/03/2025

Considerando que o valor estimado converge com o contratado, encaminho o p.p. para o seu regular prosseguimento, encaminho o p.p. para a Comissão de Captação e Análises de Preços para orçamento estimado em planilhas de quantitativos que expresse a estimativa de preços, mediante consulta no Pannel de Preços, Banco de Preços e Mercado, e apresentação das devidas justificativas, consulta a sistema de custos ou quaisquer parâmetros que tenham sido utilizados para confecção do orçamento estimado.

Respeitosamente,


Sabriana Santos
Mtr. 38.636

À
Secretaria de Serviços Públicos

São Pedro da Aldeia, 18 de março 2025.

Tendo em vista que na requisição faltou incluir, no campo das descrições, as especificações de cada item solicitado conforme descrito no pedido inicial, informo que os itens que seguem no Estudo Técnico e no Termo de Referência devem ser apresentados na mesma sequência alfabética da requisição. Como o processo ainda está em sua fase inicial, entende-se que as páginas corrigidas poderão ser substituídas, desde que isso seja informado no parecer de retorno. Essa medida deverá ser observada nos próximos processos.

Atenciosamente,

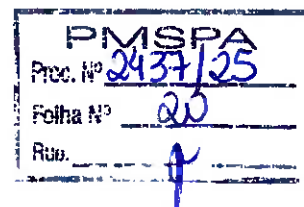

Maria da Cruz Barbosa
Matrícula 38.635

A
Selicc,

segue acertos em anexo as fls.
20 a 35.

em 20/03/2025

Verônica Antunes
Mat 10446



Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Serviços Públicos						
ITEM	QTDE.	UNID.	FICHA	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1,00	PÇ	616	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	R\$ 5.174,00	R\$ 5.174,00
2	1,00	PÇ	616	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	R\$ 1.592,00	R\$ 1.592,00
3	1,00	PÇ	616	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	R\$ 6.900,00	R\$ 6.900,00
4	4,00	PÇ	616	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	R\$ 850,00	R\$ 3.400,00
5	16,00	PÇ	616	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	R\$ 5,00	R\$ 80,00
6	1,00	PÇ	616	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	R\$ 146,00	R\$ 146,00
7	2,00	PÇ	616	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.	R\$ 210,00	R\$ 420,00
8	2,00	PÇ	616	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	R\$ 240,00	R\$ 480,00
Valor Estimado:						R\$ 18.192,00

Fonte de Consulta: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS

Aplicação do material/serviço e justificativa

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal para a solução de resíduos de podas com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixa o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Principal Aplicação:

Triturar arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas, galhos

Declaro que a despesa solicitada possui adequação orçamentária e financeira.

DATA	RESPONSÁVEL PELO PEDIDO	SECRETÁRIO
19/03/2025	Bianca F. P. - Mat: 44.165	

Raimundo Pereira Teixeira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr. 37874

PMSPA	
Proc. Nº	24371/25
Folha Nº	25
Rua	Q



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia

PMSPA
Proc. Nº 2431/25
Folha Nº 22
Rua. 9

Requisição de Materiais e/ou Serviços

Nº SN319/2025

Encaminho a V. Exª, para autorização, requisição para:

() Aquisição de Material () Obras e Serviços de Engenharia () Serviço conforme especificação (X) Outros

Unidade: P.C.S. Data Solicitação: Espécie. Forma de Entrega:
PMSPA 11/2025 17/03/2025 9:28:26 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO Imediata
Secretaria / Local SRP: Processo Licitação:
Não

Local de Entrega
RUA LECI PEREIRA DE SOUZA, Nº 8, BALNEÁRIO DAS CONCHAS - SÃO PEDRO ALDEIA - SEC. SER

Objeto:

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de podas com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para retornar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Item	Código	Produto:	Medida	Qtde
1	2201468	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	PÇ	1,0000
Descr.:				
2	2201465	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V duplo, acionamento para as polias da transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1,200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	PÇ	1,0000
Descr.:				
3	2201461	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de rebouque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistências, mínimo trava para engate.	PÇ	1,0000
Descr.:				
4	2201463	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	PÇ	4,0000
Descr.:				
5	2201462	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10,9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica classe de resistência em aço especial 10,9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavado para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	PÇ	16,0000
Descr.:				
6	2201464	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	PÇ	1,0000
Descr.:				
7	2201467	RETENTOR NITRILICA - Retentor de Borracha Nitrilica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrilica com dureza de 70 A, sendo para vedação entre mancal e rolamento.	PÇ	2,0000
Descr.:				
8	2201466	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	PÇ	2,0000
Descr.:				

Anexos?

Não possui

Justificativa:

Bianca Soares Moffa - Matr: 44.165
Solicitante (Assinatura/Carimbo/Matrícula)

RAIMUNDO PEREIRA TEIXEIRA
Responsável Centro de Custos

Raimundo Pereira Teixeira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr. 37874

Ordenador de Despesas

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

1. Secretaria Responsável

Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

2. Disposições preliminares

Este estudo técnico preliminar (ETP) é um documento que constitui a primeira etapa para a solução do problema: Contratação de empresa para fornecimento de peças, para atender as necessidades de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, a fim de mantê-los em condições ideais de funcionamento.

O estudo pretende evidenciar a necessidade, apontando a melhor solução para a Administração Pública Municipal, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da aquisição.

Para tanto, buscou-se organizar a forma de apresentação dos itens considerados obrigatórios, seguindo a Lei Federal nº 14.133/2021. Tal instrumento também traz algumas considerações sobre as regras, que poderão subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

3. Objeto(s) para aquisição/contratação

Para resolução do problema ora indicado, inicialmente sinalizamos as seguintes soluções:

- a) Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos.
- b) Contratação de empresa especializada em manutenção e fornecimento de peças do equipamento de picador e triturador de galhos.

Com intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e a manutenção adequada do patrimônio público se faz necessário a aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos possui em seu quadro técnico o responsável de manutenção do equipamento, resultando em uma manutenção ágil e satisfatória, a fim de evitar a paralisação do equipamento. Sendo assim, a opção "b" é inviável, sendo, portanto, indicada a viabilidade de fornecimento de peças para a Secretaria Municipal de Serviços Públicos mais vantajosa por ter um melhor custo-benefício.

Dessa forma, indicamos a necessidade da contratação de empresa habilitada no fornecimento de peças, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

4. Justificativa/Necessidade da aquisição ou contratação

Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Para elaboração do referido estudo, foram levados em consideração que não houve processo licitatório para aquisição do objeto em questão.

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações – PAC 2024 e 2025.

5. Levantamento de Mercado:

O objeto que se pretende adquirir é considerado essencial, e contém as características usuais de mercado, sendo possível sua contratação por procedimento licitatório, conforme legislação pertinente.

A contratação enquadra-se como aquisição de bens com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6, inciso XIII, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021.

Destaca-se que a escolha da modalidade, seja pela Lei Federal nº. 14.133/2021 por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

6. Requisitos da Contratação

6.1. PARA TODOS OS ITENS:

A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo

com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

A contratada obriga-se a:

- Em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- As peças fornecidas devem ser originais, garantindo a durabilidade, segurança e eficiência do equipamento.
- Obriga-se a fornecer o material descrito na especificação do objeto, de primeira qualidade, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não estejam em conformidade com as referidas especificações.
- Todas as despesas relativas à entrega e transporte, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do presente objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- Comunicar à administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Responsabilizar-se-á pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão eletrônico e julgamento por preço global, conforme artigo 6º, inciso XLI da Lei 14.133 de 2021.

A aquisição deve conter as normas de sustentabilidade.

DA GARANTIA

Os produtos, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra

defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05(cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem ampliar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Estudo Técnico Preliminar, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

6.2 Das entregas

O objeto licitado deverá ser fornecido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, através de remessa única no seguinte endereço:

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892

7. Estimativa da quantidade com memória de cálculo

Para o dimensionamento dos quantitativos, foi levado em consideração o equipamento pertencente a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, junto a análise técnica realizada pelo responsável técnico de manutenção, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.
1	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	PÇ	1,00
2	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	PÇ	1,00
3	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	PÇ	1,00

4	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	PÇ	4,00
5	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	PÇ	16,00
6	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	PÇ	1,00
7	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.	PÇ	2,00
8	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	PÇ	2,00

Cabe ressaltar que o histórico das contratações anteriores já foi informado no item 4 Justificativa/Necessidade da aquisição ou contratação deste ETP.

8. Estimativa inicial do valor da contratação

Para estimativa inicial do valor da contratação, foi realizada consulta e concluída no dia 27/01/2025 por cotação de preço de mercado, utilizando-se da descrição dos itens, sendo utilizado para o cálculo o valor por item, onde o valor estimado para a presente aquisição alcançou o montante de **R\$ 18.192,00** (Dezoito mil e cento e noventa e dois reais).

Há de se destacar que a estimativa está sendo considerada apenas para estudos da viabilidade de contratação, cabendo a Comissão de Análise e Captação de Preços a estimativa do valor final da licitação.

9. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art.40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economicidade de escala.

Considerando que a licitação será julgada por menor preço, por ser tratar de uma aquisição de bens comuns e suas composições já estarem dimensionadas para a

execução em um período pré determinado, para este presente estudo não é viável o parcelamento da contratação.

Tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada, a contratação será única, em um valor previsto de R\$ 18.192,00, conforme o consequente orçamento.

10. Solução/Resolutividade

Espera-se que a contratação atenda às necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos conforme justificativa do presente ETP.

11. Necessidade de contratação correlata

Não se verificam contratações correlatadas nem interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre contratação e planejamento

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, em conformidade com o Decreto Municipal n.188/2022, havendo disponibilidade orçamentária.

13. Providências a serem adotadas

Não há providências adicionais e urgentes a serem adotadas,

A administração da Secretaria de Serviços Públicos, tomará as seguintes providências:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão do contrato;
- A equipe de fiscalização e gestão do contrato fará a conferência do recebimento, armazenamento adequado e condições apropriadas para garantir a integridade dos itens.

14. Resultados esperados

Espera-se que a contratação atenda às necessidades da Secretaria Municipal conforme justificativa do presente ETP.

15. Possíveis impactos ambientais

Diante da natureza da contratação e, tendo em vista que o fornecimento dos bens não suscita prejuízos ambientais, estando, portanto, de acordo com as regras de sustentabilidades vigentes.

16. Declaração de viabilidade

Declaramos que esta contratação é **viável**, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

São Pedro da Aldeia, 19 de março de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA(O)	MATRÍCULA	RUBRICA
 Raimundo Pereira Teixeira	37.874	 Raimundo Pereira Teixeira Secretário Municipal de Serviços Públicos Matr. 37874

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 30
Rub. 04

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.437/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1,00	PÇ	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.
2	1,00	PÇ	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.
3	1,00	PÇ	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Estérico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.
4	4,00	PÇ	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.
5	16,00	PÇ	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.
6	1,00	PÇ	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.
7	2,00	PÇ	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.
8	2,00	PÇ	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, podendo ser formalizado nos termos de contrato, tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Ainda, o presente Termo de Referência foi elaborado conforme estudo de viabilidade através do estudo técnico preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Anual Contratações 2024 e 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos itens mencionados na tabela acima, são materiais necessários na manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, com o intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e manutenção adequada do patrimônio público. Uma vez que o equipamento é utilizado pela Secretaria Municipal de Serviço Público a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

3.2. Segundo a publicação da Infasul postada em 08/01/2020, a vida útil do equipamento de picador e triturador de galhos apresentam um período de 10 a 15 anos, porém é preciso realizar a manutenção para manter a ordem e funcionamento do equipamento por meio de intervenções corretas e oportunas.

Existem três tipos de manutenção: corretiva, preventiva e preditiva:

- A corretiva é dividida em planejada, que após o problema identificado é realiza em intervalos, enquanto o picador não está sendo utilizado, e a não planejada, a qual é feita a manutenção imediatamente após o problema ser identificado.
- A manutenção preventiva baseia-se em criar uma rotina baseada na programação do calendário de manutenção de reparações básicas de cada parte do picador, como limpeza, aferição, lubrificação e calibragem, prevenindo falhas.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 32
Rub. 4

- A preditiva utiliza-se de métodos diferentes da preventiva, mas tem o mesmo princípio. Essa manutenção realiza inspeções e testes para a avaliação das partes de um picador e identificar suas irregularidades, para assim, programar sua manutenção.

3.3. Porquanto, desde a aquisição do equipamento de picador e triturador no ano de 2021, nunca houve a substituição dos itens acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando assim determinado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892

5.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.8. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

5.9. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.10. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Os produtos serão estocados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material, observando-se as regras de empilhamento máximo do produto, e demais informações de guarda do fabricante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 18.192,00 (dezoito mil e cento e noventa e dois reais), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

11.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Serviços Públicos:

Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125,

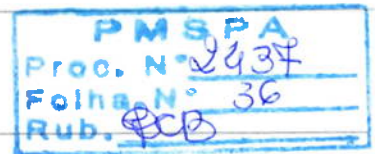
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00

Ficha: 616

São Pedro da Aldeia, 19 de março de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
Raimundo Pereira Teixeira	37.874	 Raimundo Pereira Teixeira Secretário Municipal de Serviços Públicos Mat: 37874

**solicitação de orçamento****De :** orcamento@compras.pmspa.rj.gov.br

qui., 20 de mar. de 2025 09:58

Assunto : solicitação de orçamento

📎 1 anexc

Cc : Amexservicos86@gmail.com, ml-ro@terra.com.br, contato@federaltrading.org, cscjcontabilidade@gmail.com, Mssrefrigeracao vendas <Mssrefrigeracao.vendas@gmail.com>, litacao@engelippel.com.b, altair@altaireconsorcios.com.br, Menerminda18@gmail.com, alexandre@vincitaltda.com.br, administracao@nbx.com.br, jm068@jmainhardt.com.br, brenda andrade <brenda.andrade@masonholdings.com.br>, fdeaquinogalvao@gmail.com, realpecasgoiania@gmail.com, dayane@gmail.com, jonadabetteixeira@gmail.com

Bom Dia!**Prezado(a) Senhor(a),**

Encaminho, em anexo, o arquivo contendo o modelo de orçamento com os itens relacionados para a aquisição de peças para a manutenção do equipamento de picador e triturador de galho. Solicito a gentileza de fornecer orçamento para cumprir com as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à composição do valor estimado do processo, para que possamos dar prosseguimento aos procedimentos licitatórios.

Caso seja possível, pedimos que a resposta seja enviada no prazo de até 5 (cinco) dias, considerando a necessidade de agilizar os trâmites processuais.

Agradeço desde já pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Hilda da Cruz Barbosa
Captação de Preços

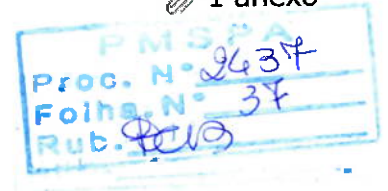
📎 **pedido orcamento- peças triturador.docx**
25 KB

Solicitação de orçamento**De :** orcamento@compras.pmspa.rj.gov.br

qui., 20 de mar. de 2025 12:38

Assunto : Solicitação de orçamento

📎 1 anexo

Cc : vendas03@agripecasmatao.com.br,
gabrielpereirasv@hotmail.com,
neuhausimplementos@outlook.com**Bom Dia!****Prezado(a) Senhor(a),**

Encaminho, em anexo, o arquivo contendo o modelo de orçamento com os itens relacionados para a aquisição de peças para a manutenção do equipamento de picador e triturador de galho. Solicito a gentileza de fornecer orçamento para cumprir com as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à composição do valor estimado do processo, para que possamos dar prosseguimento aos procedimentos licitatórios.

Caso seja possível, pedimos que a resposta seja enviada no prazo de até 5 (cinco) dias, considerando a necessidade de agilizar os trâmites processuais.

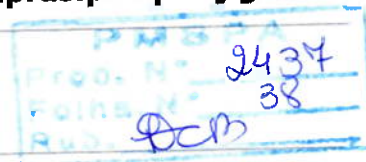
Agradeço desde já pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Hilda da Cruz Barbosa
Captação de Preços

📎 **pedido orcamento- peças triturador.docx**
25 KB

solicitação de orçamento

**De :** orcamento@compras.pmspa.rj.gov.br

qui., 20 de mar. de 2025 14:18

Assunto : solicitação de orçamento

📎 1 anexo

Para : atendimento@baldan.com.br**Bom Dia!****Prezado(a) Senhor(a),**

Encaminho, em anexo, o arquivo contendo o modelo de orçamento com os itens relacionados para a aquisição de peças para a manutenção do equipamento de picador e triturador de galho. Solicito a gentileza de fornecer orçamento para cumprir com as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à composição do valor estimado do processo, para que possamos dar prosseguimento aos procedimentos licitatórios.

Caso seja possível, pedimos que a resposta seja enviada no prazo de até 5 (cinco) dias, considerando a necessidade de agilizar os trâmites processuais.

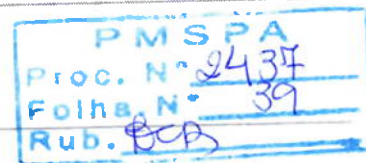
Agradeço desde já pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Hilda da Cruz Barbosa
Captação de Preços

📎 **pedido orcamento- peças triturador.docx**
25 KB

solicitação de orçamento



De : orcamento@compras.pmspa.rj.gov.br

qui., 20 de mar. de 2025 16:58

Assunto : solicitação de orçamento

📎 1 anexo

Cc : victor belo <victor.belo@pianna.com.br>,
aryane@pianna.com.br,
tiagomoreno@pianna.com.br,
vinicius@pianna.com.br, francisco lopes
<francisco.lopes@pianna.com.br>

Boa tarde!

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminho, em anexo, o arquivo contendo o modelo de orçamento com os itens relacionados para a aquisição de peças para a manutenção do equipamento de picador e triturador de galho. Solicito a gentileza de fornecer orçamento para cumprir com as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à composição do valor estimado do processo, para que possamos dar prosseguimento aos procedimentos licitatórios.

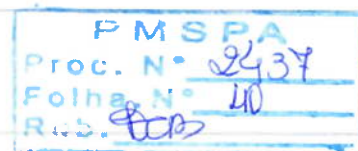
Caso seja possível, pedimos que a resposta seja enviada no prazo de até 5 (cinco) dias, considerando a necessidade de agilizar os trâmites processuais.

Agradeço desde já pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Hilda da Cruz Barbosa
Captação de Preços

📎 **pedido orcamento- peças triturador.docx**
25 KB

Solicitação de Orçamento**De :** orcamento@compras.pmspa.rj.gov.br

sex., 21 de mar. de 2025 11:02

Assunto : Solicitação de Orçamento

1 anexo

Cc : eli@pianna.com.br

São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

Prezado Senhor

Eli Antônio do Nascimento,

Encaminho, em anexo, o arquivo contendo o modelo de orçamento com os itens relacionados. Solicito a gentileza de Vossa Senhoria, nos fornecendo orçamento.

Contamos com a sua gentileza e desde já agradecemos pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Hilda da Cruz Barbosa
Captação de Preços

— **pedido orcamento- peças triturador.docx**
25 KB

2434
41
Deo

Prezado(a) Senhor(a)

Encaminho, em anexo, o arquivo contendo o modelo de orçamento com os itens relacionados. Solicito a gentileza de Vossa Senhoria, nos fornecer o orçamento. Contamos com a sua preciosa gentileza e desde já agradecemos pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Hilda da Cruz Barbosa
Captação de Preços

 **pedido orcamento- peças triturador.docx**

25 KB [Visualizar](#) [Download](#)

De : orcamento@compras.pmspa.rj.gov.br

Assunto : Orçamento

Para : comercial@pianna.com.br

sex., 21 de mar. de 2025 11:22

 1 anexo

Prezado(a) Senhor(a)

Encaminho, em anexo, o arquivo contendo o modelo de orçamento com os itens relacionados. Solicito a gentileza de Vossa Senhoria, nos fornecer o orçamento. Contamos com a sua preciosa gentileza e desde já agradecemos pela atenção dispensada.

Atenciosamente,

Hilda da Cruz Barbosa
Captação de Preços

 **pedido orcamento- peças triturador.docx**

25 KB

PMSPA	
Proc. N°	2434
Folha N°	42
Rub.	000

solicitação de orçamento

De : orcamento@compras.pmspa.rj.gov.br

seg., 24 de mar. de 2025 17:06

Assunto : solicitação de orçamento

📎 1 anexo

Para : dasluz compras <dasluz.compras@gmail.com>

Boa tarde!

Solicito a gentileza de enviar o orçamento para os itens descritos no arquivo anexado.

Atenciosamente

Hilda

— **pedido orcamento- peças triturador.docx**

25 KB

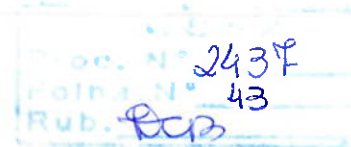


Relatório de Cotação: Proc.2437/2025Peças para o Triturador

Pesquisa realizada entre 19/03/2025 13:54:32 e 26/03/2025 14:50:41

Relatório gerado no dia 26/03/2025 14:50:41 (IP: 136.193.253.214)

Em conformidade com a Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133).



Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa N° 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133), no Artigo 3°, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC. V-Método matemático aplicado para a fixação do valor estimado."

Item 1: CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL	
1 / 1	1	R\$ 3.678,00 (un)	-	R\$ 3.678,00	26,4%	R\$ 3.678,00	
Preço Compras Governamentais	Órgão Público				Identificação	Data Licitação	Preço
1	AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO - BC TRANSITO			36043246000198-1-000100/2024	12/11/2024	R\$ 3.678,00	
Valor Unitário						R\$ 3.678,00	
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 3.678,00				Média dos Preços Obtidos: R\$ 3.678,00			

Item 2: CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	1	R\$ 3.069,51 (un)	-	R\$ 3.069,51	22%	R\$ 3.069,51
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE ITUMBIARA / 104 - MUNICÍPIO DE ITUMBIARA/GO			02204196000161-1-000571/2024	04/10/2024	R\$ 3.069,51
Valor Unitário						R\$ 3.069,51
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 3.069,51				Média dos Preços Obtidos: R\$ 3.069,51		

Item 3: ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Estérico de 50 mm

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 4	1	R\$ 2.584,77 (un)	-	R\$ 2.584,77	18,5%	R\$ 2.584,77
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço

1	00.394.429/0179-33 - MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica Grupamento de Apoio dos Afonsos	NºPregão:900612024 UASG:120623	08/10/2024	R\$ 2.584,77
Valor Unitário				R\$ 2.584,77
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 2.584,77				Média dos Preços Obtidos: R\$ 2.584,77

Item 4: FACA 228 X 114 X15,8 - Faca Industrial de Corte

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 1	4	R\$ 850,00 (un)	-	R\$ 850,00	24,4%	R\$ 3.400,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE LENCOIS PAULISTA / 1 - Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista			46200846000176-1-000631/2025	11/02/2025	R\$ 850,00
Valor Unitário				R\$ 850,00		
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 850,00				Média dos Preços Obtidos: R\$ 850,00		

Item 5: PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9M 16 X 60MM -Parafuso Sextavado com Rosca Métrica

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 10	16	R\$ 4,00 (un)	-	R\$ 4,00	0,5%	R\$ 64,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
-	09.533.402/0001-26 - MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste 7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército 10ªBrigada de Infantaria Motorizada 72ºBatalhão de Infantaria Motorizado			Dispensa de Licitação Nº 90023/2024 UASG: 160183	02/10/2024	R\$ 4,00
Valor Unitário				R\$ 4,00		
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 4,00				Média dos Preços Obtidos: R\$ 4,00		

Item 6: PONTEIRA MENOR -Ponteira Menor

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
2 / 7	1	R\$ 181,25 (un)	-	R\$ 181,25	1,3%	R\$ 181,25
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	07.534.932/0001-63 - MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar da Amazônia 2ºGrupamento de Engenharia de Construção 6ºBatalhão de Engenharia de Construção			Dispensa de Licitação Nº 90015/2024 UASG: 160353	17/12/2024	R\$ 309,50
2	42.498.733/0001-48 - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro			NºPregão:910182024 UASG:986001	05/12/2024	R\$ 53,00
Valor Unitário				R\$ 181,25		
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 181,25				Média dos Preços Obtidos: R\$ 181,25		

Item 7: RETENTOR NÍTRICA - Retentor de Borracha Nitrilica



PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
1 / 4	2	R\$ 257,00 (un)	-	R\$ 257,00	3,7%	R\$ 514,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	87.613.154/0001-37 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BICACO RS			Dispensa de Licitação N° 90014/2025 UASG: 988615	11/03/2025	R\$ 257,00
Valor Unitário						R\$ 257,00
Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 257,00				Média dos Preços Obtidos: R\$ 257,00		

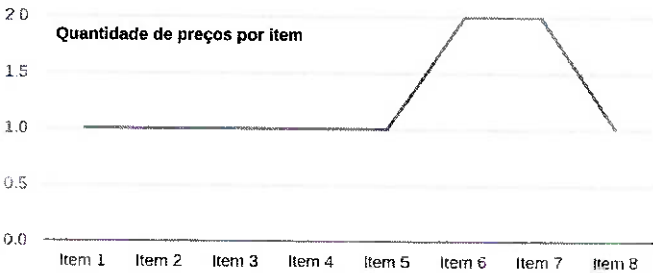
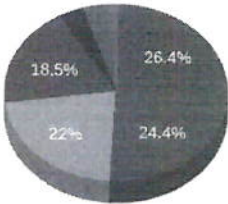
Item 8: ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	% VALOR GLOBAL	TOTAL
2 / 9	2	R\$ 231,35 (un)	-	R\$ 231,35	3,3%	R\$ 462,70
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE JABORA / CIN162 - MUNICÍPIO DE JABORÁ			82939463000188-1-000041/2025	21/01/2025	R\$ 352,71
2	33.781.055/0015-30 - MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio Manguinhos			NºPregão:902962024 UASG:254445	30/12/2024	R\$ 109,99
Valor Unitário						R\$ 231,35
			Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 231,35		Média dos Preços Obtidos: R\$ 231,35	

Valor Global: R\$ 13.954,23

Valor do item em relação ao total

- 1) CARDAN DRIV...
- 2) A 228 X 11...
- 3) CORREIA HC 5...
- 4) ENGATE 50MM...
- 5) RETENTOR N...
- 6) ROLAMENTO...
- 7) PONTEIRA ME...
- 8) PARAF SEXT...



Detalhamento dos Itens

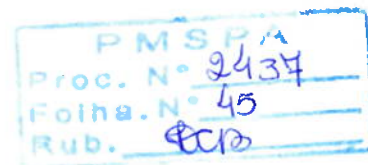


ANEXO I

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITATIBA

Pregão Eletrônico nº 36/2023

Processo nº 7049/2023



TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a manutenção de equipamento agrícola (**Triturador de galhos Lippel, modelo PTU-300**), em quantidades e especificações constantes do Anexo I, que faz parte integrante deste Edital.

1.2 – O objeto desta licitação será subsidiado com Recursos Próprios da Administração.

2 - ITENS E QUANTITATIVOS

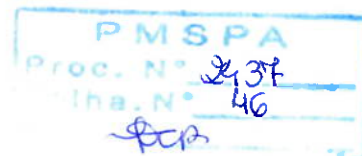
LOTE 01	Material	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1.1	FACA P/ O TRITURADOR DE GALHOS PTU-300	UN	8	1.052,80	8.422,40
FACA P/ O TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.2	PARAFUSO DE AÇO M16 X 60	UN	32	21,27	680,64
PARAFUSO DE AÇO M16 X 60					
1.3	CONTRA FACA P/ O TRITURADOR DE GALHOS PTU-300	UN	1	2.001,57	2.001,57
CONTRA FACA P/ O TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.4	CONJUNTO TAMBOR COM PÁ DE EXTRAÇÃO - TRITURADOR DE GALHOS PT U-300	UN	1	14.013,07	14.013,07
CONJUNTO TAMBOR COM PÁ DE EXTRAÇÃO - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.5	EIXO DO TAMBOR - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300	UN	1	1.487,47	1.487,47
EIXO DO TAMBOR - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.6	CHAVETA DO TAMBOR - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300	UN	1	103,13	103,13
CHAVETA DO TAMBOR - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.7	RETENTOR BÁSICO 02530 BRG - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300	UN	3	44,87	134,61
RETENTOR BÁSICO 02530 BRG - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					



Prefeitura do Município de Itatiba
Secretaria de Governo

1.8	PEÇA DE REPOSIÇÃO TRANSPORTADOR - TRITURADOR DE GALHOS PTU-3 00	UN	2	799,91	1.599,82
PEÇA DE REPOSIÇÃO TRANSPORTADOR - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.9	PLACA DE PRESSÃO - TRITURADOR DE GALHOS PTU- 300	UN	4	269,57	1.078,28
PLACA DE PRESSÃO - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.10	CONJUNTO PORTA DA CONTRA FACA - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300	UN	1	374,92	374,92
CONJUNTO PORTA DA CONTRA FACA - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.11	CORREIA SUPER HC 5V 5X900 - TRITURADOR DE GALHOS PTU- 300	UN	1	1.561,22	1.561,22
CORREIA SUPER HC 5V 5X900 - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.12	FILTRO DE AR PRINCIPAL PARA MOTOR PERKINS 85 HP - TRITURADOR DE GALHOS PTU- 300	UN	2	273,60	547,20
FILTRO DE AR PRINCIPAL PARA MOTOR PERKINS 85 HP - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.13	FILTRO DE AR DE SEGURANÇA PARA MOTOR PERKINS 85HP - TRITURADOR DE GALHOS PTU- 300	UN	2	228,19	456,38
FILTRO DE AR DE SEGURANÇA PARA MOTOR PERKINS 85HP - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.14	PEÇA DE REPOSIÇÃO PICADOR - FILTRO DE SUÇÃO HF-S314 - TRITURADOR DE GALHOS PTU- 300	UN	2	72,87	145,74
PEÇA DE REPOSIÇÃO PICADOR - FILTRO DE SUÇÃO HF-S314 - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.15	ELEMENTO FILTRANTE HRT 16 A010PH - TRITURADOR DE GALHOS PTU- 300	UN	2	115,05	230,10
ELEMENTO FILTRANTE HRT 16 A010PH - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.16	PEÇA DE REPOSIÇÃO SENSOR MAGNÉTICO PICK UP - TRITURADOR DE GALHOS PTU- 300	UN	1	458,49	458,49
PEÇA DE REPOSIÇÃO SENSOR MAGNÉTICO PICK UP - TRITURADOR DE GALHOS PTU-300					
1.17	CONJUNTO ACELERADOR E CABO PDU 260 - TRITURADOR DE GALHO PTU- 300	UN	1	596,07	596,07

Início > Calculadora do cidadão > Correção de valores

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)**Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)****Dados informados**

Data inicial 04/2023
Data final 02/2025
Valor nominal R\$ 1.561,22 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período 1,09007360
Valor percentual correspondente 9,007360 %
Valor corrigido na data final R\$ 1.701,84 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

1.11

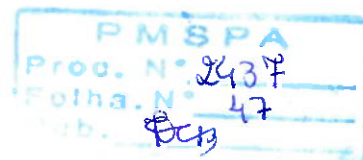
Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)**Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)****Dados informados**

Data inicial	04/2023
Data final	02/2025
Valor nominal	R\$ 1.052,80 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,09007360
Valor percentual correspondente	9,007360 %
Valor corrigido na data final	R\$ 1.147,63 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).



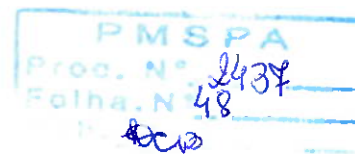
Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)**Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)****Dados informados**

Data inicial	04/2023
Data final	02/2025
Valor nominal	R\$ 21,27 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,09007360
Valor percentual correspondente	9,007360 %
Valor corrigido na data final	R\$ 23,19 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

1.2
Parágrafo

Item 5

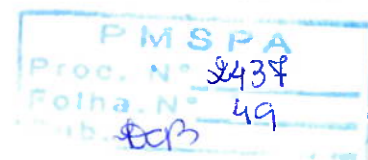
1.2

Início → Calculadora do cidadão → Correção de valores

1.7
Relatório

Item 7

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)



Dados básicos da correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

Data inicial	04/2023
Data final	02/2025
Valor nominal	R\$ 44,87 (REAL)

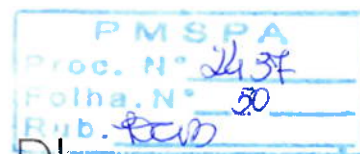
Dados calculados

Índice de correção no período	1,09007360
Valor percentual correspondente	9,007360 %
Valor corrigido na data final	R\$ 48,91 (REAL)

*O cálculo da correção de valores pelo IGP-M foi atualizado e está mais preciso. Saiba mais clicando [aqui](#).

1.7

203 313

 > [Editais](#)

Ato que autoriza a Contratação Direta nº DL 12/2025

Última atualização 24/03/2025

Local: Campo Belo do Sul/SC **Órgão:** MUNICIPIO DE CAMPO BELO DO SUL**Unidade compradora:** CIN470 - MUNICIPIO DE CAMPO BELO DO SUL**Modalidade da contratação:** Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75. I

Portal Nacional de Contratações Públicas

 Entrar

Data de divulgação no PNCP: 24/03/2025 Situação: Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 82777319000192-1-000015/2025 **Fonte:** Betha Sistemas**Objeto:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS, ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DA MAQUINA TRATOR AGRICOLA OFICIAL DA MARCA MASSEY FERGUSSON 4292, FROTA Nº 21, DESTINADO A SECRETARIA DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E TURISMO.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 12.428,80

Itens

Arquivos

Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Mola Embreagem - 3603609	12	R\$ 9,20
2	Reparo Embreagem - 3175581	1	R\$ 154,00
3	Arruelas Termicas - 1753751	12	R\$ 0,75
4	Arruelas de Aço - 3175517	12	R\$ 2,30
5	Rolamento embreagem - 3700527	1	R\$ 215,00

Exibir: 5

1-5 de 22 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comité Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A atualização, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

 https://portal.servicosgestao.gov.br

 0200 978 0001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS





PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Processo: 2434

Data: ___/___/___

Folha: 51

Rubrica: RCB

Cotação de Preços

(Consolidado - Média)

Nº: 30/2025

Processo adm	Data da Cotação	Coef. de Variação	Arredondamento	Natureza da Despesa
2437/2025	27/03/2025 à	10,00 %	2 casas decimais	Material Consumo - 339030

Ultrapassando o coeficiente de variação, o "Preço Pesquisado" altera de média aritmética para mediana.

Objeto de Coleta

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de po das com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para r etornar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Item: 1 CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabric ado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxa dor.

Fornecedor(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
MUNICÍPIO DE ITATIBA		PÇ	1,00	0,0000
MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL		PÇ	1,00	0,0000
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA		PÇ	1,00	3.678,0000
LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI		PÇ	1,00	5.174,0000
Mínimo: >				3.678,0000
Máximo: >				5.174,0000
Média Aritmética: >				4.426,0000
Mediana: >				4.426,0000
Coeficiente de Variação: >				23.90 %
Método Utilizado: >				Mediana
Preço Pesquisado: >				4.426,0000
Preço Pesquisado Total: >				4.426,00

Item: 2 CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, aciona mento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funciona mento eficiente e durável em sistemas industriais.

Fornecedor(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL		PÇ	1,00	0,0000
LIPP. ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI		PÇ	1,00	1.592,0000
MUNICÍPIO DE ITATIBA		PÇ	1,00	1.701,8400
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA		PÇ	1,00	3.069,5100
Mínimo: >				1.592,0000
Máximo: >				3.069,5100
Média Aritmética: >				2.121,1237
Mediana: >				1.701,8400
Coeficiente de Variação: >				38.81 %
Método Utilizado: >				Mediana
Preço Pesquisado: >				1.701,8400
Preço Pesquisado Total: >				1.701,84

Item: 3 ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar carga s de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxado r, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.

Fornecedor(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
MUNICÍPIO DE ITATIBA		PÇ	1,00	0,0000
MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL		PÇ	1,00	0,0000

*D significa que o valor ofertado, está muito discrepante dos valores ofertados pelas outras empresas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Processo: 2437

Data: ____/____/____

Folha: 52

Rubrica: 880

Cotação de Preços

(Consolidado - Média)

Nº: 30/2025

Processo adm	Data da Cotação	Coef. de Variação	Arredondamento	Natureza da Despesa
2437/2025	27/03/2025 à	10,00 %	2 casas decimais	Material Consumo - 339030

Ultrapassando o coeficiente de variação, o "Preço Pesquisado" altera de média aritmética para mediana.

Objeto de Coleta

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de poças com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para retornar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Item: 3 ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxado, mínimo em aço especial para altas resistências, mínimo trava para engate.

Fornecedor(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA		PÇ	1,00	2.584,7700
LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI		PÇ	1,00	6.900,0000
Mínimo: >				2.584,7700
Máximo: >				6.900,0000
Média Aritmética: >				4.742,3900
Mediana: >				4.742,3900
Coeficiente de Variação: >				64,34 %
Método Utilizado: >				Mediana
Preço Pesquisado: >				4.742,3900
Preço Pesquisado Total: >				4.742,39

Item: 4 FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.

Fornecedor(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor
MUNICIPIO DE CAMPO BELO DO SUL		PÇ	4,00	0,0000
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA		PÇ	4,00	850,0000
LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI		PÇ	4,00	850,0000
MUNICÍPIO DE ITATIBA		PÇ	4,00	1.147,6300
Mínimo: >				850,0000
Máximo: >				1.147,6300
Média Aritmética: >				949,2100
Mediana: >				850,0000
Coeficiente de Variação: >				18,10 %
Método Utilizado: >				Mediana
Preço Pesquisado: >				850,0000
Preço Pesquisado Total: >				3.400,00

Item: 5 PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo o Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sexta vada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.

Fornecedor(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
MUNICIPIO DE CAMPO BELO DO SUL		PÇ	16,00	0,0000
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA		PÇ	16,00	4,0000
LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI		PÇ	16,00	5,0000
MUNICÍPIO DE ITATIBA		PÇ	16,00	23,1900

D significa que o valor ofertado, está muito discrepante dos valores ofertados pelas outras empresas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Processo: 2434
Data: ____/____/____
Folha: 52
Rubrica: [assinatura]

Cotação de Preços

(Consolidado - Média)

Nº: 30/2025

Processo adm	Data da Cotação	Coef. de Variação	Arredondamento	Natureza da Despesa
2437/2025	27/03/2025 à	10,00 %	2 casas decimais	Material Consumo - 339030

Ultrapassando o coeficiente de variação, o "Preço Pesquisado" altera de média aritmética para mediana.

Objeto de Coleta

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de po das com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para r etornar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Item: 5 PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínim o Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sexta vada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.

Fornecedore(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
			Mínimo: >	4,0000
			Máximo: >	23,1900
			Média Aritmética: >	10,7300
			Mediana: >	5,0000
			Coeficiente de Variação: >	100.67 %
			Método Utilizado: >	Mediana
			Preço Pesquisado: >	5,0000
			Preço Pesquisado Total: >	80,00

Item: 6 PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmet ro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.

Fornecedore(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
MUNICÍPIO DE ITATIBA		PÇ	1,00	0,0000
MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL		PÇ	1,00	0,0000
LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI		PÇ	1,00	146,0000 5
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA		PÇ	1,00	181,2500
			Mínimo: >	146,0000
			Máximo: >	181,2500
			Média Aritmética: >	163,6300
			Mediana: >	163,6300
			Coeficiente de Variação: >	15.23 %
			Método Utilizado: >	Mediana
			Preço Pesquisado: >	163,6300
			Preço Pesquisado Total: >	163,63

Item: 7 RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dure za de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.

Fornecedore(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL		PÇ	2,00	0,0000
MUNICÍPIO DE ITATIBA		PÇ	2,00	48,9100
LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI		PÇ	2,00	210,0000 2
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA		PÇ	2,00	257,0000
			Mínimo: >	48,9100
			Máximo: >	257,0000
			Média Aritmética: >	171,9700

*D significa que o valor ofertado, está muito discrepante dos valores ofertados pelas outras empresas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Processo:

Data: ____ / ____ / ____

Folha: ____

Rubrica: ____

Cotação de Preços

(Consolidado - Média)

Nº: 30/2025

Processo adm	Data da Cotação	Coef. de Variação	Arredondamento	Natureza da Despesa
2437/2025	27/03/2025 à	10,00 %	2 casas decimais	Material Consumo - 339030

Ultrapassando o coeficiente de variação, o "Preço Pesquisado" altera de média aritmética para mediana.

Objeto de Coleta

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de poças com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para r
aproveitado ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Item: 7 RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.

Fornecedor(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
			Mediana: >	210,0000
			Coeficiente de Variação: >	63.46 %
			Método Utilizado: >	Mediana
			Preço Pesquisado: >	210,0000
			Preço Pesquisado Total: >	420,00

Item: 8 ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.

Fornecedor(s):	Marca:	Unid:	Qtde:	Valor Unit:
MUNICÍPIO DE ITATIBA		PÇ	2,00	0,0000
MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL		PÇ	2,00	215,0000
NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA		PÇ	2,00	231,3500
LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI		PÇ	2,00	240,0000
			Mínimo: >	215,0000
			Máximo: >	240,0000
			Média Aritmética: >	228,7800
			Mediana: >	231,3500
			Coeficiente de Variação: >	5.55 %
			Método Utilizado: >	Média Aritmética
			Preço Pesquisado: >	228,7800
			Preço Pesquisado Total: >	457,56

Resumo - Lançamentos (por Tipo Produto)

Total Médio M. Consumo:	R\$15.391,42
Total Médio M. Permanente:	R\$0,00
Total Médio O. Instalações:	R\$0,00
Total Médio Serviços:	R\$0,00
Total de Preços Médios:	R\$15.391,42

Resumo - Participantes

Código	Fonte de Pesquisa	CNPJ / CPF
166473	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI	23691899000131
203313	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO DO SUL	82777319000192
203302	MUNICÍPIO DE ITATIBA	50122571000177

*D significa que o valor ofertado, está muito discrepante dos valores ofertados pelas outras empresas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Processo: 9438
Data: ____/____/____
Folha: 53
Rubrica: [assinatura]

Cotação de Preços

(Consolidado - Média)

Nº: 30/2025

Processo adm	Data da Cotação	Coef. de Variação	Arredondamento	Natureza da Despesa
2437/2025	27/03/2025 à	10,00 %	2 casas decimais	Material Consumo - 339030

Ultrapassando o coeficiente de variação, o "Preço Pesquisado" altera de média aritmética para mediana.

Objeto de Coleta

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de po
das com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para r
etornar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

120233 NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA

07797967000195

[assinatura]
Hilda da Cruz Barbosa

Matrícula 38.635



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia



Grupo de Materiais (Grupo Padrão)

(Fracionamento de Despesas)

Unidade Gestora: **PMSPA**

Competência: **2025**

Código	Nº Grupo	Descrição do Grupo	Processo	Modalidade	Valor
2321		Organização de Feiras e Eventos			18.978,00
2259		Mobiliário			2.225,30
2304		Serviços de Dedetização, Desratização, Desc			2.050,00
2305		Serviços de Limpeza de Caixa D'Água e Ciste			0,00
2306		Passagens Aéreas			0,00
2307		Hospedagem			0,00
2308		Serviços de Telecomunicação			0,00
2309		Publicação de Jornais			0,00
2310		Locação de Câmeras de Vigilância			0,00
2311		Manutenção de Maquinário			0,00
2312		Serviço de Manutenção Predial			0,00
2313	2313	Certificado Digital			0,00
2314		Serviço de Sonorização			0,00
2315		Locação de Equipamentos de Informática			0,00
2316		Exames de Segurança e Medicina no Trabalho			0,00
2317		Execução de Obras			0,00
2318		Serviços de Engenharia			0,00
2319		Serviços Artísticos / Culturais			0,00
2320		Serviços Esportivos			0,00
2322		Serviços de Análise Laboratorial			0,00
2323		Manutenção de Equipamentos Odontológicos			0,00
2324		Manutenção de Equipamentos Médicos			0,00
2325		Manutenção de Equipamentos Veterinários			0,00
2326		Manutenção de Câmeras de Vigilância			0,00
2327		Serviços de Recreação			0,00
2328		Serviços de Arbitragem			0,00
2329		Serviços de Estudo Atuarial			0,00
2423		EQUIPAMENTOS VETERINÁRIOS			0,00
2436		Insumos Hortifrutigranjeiros			0,00
2446		SERVIÇOS DE BRIGADISTAS			0,00
2447		SERVIÇOS DE STAFF			0,00
2477		Aquisição de pneus para atender aos veículos			0,00
2478		Manutenção de veículos			0,00
2484		Peça de veículos			0,00
2260		Uniforme			0,00

ACB



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia



Grupo de Materiais (Grupo Padrão)

(Fracionamento de Despesas)

Unidade Gestora: **PMSPA**

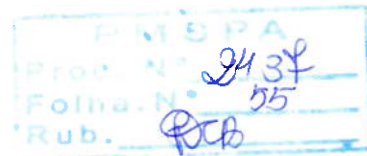
Competência: **2025**

Código	Nº Grupo	Descrição do Grupo	Processo	Modalidade	Valor
2261		Equipamentos de Telecomunicação			0,00
2262		Material de Análise Laboratorial			0,00
2263	2263	MATERIAL DE EXPEDIENTE			0,00
2264		Estrutura para Eventos			0,00
2265	2265	Buffet			0,00
2266		Gêneros Alimentícios			0,00
2267		Refeições / Lanches			0,00
2268		Material Gráfico			0,00
2269	2269	Material Permanente			0,00
2270		Equipamentos Odontológicos			0,00
2271		Insumos Odontológicos			0,00
2272		Equipamentos Médicos			0,00
2273		Medicamentos			0,00
2274		Insumos Médicos			0,00
2275	2275	Insumos Veterinários			0,00
2276		Material de Limpeza			0,00
2277	2277	Artigos Esportivos			0,00
2278	2278	Artigos Cenográficos			0,00
2279		Material de Expediente			0,00
2280	2280	Aquisição / Recarga de Extintor de Incêndio			0,00
2281		Peças de Maquinário			0,00
2282	2282	Combustível e Lubrificantes Automotivos			0,00
2283	2283	Aquisição de Câmeras de Vigilância / Monitor			0,00
2284		Material de Manutenção Predial			0,00
2285		Token			0,00
2286		Equipamentos de Sonorização			0,00
2287	2287	Aquisição de Bandeiras			0,00
2288	2288	Aquisição / Recarga de Gás de Cozinha			0,00
2289	2289	Eletrodomésticos			0,00
2290	2290	Equipamento de Proteção Individual - EPI			0,00
2291		Material de Sinalização			0,00
2292	2292	Artigos Musicais			0,00
2293	2293	Aquisição/ Recarga de Oxigênio Medicinal			0,00
2294		Material de Recreação			0,00
2295	2295	Aquisição de Veículo Automotor			0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia



Grupo de Materiais (Grupo Padrão)

(Fracionamento de Despesas)

Unidade Gestora: **PMSPA**

Competência: **2025**

Código	Nº Grupo	Descrição do Grupo	Processo	Modalidade	Valor
2296		Software / Sistemas			0,00
2297		Serviços Contábeis			0,00
2298		Serviços de Capacitação			0,00
2299	2299	Contratação de Seguros			0,00
2300		Outros Serviços de Terceiros PJ			0,00
2301		Outros Serviços de Terceiros PF			0,00
2302		Serviços de Segurança / Vigilância			0,00
2303		Locação de Estrutura para Eventos			0,00
2079	150	MATERIAL DE HIGIENE PESSOAL			0,00
2223		EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA			0,00


Edna da Cruz Barbosa
Matrícula 33.835

ELATÓRIO ANALÍTICO DA PESQUISA DE PREÇO

Refere-se ao processo administrativo nº 2437/2025, cujo objeto é a aquisição de peças para o triturador de galhos, com o objetivo de atender à Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Neste interim, destacamos o disposto na súmula nº 2 do TCE/RJ, que orienta que devem ser discriminadas todas as fontes de preços utilizadas:

“As pesquisas de mercado realizadas previamente às contratações no âmbito da Administração Pública não devem se limitar a cotações obtidas junto a potenciais fornecedores, devendo obedecer aos critérios de amplitude e diversificação, de maneira a possibilitar o acesso a fontes de pesquisa variadas e a obtenção das melhores condições de preço, respeitadas as limitações decorrentes da especificidade do objeto contratual.”

Neste contexto, foram utilizados os parâmetros para fins de pesquisa de mercado da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024, tendo em vista que é o parâmetro que melhor se alinha com a necessidade de comprovação e parametrização de balizamento dos preços.

1. Parâmetros utilizados na pesquisa de mercado

Foram seguidos os seguintes parâmetros para a pesquisa de mercado:

- Banco de Preço NP - Tecnologia e Gestão de Dados Ltda
- Portal Nacional de Contratações Públicas, entre outros

A pesquisa resultou em valores provenientes de editais e atos de contratação de diversos municípios, conforme listados a seguir:

- Município De Itatiba (valor referência)
- Município De Campo Belo do Sul (valor referência)
- E-mails foram enviados para diversas empresas do ramo, sem retorno positivo, as fls 36 a 42.

2. Metodologia de apuração dos valores:

A apuração dos preços foi realizada com base em componentes o mais próximo possível das especificidades dos itens solicitados. Adotou-se o critério de correção do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) para a atualização dos valores referência dos itens oriundos do Município de Itatiba.

No caso dos itens; **1, 3 e 6**, na cotação de preços foram consolidados com base em apenas dois preços encontrados, em virtude da especificidade dos itens.

Para a composição do valor estimado, foi considerado os valores que originou o pedido inicial.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 2437/2025
Folha nº _____
Rub. <u>400</u>

4. Nesta análise:

A pesquisas para apuração de preços foram realizadas com auxílio das ferramentas como o Google, visando encontrar componentes com descrições iguais ou com semelhanças aos itens solicitados. Isso contribuiu para consolidar uma pesquisa mais coerente possível.

Assim a metodologia para obtenção de preço de referência, na quase totalidade das situações, não se deve estimar os preços de mercado a partir do menor valor. Há uma razão técnica para isso: estatisticamente, o menor valor não representa a tendência dos preços de mercado, mas apenas o valor mais barato dentre os preços coletados pelo gestor. Por não ser uma medida da tendência dos preços de mercado, não há suporte técnico para adotá-lo como regra geral, embora, em situações especiais, possa ser utilizado, como veremos mais abaixo.

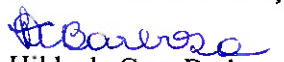
Portanto, este departamento optou pela utilização da média aritmética e mediana de preços, sendo o valor global estimado na contratação do valor de R\$15.391,42 (quinze mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta dois centavos), conforme documentos que originaram este relatório de cotação de preços, nas folhas números 43 a 53.

4. Fracionamento de despesas da Unidade Gestora PMSPA – Grupo Aquisição de Peças de Maquinário:

Em relação às informações sobre o fracionamento de despesas da Unidade Gestora PMSPA do Grupo Aquisição de Peças de Maquinário, código 2281, informo que, conforme a análise da planilha de fracionamento anexada aos autos (fls. 54 e 55), não houve qualquer despesa oriunda de licitação para o referido grupo no exercício corrente.

Por fim, encaminho os autos ao DECOF para a devida reserva orçamentária.

São Pedro da Aldeia, 27 de março de 2025.


Hilda da Cruz Barbosa
Mat. 38635

Comissão de Captação e Análise de Preços

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

AV. MARQUES DA CRUZ, 61
CENTRO
SÃO PEDRO DA ALDEIA - RJ
CNPJ: 28.909.604/0001-74

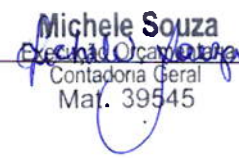
Processo: 2437/2025

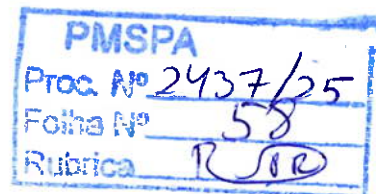
Data: 28/03/2025

Folha: 52

Rúbrica: 

NOTA DE RESERVA

Processo: 2437/2025	Numero: 114/2025	Data: 28/03/2025
Classificação Orçamentária		
Cód. Reduzido: 616		
Secretaria:	14	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	140100	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto/Atividade:	2125	Conservação de Praças, Parques e Jardins
Função:	15	URBANISMO
Sub-Função:	541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
Programa:	041	OBRAS E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
Elem. de Despesa:	3390309900	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte de Recurso:	1500	RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS
Solicitante:		Favorecido:
Motivo:		
Referente reserva de dotação para aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, para atender as demandas da Secretaria.		
Saldo Anterior: R\$66.284,50		Saldo Atual: R\$50.893,08
Valor Reservado: R\$15.391,42	Valor Por Extenso: quinze mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos	
DECLARO QUE FOI FEITO A RESERVA DA DESPESA:		
 Michele Souza Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento Contadoria Geral Mat. 39545		



ANEXO I

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2437/2025				
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA ELETRÔNICA				
BASE LEGAL: ART. 75, II DA LEI Nº 14.133/2021				
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO PICADOR E TRITURADOR DE GALHOS				
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS				
VALOR: R\$ 15.391,42				
LISTA DE VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DIRETAS	SIM	NÃO APLICÁVEL	FLS.	OBS.
Houve abertura de processo administrativo?	X		02	
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?		X		
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?	X		-	
Consta documento de formalização de demanda?	X		02/04	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual?	X		18	
Foi certificado que objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?	X		57	
Há Estudo Técnico Preliminar?	X		23/29	
O Estudo Técnico Preliminar contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o	X		24, 27 e 28	

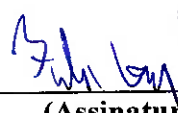
2

parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?				
Há Análise de Riscos?		X		
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?		X		
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?		X		
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?		X		
Há termo de referência?	X		30/35	
Foi certificada a utilização de modelos de minutas padronizados de Termos de Referência da CGM, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização, ou houve justificativa para sua não utilização?	-		-	
Sendo adotado modelo padronizado de termo de referência, foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações?	-		-	
Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da CGM, com eventuais alterações destacadas e justificadas, ou as contidas no catálogo eletrônico de padronização?	-		-	
Foi demonstrado que a previsão de recursos orçamentários é compatível com a despesa estimada?	X		57	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto		X		

M

2437/25
60
R.R.

orçamentário-financeiro e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?				
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?		X		
Foi juntada aos autos consulta ao CADIN?		X		
Houve a autorização da autoridade competente?	X		02/03	
Sendo adotado registro de preços, a contratação abrange mais de um órgão ou entidade?		X		


(Assinatura)

Felipe Novaes dos S. Fonseca
PMSPA
Matrícula: 30328

PMSPA
 Proc. Nº 2437/25
 Folha Nº 61
 Rubrica [assinatura]

ANEXO III

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2437/2025				
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA ELETRÔNICA				
BASE LEGAL: ART. 75, II DA LEI Nº 14.133/2021				
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO PICADOR E TRITURADOR DE GALHOS				
PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS				
VALOR: R\$ 15.391,42				
LISTA DE VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA E EXCLUSIVA PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA	SIM	NÃO APLICÁVEL	FLS.	OBS.
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14.133/21?	X		34	
Consta justificativa do preço baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa?	X		51/53	
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14.133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração?	-		-	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei	X		54/55	

2

14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?				
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, para busca da proposta mais vantajosa?	-		-	



(Assinatura)

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº xxx/2025

Processo Administrativo nº 2437/2025

MINUTA

Torna-se público que o Município / de São Pedro da Aldeia, por meio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios (SELICC), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço global, na hipótese do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais dispositivos legais aplicáveis.

DATA DA SESSÃO: xx/xx/2025

Link: [h=ps://www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br)

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 08:00 ÀS 14:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O valor global estimado da presente Dispensa Eletrônica será de R\$ 15.391,42 (quinze mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos).

1.4. O valor estimado no Termo de Referência (Anexo I) é apurado na fase preparatória da contratação, conforme requisitos do artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021. Na presente licitação, o valor de referência a ser considerado se encontra na planilha de Planilha de Composição de Preços (Anexo III).

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico www.compras.gov.br

2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, seja em razão das penalidades previstas nas sanções previstas no artigo 156, III e IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.6. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a participante no presente certame de Dispensa Eletrônica.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto da presente Dispensa Eletrônica em todos os seus termos, adequados à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.7. OS ITENS DEVERÃO SER DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E NÃO DO SISTEMA.

3.9.8. ITENS EM DESACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA NÃO SERÃO ACEITOS.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08:00h na data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. O Prazo para envio da proposta atualizada é de 04 (quatro) horas. Encerrado esse prazo sem o envio, a proposta será desclassificada.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

5.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário superior ao limite estabelecido e praticados no mercado, com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021, ou com quantitativos inferiores ao máximo previsto neste Edital, em atendimento ao artigo 84, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6.1. Conforme disposto no art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante melhor classificado, ao final da fase de lances, cuja proposta apresente valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela administração, deverá, no prazo da proposta readequada constante do item 5.5, apresentar demonstração detalhada de exequibilidade de sua proposta. A demonstração deverá conter, no mínimo:

- a) Composição detalhada dos custos dos principais insumos e serviços que compõem a proposta;
- b) Justificativas que comprovem a capacidade técnica, econômica e financeira de execução do objeto licitado nas condições ofertadas; e
- c) Outros documentos e informações que a administração julgar necessários para comprovar a viabilidade da proposta.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. contiver vícios insanáveis;

5.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.8.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.8.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ([h=ps://cer7doesapf.apps.tcu.gov.br/](http://ps://cer7doesapf.apps.tcu.gov.br/))

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 Alternadamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1 a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do contrato ou saldo não atendido do contrato;

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada;

d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 03 (três) anos

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

8.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) até 1 (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplência parcial da obrigação assumida;

c) 15% (quinze por cento) até 20 (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada; e

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

d) 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação de garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO).

8.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

8.6. As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 8.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c" do item 8.3. e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

8.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, o não pagamento implicará na inscrição do valor remanescente devido em dívida ativa do Município.

8.9. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exime, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

8.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta terão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO

Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO

NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e seus regulamentos aplicáveis, além dos princípios gerais de direito.

9.13. Aplicam-se no couber, a disposição constante da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

9.14. É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.14.1. **ANEXO I** – Documentação exigida para Habilitação

9.14.2. **ANEXO II** - Termo de Referência

9.14.3. **ANEXO III** – Planilha de Composição de Preços

9.14.4. **ANEXO IV** – Forma de Apresentação da Proposta

9.14.5. **ANEXO V** – Minuta de Contrato

São Pedro da Aldeia, RJ – xx de xx de 2025.

Vívian de Carvalho Lobo
Secretária Municipal de Licitações, Contratos e Convênios

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
NEIRA:12875917790 por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6.1 caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 30
Rub. 

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.437/2025

PMSPA
Proc. Nº 2437/25
Folha Nº 83
Rubrica 

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1,00	PÇ	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.
2	1,00	PÇ	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.
3	1,00	PÇ	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.
4	4,00	PÇ	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.
5	16,00	PÇ	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.
6	1,00	PÇ	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.
7	2,00	PÇ	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.
8	2,00	PÇ	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº <u>31</u>
Rub. <u>1</u>

PMSPA
Proc. nº 2437/25
Folha nº 31
Rubrica RJR

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, podendo ser formalizado nos termos de contrato, tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Ainda, o presente Termo de Referência foi elaborado conforme estudo de viabilidade através do estudo técnico preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Anual Contratações 2024 e 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos itens mencionados na tabela acima, são materiais necessários na manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, com o intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e manutenção adequada do patrimônio público. Uma vez que o equipamento é utilizado pela Secretaria Municipal de Serviço Público a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

3.2. Segundo a publicação da Infasul postada em 08/01/2020, a vida útil do equipamento de picador e triturador de galhos apresentam um período de 10 a 15 anos, porém é preciso realizar a manutenção para manter a ordem e funcionamento do equipamento por meio de intervenções corretas e oportunas.

Existem três tipos de manutenção: corretiva, preventiva e preditiva:

- A corretiva é dividida em planejada, que após o problema identificado é realizada em intervalos, enquanto o picador não está sendo utilizado, e a não planejada, a qual é feita a manutenção imediatamente após o problema ser identificado.
- A manutenção preventiva baseia-se em criar uma rotina baseada na programação do calendário de manutenção de reparações básicas de cada parte do picador, como limpeza, aferição, lubrificação e calibragem, prevenindo falhas.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SE PUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 32
Rub. 85

- A preditiva utiliza-se de métodos diferentes da preventiva, mas tem o mesmo princípio. Essa manutenção realiza inspeções e testes para a avaliação das partes de um picador e identificar suas irregularidades, para assim, programar sua manutenção.

3.3. Porquanto, desde a aquisição do equipamento de picador e triturador no ano de 2021, nunca houve a substituição dos itens acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando assim determinado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892

5.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.8. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº <u>33</u>
Rub. <u>01</u>

5.9. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.10. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Os produtos serão estocados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material, observando-se as regras de empilhamento máximo do produto, e demais informações de guarda do fabricante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB	
Proc. nº	2.437/2025
Folha nº	34
Rub.	02

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SE PUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 35
Rub. 88

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 18.192,00 (dezoito mil e cento e noventa e dois reais), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

11.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Serviços Públicos:

Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125,

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00

Ficha: 616

São Pedro da Aldeia, 19 de março de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
Raimundo Pereira Teixeira	37.874	 Raimundo Pereira Teixeira Secretário Municipal de Serviços Públicos Matr. 37874

ANEXO III – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA AL

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III- Planilha de Composição de Preços

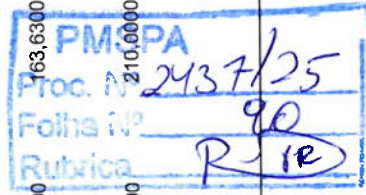
Un. Gestora: PMSPA

Processo Adm: 2437/2025

Modalidade: dispensa eletrônica Tipo de Licitação: Menor preço global

Objeto: Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de podas com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para retornar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Item	Produto	Und.	Qtd	Vi. Estimado	Vi. Total
1	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	PÇ	1,00	4.426,0000	4.426,00
Descr:					
2	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento o para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	PÇ	1,00	1.701,8400	1.701,84
Descr:					
3	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo o em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	PÇ	1,00	4.742,3900	4.742,39
Descr:					
4	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	PÇ	4,00	850,0000	3.400,00
Descr:					
5	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada par a aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	PÇ	16,00	5,0000	80,00
Descr:					
6	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	PÇ	1,00	163,6300	163,63
Descr:					
7	RETENTOR NITRILICA - Retentor de Borracha Nitrilica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrilica com dureza de 70 A, sendo para vedação entre mancal e rolamento.	PÇ	2,00	210,0000	420,00
Descr:					



EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA AL

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III- Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: PMSPA						
Modalidade: dispensa eletrônica		Tipo de Licitação: Menor preço global				
Objeto:		Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de podas com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para retornar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.				
Tipo de Benefício: -						
Item	Produto	Und.	Qtd	Vl. Estimado	Vl. Total	
8	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	PÇ	2,00	228,7800	457,56	
Descr:						
				Valor Global	15.391,42	



EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

ANEXO IV – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
Aviso de Dispensa Eletrônica nº xx/2025 – Processo Administrativo nº 2437/2025

Razão Social:

Dados Bancários

CNPJ:

Banco:

Endereço:

Agência:

Contato:

C/C:

Cep:

Tel.:

Cel.:

E-mail:

Representante comercial:

Objeto da Contratação :

O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
01	Pç	01	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	R\$	R\$
02	Pç	01	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo correia de transmissão em "V" dupla, acionamento para as polias de transmissão com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	R\$	R\$

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 2437/2025
Folha nº 93
Rub.

03	Pç	01	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	R\$	R\$
04	Pç	04	FACA 228 X 114 X 15,8 mm- Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	R\$	R\$
05	Pç	16	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	R\$	R\$
06	Pç	01	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	R\$	R\$
07	Pç	02	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. , sendo para vedação entre mancal e rolamento.	R\$	R\$
08	Pç	02	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70 X 125 X 26,25 mm.	R\$	R\$
TOTAL:					R\$

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data do envio da proposta.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 2437/2025
Folha nº 94
Rub. 200

O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 2025.

(assinatura do representante legal da empresa)

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA
ALDEIA, POR INTERMÉDIO DO (A)
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

O Município de São Pedro da Aldeia com sede na Rua Marques da Cruz, nº 61, na cidade de São Pedro da Aldeia /RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 28.909.604/0001-74, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal xxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxx, de xxx de xxxxxx de 20xx, publicada no DOM de xxxx de xxxxxx de xxxx, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) xxxxxxxx inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na xxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 12.667/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. xx/xx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente é a aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
01	Pç	01	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	R\$	R\$

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO

Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO

NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 2437/2025
Folha nº 96
Rub. RSR

02	Pç	01	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo correia de transmissão em "V" dupla, acionamento para as polias de transmissão com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	R\$	R\$
03	Pç	01	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	R\$	R\$
04	Pç	04	FACA 228 X 114 X 15,8 mm- Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	R\$	R\$
05	Pç	16	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	R\$	R\$
06	Pç	01	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	R\$	R\$
07	Pç	02	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. , sendo para vedação entre mancal e rolamento.	R\$	R\$
08	Pç	02	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70 X 125 X 26,25 mm.	R\$	R\$
TOTAL:					R\$

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790
Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2.** O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3.** A Planilha de Composição de Preços;
- 1.3.4.** A Proposta do Contratado; e
- 1.3.5.** Os anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) recebimento da ordem de fornecimento, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ XXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO

Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO

NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, devendo a Contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

5.2.2. Por ocasião da apresentação de nota fiscal, a Contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

5.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direitos a acréscimos de qualquer natureza.

5.2.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

5.2.5. O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo Contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a Contratada não emitir a nota fiscal/fatura apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2012, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no Termo de Referência.

5.4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.4.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4.6. O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos fornecidos.

5.4.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

5.4.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em xx/xx/xx.

6.2. Após o interregno de um ano, desde de que haja pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, desde a data-base vinculada ao orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/21, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO

Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO

NEIRA:12875917790

NEIRA:12875917790

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Requisitar a prestação dos fornecimentos, na forma prevista no Termo de Referência;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constante do Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;

7.1.4. Exigir do Contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação; e

7.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. São obrigações do Contratada:

8.1.1. Executar o objeto desta contratação de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes no Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;

8.1.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Termo e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

8.1.3. Responsabilizar-se, em qualquer caso, pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.1.4. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, de manual do usuário, com versão em português, e, da relação de rede de assistência técnica autorizada;

8.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

8.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.8. Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO

Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO

NEIRA:12875917790

NEIRA:12875917790

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

8.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência; e

8.1.11. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do contrato ou saldo não atendido do contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada;
- d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 03 (três) anos
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

10.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplência parcial da obrigação assumida;
- c) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada; e
- d) 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação de garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO).

10.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

10.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

10.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 8.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 8.3. e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

10.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, o não pagamento implicará na inscrição do valor remanescente devido em dívida ativa do Município.

10.9. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exime, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

10.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 **NEIRA:12875917790**

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha: 616

Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Pedro da Aldeia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

São Pedro da Aldeia, xxxx de xxxxxxxx de 20xx.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
NEIRA:12875917790 por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

DESPACHO

À COGER,

1. Encaminho os autos para análise de conformidade da minuta de edital encartada às fls 63/108.

São Pedro da Aldeia/RJ, 01 de abril de 2025.



ROBERTA SOUZA PINTO ETELVINO
Assessor Especial I



São Pedro da Aldeia, 03 de Abril de 2025

À CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO,

Proc. Nº 2437/25

Folha Nº 330

Assinatura

Trata-se de análise prévia desta COGER em relação aos papéis de segunda linha de defesa, conforme disposto no Plano Anual de Auditoria deste órgão de controle, tendo como escopo a análise documental do processo administrativo iniciado através do Pedido de Material e Serviço nº. SN319/2025, encaminhado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos solicitando a aquisição de peças para manutenção de equipamento de picador e triturador de palhos, a fim de mantê-los em condições ideais de funcionamento.

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e Decreto Municipal nº 213/2022 que dispõe sobre a contratação direta, em nosso entendimento, os seguintes requisitos foram observados:

☒ Documento de formalização de demanda, fls. 04;

(art. 72º, inciso I da Lei 14.133/2021, art. 3º, inciso I do Decreto nº 213/2022)

☒ Autorização da autoridade competente, fls. 04;

(art. 72, inciso VIII da Lei 14.133/2021, art. 3º, inciso XIII e XV do Decreto nº 213/2022 e art. 4º)

☒ Mapa de Cotação e relatório com o valor final estimado para contratação no valor de R\$ 15.661,42 (quinze mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos) elaborado pela Comissão de Cotação e Análise de Preços. O valor estimado definido com base no melhor preço atendo por meio da utilização de parâmetros, adotados de forma combinada ou não, conforme Art. 23 § 1º da Lei nº 14.133/2021, fls. 51/53 e 56;

☒ Disponibilidade de créditos orçamentários através de bloqueio orçamentário, fls. 57;

(Art. 105 da Lei 14.133/2021, art. 72, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º, inciso VII do Decreto nº 213/2022)

☒ Parecer jurídico ou lista de verificação devidamente preenchida, fls. 58/62;

(art. 72, inciso IV da Lei 14.133/2021 e art. 3º, incisos X e XI do Decreto nº 213/2022, art. 1º parágrafo único do Decreto Municipal 213/2022 C/O art. Da Portaria PGM 001/ 2023)

☒ Comprovação de não fracionamento da despesa através do relatório emitido pelo sistema, com os valores de dispensas já realizadas no exercício, por gênero, conforme Portaria COGER nº 01/2023 (art. 9º, §2º incisos I e II e §3º, do Decreto 213/2022), fls. 54/55.



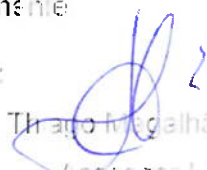
Não obstante, ressaltamos a necessidade de atender os seguintes requisitos formais:

- 1- Quanto ao Estudo Técnico Preliminar, verificamos que:
 - 1.1- Na cláusula 3 (levantamento de mercado) cabou de classificar a modalidade como Dispensa, indicando preço.
- 2- Quanto ao Termo de Referência, verificamos que:
 - 2.1- Não consta a forma e o pagamento e o prazo;
 - 2.2- Não consta a especificação de garantia.
- 3- Abertura do procedimento e envio de lances na forma dos arts. 22 e seguintes do *Decreto Municipal nº 213/2022*, disponibilizando no Sistema por prazo não inferior a 3 (três) dias, a fim de se cumprir o seguinte:
- 4- Publicação do aviso de dispensa eletrônica no sistema Comprasnet, no PNPC e no Portal da Transparência do município.
(art. 14, parágrafo único do *Decreto Municipal nº 213/2022*)
(art. 15 do *Decreto Municipal nº 213/2022*)
- 5- Ato de autorização da contratação direta;
(Art. 72 Parágrafo Único da *Lei Federal 14133/2024*)
- 6- Lançamento do ato no SIOFIS;
- 7- Nomeação do fiscal contratando MEMO CIRCULAR CGM Nº 117/2021;
- 8- Publicação da cópia integral do processo no Portal da Transparência.
(OFÍCIO TSID 01/2022- RISC 205/2022 TCE/RJ E ATRICON)

Assim, encaminhando o processo à Secretaria Municipal de Serviços Públicos para atendimento das resoluções.

Respeitosamente,

Elaborador:

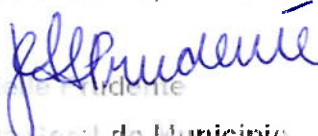

Thiago Medeiros
Assessor I
Mat: 44232

Revisor:


Talita Freyatto
Assessor Especial III
Mat: 38477

De acordo,

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS


Daniella Mendes
Controladora Geral do Município

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA
FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA
ATENDER AS NECESSIDADES DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS
PÚBLICOS.

1. Secretaria Responsável

Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

2. Disposições preliminares

Este estudo técnico preliminar (ETP) é um documento que constitui a primeira etapa para a solução do problema: Contratação de empresa para fornecimento de peças, para atender as necessidades de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, a fim de mantê-los em condições ideais de funcionamento.

O estudo pretende evidenciar a necessidade, apontando a melhor solução para a Administração Pública Municipal, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da aquisição.

Para tanto, buscou-se organizar a forma de apresentação dos itens considerados obrigatórios, seguindo a Lei Federal nº 14.133/2021. Tal instrumento também traz algumas considerações sobre as regras, que poderão subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

3. Objeto(s) para aquisição/contratação

Para resolução do problema ora indicado, inicialmente sinalizamos as seguintes soluções:

- a) Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos.
- b) Contratação de empresa especializada em manutenção e fornecimento de peças do equipamento de picador e triturador de galhos.

Com intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e a manutenção adequada do patrimônio público se faz necessário a aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, tendo em vista que a Secretaria Municipal de Serviços Públicos possui em seu quadro técnico o responsável de manutenção do equipamento, resultando em uma manutenção ágil e satisfatória, a fim de evitar a paralisação do equipamento. Sendo assim, a opção "b" é inviável, sendo, portanto, indicada a viabilidade de fornecimento de peças para a Secretaria Municipal de Serviços Públicos mais vantajosa por ter um melhor custo-benefício.

Dessa forma, indicamos a necessidade da contratação de empresa habilitada no fornecimento de peças, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

4. Justificativa/Necessidade da aquisição ou contratação

Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Para elaboração do referido estudo, foram levados em consideração que não houve processo licitatório para aquisição do objeto em questão.

A presente contratação encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações – PAC 2024 e 2025.

5. Levantamento de Mercado:

O objeto que se pretende adquirir é considerado essencial, e contém as características usuais de mercado, sendo possível sua contratação por procedimento licitatório, conforme legislação pertinente.

A contratação enquadra-se como aquisição de bens com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6, inciso XIII, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133/2021.

Destaca-se que a escolha da modalidade, seja pela Lei Federal nº. 14.133/2021 por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

6. Requisitos da Contratação

6.1. PARA TODOS OS ITENS:

A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo

com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

A contratada obriga-se a:

- Em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- As peças fornecidas devem ser originais, garantindo a durabilidade, segurança e eficiência do equipamento.
- Obriga-se a fornecer o material descrito na especificação do objeto, de primeira qualidade, em conformidade com as especificações descritas na proposta de preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não estejam em conformidade com as referidas especificações.
- Todas as despesas relativas à entrega e transporte, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do presente objeto, correrão por conta exclusiva da contratada.
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
- Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- Comunicar à administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Responsabilizar-se-á pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão eletrônico e julgamento por preço global, conforme artigo 6º, inciso XLI da Lei 14.133 de 2021.

A aquisição deve conter as normas de sustentabilidade.

DA GARANTIA

Os produtos, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra

defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05(cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem ampliar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Estudo Técnico Preliminar, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

6.2 Das entregas

O objeto licitado deverá ser fornecido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Fornecimento, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, através de remessa única no seguinte endereço:

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892

7. Estimativa da quantidade com memória de cálculo

Para o dimensionamento dos quantitativos, foi levado em consideração o equipamento pertencente a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, junto a análise técnica realizada pelo responsável técnico de manutenção, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.
1	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	PÇ	1,00
2	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	PÇ	1,00
3	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	PÇ	1,00

4	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	PÇ	4,00
5	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	PÇ	16,00
6	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	PÇ	1,00
7	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.	PÇ	2,00
8	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	PÇ	2,00

Cabe ressaltar que o histórico das contratações anteriores já foi informado no item 4 Justificativa/Necessidade da aquisição ou contratação deste ETP.

8. Estimativa inicial do valor da contratação

Para estimativa inicial do valor da contratação, foi realizada consulta e concluída no dia 27/01/2025 por cotação de preço de mercado, utilizando-se da descrição dos itens, sendo utilizado para o cálculo o valor por item, onde o valor estimado para a presente aquisição alcançou o montante de **R\$ 18.192,00** (Dezoito mil e cento e noventa e dois reais).

Há de se destacar que a estimativa está sendo considerada apenas para estudos da viabilidade de contratação, cabendo a Comissão de Análise e Captação de Preços a estimativa do valor final da licitação.

9. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art.40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economicidade de escala.

Considerando que a licitação será julgada por menor preço, por ser tratar de uma aquisição de bens comuns e suas composições já estarem dimensionadas para a

execução em um período pré determinado, para este presente estudo não é viável o parcelamento da contratação.

Tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada, a contratação será única, em um valor previsto de R\$ 18.192,00, conforme o consequente orçamento.

10. Solução/Resolutividade

Espera-se que a contratação atenda às necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos conforme justificativa do presente ETP.

11. Necessidade de contratação correlata

Não se verificam contratações correlatadas nem interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre contratação e planejamento

A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações, em conformidade com o Decreto Municipal n.188/2022, havendo disponibilidade orçamentária.

13. Providências a serem adotadas

Não há providências adicionais e urgentes a serem adotadas,

A administração da Secretaria de Serviços Públicos, tomará as seguintes providências:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão do contrato;
- A equipe de fiscalização e gestão do contrato fará a conferência do recebimento, armazenamento adequado e condições apropriadas para garantir a integridade dos itens.

14. Resultados esperados

Espera-se que a contratação atenda às necessidades da Secretaria Municipal conforme justificativa do presente ETP.

15. Possíveis impactos ambientais

Diante da natureza da contratação e, tendo em vista que o fornecimento dos bens não suscita prejuízos ambientais, estando, portanto, de acordo com as regras de sustentabilidades vigentes.

16. Declaração de viabilidade

Declaramos que esta contratação é **viável**, com base neste Estudo Técnico Preliminar.

São Pedro da Aldeia, 3 de abril de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA(O)	MATRÍCULA	RUBRICA
 Raimundo Pereira Teixeira	37.874	

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.437/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1,00	PÇ	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.
2	1,00	PÇ	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.
3	1,00	PÇ	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.
4	4,00	PÇ	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.
5	16,00	PÇ	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 119
Rub. 13

6	1,00	PÇ	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.
7	2,00	PÇ	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.
8	2,00	PÇ	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, podendo ser formalizado nos termos de contrato, tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Ainda, o presente Termo de Referência foi elaborado conforme estudo de viabilidade através do estudo técnico preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Anual Contratações 2024 e 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos itens mencionados na tabela acima, são materiais necessários na manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, com o intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e manutenção adequada do patrimônio público. Uma vez que o equipamento é utilizado pela Secretaria Municipal de Serviço Público a fim de

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 120
Rub. 121

aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

3.2. Segundo a publicação da Infasul postada em 08/01/2020, a vida útil do equipamento de picador e triturador de galhos apresentam um período de 10 a 15 anos, porém é preciso realizar a manutenção para manter a ordem e funcionamento do equipamento por meio de intervenções corretas e oportunas. Existem três tipos de manutenção: corretiva, preventiva e preditiva:

- A corretiva é dividida em planejada, que após o problema identificado é realizada em intervalos, enquanto o picador não está sendo utilizado, e a não planejada, a qual é feita a manutenção imediatamente após o problema ser identificado.
- A manutenção preventiva baseia-se em criar uma rotina baseada na programação do calendário de manutenção de reparações básicas de cada parte do picador, como limpeza, aferição, lubrificação e calibragem, prevenindo falhas.
- A preditiva utiliza-se de métodos diferentes da preventiva, mas tem o mesmo princípio. Essa manutenção realiza inspeções e testes para a avaliação das partes de um picador e identificar suas irregularidades, para assim, programar sua manutenção.

3.3. Porquanto, desde a aquisição do equipamento de picador e triturador no ano de 2021, nunca houve a substituição dos itens acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GARANTIA

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando assim determinado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SE PUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 121
Rub. 14

5.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.8. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

5.9. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.10. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

Da Garantia:

Os produtos, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05(cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem ampliar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Estudo Técnico Preliminar, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Os produtos serão estocados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material, observando-se as regras de empilhamento máximo do produto, e demais informações de guarda do fabricante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 122
Rub. 107

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria do contrato, a respectiva nota fiscal devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.

8.8. O pagamento será realizado dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal.

8.9. O pagamento será transferido para crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no banco correspondente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 18.192,00 (dezoito mil e cento e noventa e dois reais), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

11.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Serviços Públicos:

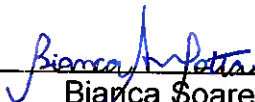
Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125,

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00

Ficha: 616

São Pedro da Aldeia, 3 de abril de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
 Raimundo Pereira Teixeira	37.874	

DESPACHO

À COGER,

1. Encaminho os autos para nova análise de conformidade e parecer quanto aos documentos acostados visando atender as ressalvas apontadas à fl. 110v.
2. Diante da alteração referente à garantia, foram incluídos os itens 9.1 e 9.2 na minuta do contrato.

São Pedro da Aldeia/RJ, 03 de abril de 2025.



ROBERTA SOUZA PINTO ETELVINO

Assessor Especial I

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

8.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência; e

8.1.11. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. A Contratada se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo material entregue, e, a substituir, em até 5 (cinco) dias após a notificação, o material que apresentar defeito, sem ampliar o preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

9.2. A Contratada deverá comprometer-se a prestar garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada produto constante do Termo de Referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

São Pedro da Aldeia, 09 de abril de 2025.

PMSPA - COGER
Processo nº 2437/2025
Pág. 127

À SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIO

Ciente do atendimento parcial das ressalvas apontadas por esta COGER.
Não obstante, reiteramos as seguintes ressalvas:

1- Abertura do procedimento e envio de lances na forma dos arts. 22 e seguintes do *Decreto Municipal nº 213/2022*, disponibilizando no Sistema por prazo não inferior a 3 (três) dias, a fim de se cumprir o seguinte:

2- Publicação do aviso de dispensa eletrônica no sistema Comprasnet, no PNPC e no Portal da Transparência do município;

(art. 14, parágrafo único do Decreto Municipal nº 213/2022)

(art. 15 do Decreto Municipal nº 213/2022)

3- Ato de autorização da contratação direta;

(Art. 72 Parágrafo Único da Lei Federal 14133/2024)

4- Lançamento do ato no SIGFIS;

5- Nomeação do fiscal conforme MEMO CIRCULAR CGM Nº 11/2021;

6- Publicação da cópia integral do processo no Portal da Transparência.

(OFÍCIO TSID 01/2022- FISC 205/2022 TCE/RJ E ATRICON)

Respeitosamente,


Talita Prevatto

Mat. 38477

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 2437/2025
Folha nº 128
Rub. RSR

DESPACHO

À PROGER,

1. Encaminho os autos para análise e parecer quanto à minuta do edital encartada às fls 63/108 e 126.
2. Outrossim, segue cópia do novo TR apresentado.
3. Assim, encaminho os autos para análise e parecer.

São Pedro da Aldeia/RJ, 10 de abril de 2025.



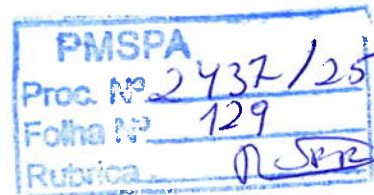
ROBERTA SOUZA PINTO ETELVINO
Assessor Especial I

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 118
Rub. 129

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.437/2025



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1,00	PÇ	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.
2	1,00	PÇ	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.
3	1,00	PÇ	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.
4	4,00	PÇ	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.
5	16,00	PÇ	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 110
Rub. 130

6	1,00	PÇ	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.
7	2,00	PÇ	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.
8	2,00	PÇ	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.

2437/25
130
R. EP

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, podendo ser formalizado nos termos de contrato, tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Ainda, o presente Termo de Referência foi elaborado conforme estudo de viabilidade através do estudo técnico preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Anual Contratações 2024 e 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos itens mencionados na tabela acima, são materiais necessários na manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, com o intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e manutenção adequada do patrimônio público. Uma vez que o equipamento é utilizado pela Secretaria Municipal de Serviço Público a fim de

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

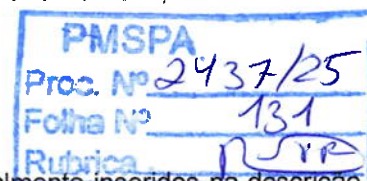
PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 120
Rub. 121

aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

3.2. Segundo a publicação da Infasul postada em 08/01/2020, a vida útil do equipamento de picador e triturador de galhos apresentam um período de 10 a 15 anos, porém é preciso realizar a manutenção para manter a ordem e funcionamento do equipamento por meio de intervenções corretas e oportunas. Existem três tipos de manutenção: corretiva, preventiva e preditiva:

- A corretiva é dividida em planejada, que após o problema identificado é realizada em intervalos, enquanto o picador não está sendo utilizado, e a não planejada, a qual é feita a manutenção imediatamente após o problema ser identificado.
- A manutenção preventiva baseia-se em criar uma rotina baseada na programação do calendário de manutenção de reparações básicas de cada parte do picador, como limpeza, aferição, lubrificação e calibragem, prevenindo falhas.
- A preditiva utiliza-se de métodos diferentes da preventiva, mas tem o mesmo princípio. Essa manutenção realiza inspeções e testes para a avaliação das partes de um picador e identificar suas irregularidades, para assim, programar sua manutenção.

3.3. Porquanto, desde a aquisição do equipamento de picador e triturador no ano de 2021, nunca houve a substituição dos itens acima.



4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GARANTIA

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando assim determinado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
NEIRA:12875917790 por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Proc. Nº 2437/25
Folha Nº 132
Rubrica R. 82

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 132
Rub. R. 82

5.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.8. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

5.9. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.10. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

Da Garantia:

Os produtos, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05(cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem ampliar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Estudo Técnico Preliminar, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Os produtos serão estocados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material, observando-se as regras de empilhamento máximo do produto, e demais informações de guarda do fabricante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 133
Rub. 133

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

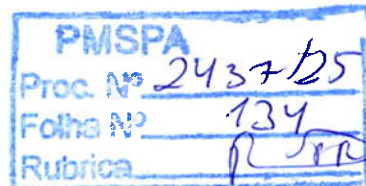
7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
NEIRA:12875917790 por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 123
Rub. 13



8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria do contrato, a respectiva nota fiscal devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.

8.8. O pagamento será realizado dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal.

8.9. O pagamento será transferido para crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no banco correspondente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 18.192,00 (dezoito mil e cento e noventa e dois reais), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO
Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 124
Rub. 135

11.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Serviços Públicos:

Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125,

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00

Ficha: 616

São Pedro da Aldeia, 3 de abril de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
 Raimundo Pereira Teixeira	37.874	

EXAMINADO E APROVADO NA FORMA DO PARECER
(art. 53, Lei 14133/21)

THAIS BARRETO Assinado de forma digital
por THAIS BARRETO
NEIRA:12875917790 NEIRA:12875917790



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SÃO PEDRO DA ALDEIA
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

PROC. Nº

DATA Nº

ASSINADA

3420/2024
103

2437/2025

136

GP

PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 01/2024

EMENTA: PARECER JURÍDICO REFERENCIAL. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE PEQUENO VALOR. COMPRAS E OUTROS SERVIÇOS. ARTIGO 75, INCISOS I E II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021. REQUISITOS A SEREM OBSERVADOS. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSTRUÇÃO ADMINISTRATIVA DO PROCESSO DE COMPRAS. RACIONALIZAÇÃO DAS AQUISIÇÕES ADMINISTRATIVAS. LIMITAÇÃO DAS FORMALIDADES ÀQUELAS IMPRESCINDÍVEIS AO PORTE DA CONTRATAÇÃO. 1. Aplicabilidade aos processos administrativos de contratação direta com fundamento no art. 75, incs. I e II, da Lei nº 14.133/2021. 2. Documentos que devem constar da instrução das contratações diretas referidas. 3. Dispensabilidade de análise individualizada de processos que envolvam matéria recorrente e que se amoldem aos termos desta manifestação jurídica referencial. 4. Necessário encaminhamento à Procuradoria-Geral, para análise individualizada, nas hipóteses não abarcadas pelo referencial, bem como em caso de dúvida específica de caráter jurídico externada pelo Gestor.

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo nº 3420/2024 encaminhado a esta Procuradoria para análise e manifestação sobre a possibilidade de contratação, mediante dispensa de licitação, em razão do valor, para realização de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para compras e aquisição de outros serviços, prevista no art. 75, incs. I e II, em atendimento as demandas estabelecidas pelo Departamento Municipal de Administração.

Constam dos autos os documentos requeridos pela Lei Federal nº 14.133/2021, suficientes para desencadear regularmente o procedimento. Ainda, consta a lista de verificação e minuta padrão de contrato regulamentadas através da Portaria PGM nº 001 de 19 de janeiro de 2023 que, por ato do Procurador Geral do Município de São Pedro da Aldeia, permite a dispensa da análise jurídica dos processos de contratação direta ali regulamentados, conforme o Decreto 213, de 27 de dezembro de 2022.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3420/2024
104
89
SÃO PEDRO DA ALDEIA
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

Em que pese o artigo 7º do referido decreto permitir a dispensa da análise jurídica quando preenchidos os requisitos constantes na lista de verificação aprovada por meio da Portaria, formalizamos o presente instrumento de racionalização do trabalho consultivo a fim de orientar os agentes públicos responsáveis pela instrução da fase preparatória.

Eis o breve relatório. Passo a análise jurídica desta contratação direta.

II. DA POSSIBILIDADE DE MANIFESTAÇÃO REFERENCIAL

Trata-se de instrumento de racionalização do trabalho consultivo desenvolvido pela Procuradoria Geral do Município de São Pedro da Aldeia, de acordo com o Decreto Municipal nº 213/2022 que regulamenta as contratações diretas realizadas nesta municipalidade, combinado com a Portaria PGM nº 001 de 19 de janeiro de 2023 que estabelece requisitos mínimos de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e o referido decreto autorizativo a utilização das minutas-padrão e lista de verificação.

Visando a melhor operacionalização dos processos de contratação pública, a adoção do parecer referencial se faz necessária para viabilizar a dispensa de análise de matérias que envolvam questões idênticas e recorrentes, uma vez que, nessa situação, quando houver os mesmos pressupostos fáticos e jurídicos, os processos estão dispensados de análise jurídica individualizada, estabelecendo-se uma orientação jurídica uniforme, desde que a área técnica verifique o cumprimento de todos os critérios que autorizam a dispensa do parecer jurídico preparatório.

A adoção do modelo de manifestação jurídica referencial se coaduna com o propósito de efetivação do princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, haja vista que promove a racionalização dos trabalhos nas Procuradorias Jurídicas, conferindo maior celeridade aos procedimentos administrativos em trâmite e gerando, inclusive, economia aos cofres públicos, em consonância com a essência de uma Administração Pública Gerencial.

A manifestação jurídica referencial se constitui, portanto, em medida adequada para orientar os agentes públicos responsáveis pela instrução da fase preparatória dos feitos, e capaz de conferir segurança legal à contratação prescindindo da análise individualizada desses processos pelo órgão de assessoramento jurídico, quando se tratar de contratação fundamentada no inciso I e II do art. 75, da Lei 14.133/21.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3420/2024
105
89
SÃO PEDRO DA ALDEIA
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

PROCC. Nº 2437/2025
FOLHA Nº 537
JUSTIÇA 89

Nessa esteira, além de agilizar a tramitação dos processos de contratação, ainda possui o condão de reduzir ou mesmo erradicar possíveis vícios e omissões que poderiam levar o procedimento à declaração de nulidade, gerando celeridade e eficiência.

Portanto, foram organizados instrumentos padronizados e lista de verificação nas contratações diretas, devidamente aprovadas pelo Controle Interno e Procuradoria, para verificação do cumprimento dos requisitos legais na fase preparatória, constantes na Portaria PGM nº 001/2023 visando a utilização do artigo 7º do Decreto Municipal nº 213/2022 que dispõe:

Art. 7º. Fica dispensada a análise jurídica dos processos de contratação direta nas hipóteses previamente definidas por ato do Procurador Geral do Município de São Pedro da Aldeia, nos termos do §5º, do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Nos casos em que for dispensada a análise jurídica, a contratação somente poderá ser realizada caso preenchidos todos os requisitos constantes da lista de verificação aprovada por meio de Portaria do Procurador Geral do Município.

Desta forma, os servidores encarregados de sua verificação, que poderá ser o Agente de Contratação ou outro servidor por este designado, poderão averiguar a regularidade da fase preparatória, sem a necessidade de parecer escrito e individualizado, salvo a existência de dúvida específica ou a verificação do não cumprimento dos critérios estabelecidos.

A Nova Lei de Licitações prevê em seu art. 53, § 5º a possibilidade de dispensa de manifestação jurídica quando houver pareceres referenciais sobre a matéria. Vejamos:

§5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

Desta forma, se verificado pelo setor de licitações que os critérios legalmente instituídos foram atendidos, poderá ser dispensada a prévia manifestação jurídica da procuradoria, contudo, se houver dúvidas o processo deverá ser normalmente encaminhado à análise jurídica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3420/2024
106
Eg
Município de São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

O parecer referencial é peça jurídica voltada a orientar a Administração em processos e expedientes administrativos que tratam de situação idêntica ao paradigma, sob o ponto de vista das orientações jurídicas ali traçadas.

O uso do presente parecer referencial dispensará a elaboração de parecer jurídico individualizado e a remessa dos autos à Procuradoria Geral do Município para fins de verificação de conformidade orientativa, e atendimento ao prescrito no art. 53, parágrafos 4º e 5º da Lei nº 14.133/2021 e art. 7º do Decreto Municipal nº 213/2022.

III. DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Preliminarmente, convém observar que a Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível. Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21. Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados. Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

Existem situações em que, as contratações, apesar de gerarem vínculos entre a administração e o particular, independem, por razões lógicas, da realização de licitação, que são as hipóteses de contratação direta, que ocorrem quando a disputa se faz inconveniente, desnecessária ou impossível. Sobre o procedimento de contratação direta o i. doutrinador Marçal Justen Filho, nos orienta:

“Tal como afirmado inúmeras vezes, é incorreto afirmar que a contratação direta exclui um “procedimento licitatório”. Os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação envolvem, na verdade, um procedimento especial e simplificado para a seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado. “Ausência de licitação” não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade de recursos etc). Devem ser observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação.”¹

Nos moldes previstos no artigo 75, II, da Lei nº. 14.133/21, com atualização de valores dada pelo Decreto nº 11.871/2023, a licitação será dispensável quando a contratação envolva o emprego de

¹JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9a ed. São Paulo: Dialética, 2002, Página 288.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

107
SÃO PEDRO DA ALDEIA
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS
PROG. Nº 2437/2025
FOLHA Nº 138
MUNICÍPIO

recursos inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras. Sabe-se que cabe ao administrador fazer a análise do caso concreto, com relação ao custo-benefício desse procedimento, levando-se em conta o princípio da eficiência e o interesse público que a contratação direta proporciona.

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A Lei 14.133/21 traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública, tendo sido instituído o Sistema de Dispensa Eletrônica, com a finalidade de dotar de maior transparência os processos de aquisição de menor valor.

Dito isto, fica claro que é extremamente relevante a observância dos requisitos formais de regularidade nos casos de contratação direta por dispensa em razão do valor, inclusive os dispostos no art. 72:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, **deverá ser instruído com os seguintes documentos:**

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;
- VII - justificativa de preço;
- VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

34.30/2024
108
8
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

Ressalta-se que os autos deverão ser instruídos de acordo com artigo 3º do Decreto Municipal nº 213/2022, observando os demais artigos daquela seção do Capítulo II.

Art. 3º O processo de contratação direta, que compreende os casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, **deverá ser instruído com os seguintes elementos:**

- I - documento de formalização de demanda;
 - II - estudo técnico preliminar, se for o caso;
 - III - análise de riscos, se for o caso;
 - IV - termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
 - V - estimativa de despesa, calculada na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - VI - justificativa de preço;
 - VII - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
 - VIII - razão de escolha do contratado;
 - IX - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
 - X - parecer jurídico, se for o caso;
 - XI - parecer técnico, se for o caso;
 - XII - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando se tratar da hipótese prevista no inciso VIII do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021;
 - XIII - autorização da autoridade competente;
 - XIV - indicação do dispositivo legal aplicável;
 - XV - autorização do ordenador de despesa;
 - XVI - consulta prévia da relação das empresas suspensas ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública do Município de São Pedro da Aldeia.
- § 1º Será exigida a elaboração de estudo técnico preliminar e a análise de riscos nas hipóteses previstas no inciso III, e nas alíneas b, c, e, f do inciso IV, ambos do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- § 2º O ato que autoriza a contratação direta deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

3420/2024
109
San Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

2437/2025
539

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

§ 3º Os atos e os documentos de que trata este Decreto, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais.

Por fim, finalizada a instrução com os elementos supramencionados, deverão conter os instrumentos padronizados e lista de verificação, condição esta indispensável para que seja realizada a contratação direta, conforme art. 1º, parágrafo único da Portaria PGM nº 001/2023.

IV. DA DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR – ART. 75, inciso I e II, da Lei Federal 14.133/2021

Além disso, o art. 75 dispõe detalhes importantes que obrigatoriamente devem ser respeitados:

Art. 75. É dispensável a licitação: (...)

§1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza,

entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade. (...)

§3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

§4º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente pagas por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). (...)

Observar-se-á sempre a proibição do fracionamento irregular das despesas, evitando-se que a contratação direta seja utilizada para escapar da modalidade licitatória adequada. Pois a utilização irracional das contratações diretas pode configurar falha de planejamento.

Voltando aos procedimentos da contratação direta, deve ser observado o prazo de 03 (três) dias úteis de publicação da intenção de contratação direta antes de se efetivar a contratação, para que assim seja possível a obtenção de propostas adicionais.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



3420/2024
110

Quanto ao instrumento contratual, nos termos do art. 95, I da 14133/2021, este poderá ser substituído por outros documentos tais como nota de empenho, autorização de compra, ordem de serviço.

Quanto aos documentos internos, conforme o caso, não serão necessários estudos técnicos preliminares, análise de riscos entre outros, conforme regulamentação própria do município, que deverá ser observada, porém, sempre deverá constar a demonstração de compatibilidade orçamentária e os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista.

Além disso, primordial se observar a justificativa de escolha do contratado, do preço, autorização da autoridade competente e o prévio empenho, pois é vedado o pagamento antecipado, como regra geral, resumindo, são indispensáveis:

- a) Justificativa da Necessidade da contratação (nela o gestor deverá demonstrar o interesse público envolvido e/ou atingido pela contratação);
- b) Razão da Escolha do Fornecedor;
- c) Justificativa de Preços;
- d) Documentos que comprovem a habilitação jurídica, a qualificação técnica, a qualificação econômico-financeira e a regularidade fiscal, social e trabalhista do contratado;
- e) Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- f) Publicação no órgão de imprensa oficial do ato de ratificação da dispensa ou inexigibilidade.

Além dos requisitos supramencionados, a instrução dos processos administrativos de contratação direta com fundamento no art. 75, I e II, da Lei nº 14.133/2021 devem conter os instrumentos padronizados e lista de verificação, condição esta indispensável para que seja realizada a contratação direta, conforme art. 1º, parágrafo único da Portaria PGM nº 001/2023.

Consigna-se, por fim, que os pareceres emitidos pela procuradoria, analisam somente os aspectos jurídicos da questão trazida ao exame, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

3460/2024
111
2437/2025
340
86

V. CONCLUSÃO

Isto posto, observada a legislação de regência, opino pela legalidade e aprovação do processo de contratação através da modalidade de contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no artigo 75 da Lei no 14.133/2021.

Com intuito de propiciar eficiência e celeridade no âmbito da Administração Pública Municipal, dou a este parecer caráter referencial, aprovando, desde já, novos processos que tratem sobre a mesma matéria, desde que a secretaria solicitante e os agentes envolvidos no processo de contratação atendam as orientações aqui contidas e que seja verificado o cumprimento dos requisitos exigidos na Portaria PGM 001/2023, bastando anexar cópia deste parecer após o seu preenchimento e encaminhar o processo para ratificação da autoridade superior, a qual sempre deverá ser publicada.

Ressalto que o presente parecer restringe-se aos aspectos legais do procedimento, ausente juízos de valor referentes aos aspectos econômico e técnico, nem da oportunidade e conveniência da decisão adotada.

Este é o Parecer Referencial exarado, em 09 (nove) laudas, assinada a última e rubricadas as demais.

São Pedro da Aldeia, 29 de julho de 2024.

Thaís Barreto Neira
Assessor Especial Jurídico
PGM/SPA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
PROCO. Nº 2439/2025
DATA DA PAD 14/4
PUB. Nº 14/4

À Secretaria Municipal de Licitações,

Considerando que art. 7º do Decreto Municipal n.º 213/2023, bem como a instrução processual constar com a lista de verificação (fls. 58/62) necessária para a realização da contratação direta conforme a Portaria PGM n.º 001/2023, fica autorizado o prosseguimento do feito.

Vejamos:

Art. 7. Fica dispensada a análise jurídica dos processos de contratação direta nas hipóteses previamente definidas por ato do Procurador Geral do Município de São Pedro da Aldeia, nos termos do §5º, do art. 53 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Nos casos em que for dispensada a análise jurídica, a contratação somente poderá ser realizada caso preenchidos todos os requisitos constantes da lista de verificação aprovada por meio de Portaria do Procurador Geral do Município.

Em complemento, faço a inclusão do instrumento de racionalização, sendo este o parecer de caráter referencial sobre o tema, exarado nos autos do processo administrativo n.º 4539/2024 e aprovado para os novos processos administrativos que tratem sobre a mesma matéria.

São Pedro da Aldeia, 14 de abril de 2025.


Rafael Zeferino Marques
Assessor Especial II

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90012/2025

Processo Administrativo nº 2437/2025

Torna-se público que o Município / de São Pedro da Aldeia, por meio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios (SELICC), realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento de **menor preço global**, na hipótese do art. 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais dispositivos legais aplicáveis.

DATA DA SESSÃO: 30/04/2025

Link: [h=ps://www.gov.br/compras/pt-br](https://www.gov.br/compras/pt-br)

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 08:00 ÀS 14:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O valor global estimado da presente Dispensa Eletrônica será de R\$ 15.391,42 (quinze mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos).

1.4. O valor estimado no Termo de Referência (Anexo I) é apurado na fase preparatória da contratação, conforme requisitos do artigo 18 da Lei Federal nº 14.133/2021. Na presente licitação, o valor de referência a ser considerado se encontra na planilha de Planilha de Composição de Preços (Anexo III).

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov, disponível no endereço eletrônico www.compras.gov.br

2.2. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.4. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta, seja em razão das penalidades previstas nas sanções previstas no artigo 156, III e IV da Lei Federal nº 14.133/2021;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou

que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.6. Aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a participante no presente certame de Dispensa Eletrônica.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto da presente Dispensa Eletrônica em todos os seus termos, adequados à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.7. OS ITENS DEVERÃO SER DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E NÃO DO SISTEMA.

3.9.8. ITENS EM DESACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA NÃO SERÃO ACEITOS.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 08:00h na data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 0,10** (dez centavos).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. O Prazo para envio da proposta atualizada é de 04 (quatro) horas. Encerrado esse prazo sem o envio, a proposta será desclassificada.

5.6. Não serão aceitas propostas com valor unitário superior ao limite estabelecido e praticados no mercado, com preços manifestamente inexequíveis, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021, ou com quantitativos inferiores ao máximo previsto neste Edital, em atendimento ao artigo 84, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6.1. Conforme disposto no art. 59, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o licitante melhor classificado, ao final da fase de lances, cuja proposta apresente valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela administração, deverá, no prazo da proposta readequada constante do item 5.5, apresentar demonstração detalhada de exequibilidade de sua proposta. A demonstração deverá conter, no mínimo:

- a) Composição detalhada dos custos dos principais insumos e serviços que compõem a proposta;
- b) Justificativas que comprovem a capacidade técnica, econômica e financeira de execução do objeto licitado nas condições ofertadas; e
- c) Outros documentos e informações que a administração julgar necessários para comprovar a viabilidade da proposta.

5.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.7.1. contiver vícios insanáveis;

5.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.8.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos

insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.8.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ([h=ps://cer7doesapf.apps.tcu.gov.br/](http://ps://cer7doesapf.apps.tcu.gov.br/))

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 Alternadamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1 a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do contrato ou saldo não atendido do contrato;

c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada;

d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 03 (três) anos

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

8.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) até 1 (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplência parcial da obrigação assumida;

c) 15% (quinze por cento) até 20 (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada; e

d) 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação de garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO).

8.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

8.6. As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 8.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c" do item 8.3. e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

8.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, o não pagamento implicará na inscrição do valor remanescente devido em dívida ativa do Município.

8.9. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exime, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta terão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e seus regulamentos aplicáveis, além dos princípios gerais de direito.

9.13. Aplicam-se no couber, a disposição constante da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

9.14. É vedada a subcontratação, cedência ou transferência da execução do objeto, no todo ou em parte, a terceiro, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

9.13. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.14.1. **ANEXO I** – Documentação exigida para Habilitação

9.14.2. **ANEXO II** - Termo de Referência

9.14.3. **ANEXO III** – Planilha de Composição de Preços

9.14.4. **ANEXO IV** – Forma de Apresentação da Proposta

9.14.5. **ANEXO V** – Minuta de Contrato

São Pedro da Aldeia, RJ – 25 de abril de 2025.

VIVIAN DE
CARVALHO
LOBO

Assinado de forma
digital por VIVIAN DE
CARVALHO LOBO
Dados: 2025.04.25
11:44:22 -03'00'

Vivian de Carvalho Lobo

Secretária Municipal de Licitações, Contratos e Convênios

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive

aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.6.1 caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual.

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.437/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO
1	1,00	PÇ	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.
2	1,00	PÇ	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas Industriais.
3	1,00	PÇ	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.
4	4,00	PÇ	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.
5	16,00	PÇ	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 110
Rub. 13

6	1,00	PÇ	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.
7	2,00	PÇ	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.
8	2,00	PÇ	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, podendo ser formalizado nos termos de contrato, tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Ainda, o presente Termo de Referência foi elaborado conforme estudo de viabilidade através do estudo técnico preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Anual Contratações 2024 e 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos itens mencionados na tabela acima, são materiais necessários na manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, com o intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e manutenção adequada do patrimônio público. Uma vez que o equipamento é utilizado pela Secretaria Municipal de Serviço Público a fim de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
CIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB

Proc. nº 2.437/2025

Folha nº 120

Rub. 12

aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

3.2. Segundo a publicação da Infasul postada em 08/01/2020, a vida útil do equipamento de picador e triturador de galhos apresentam um período de 10 a 15 anos, porém é preciso realizar a manutenção para manter a ordem e funcionamento do equipamento por meio de intervenções corretas e oportunas. Existem três tipos de manutenção: corretiva, preventiva e preditiva:

- > A corretiva é dividida em planejada, que após o problema identificado é realizada em intervalos, enquanto o picador não está sendo utilizado, e a não planejada, a qual é feita a manutenção imediatamente após o problema ser identificado.
- > A manutenção preventiva baseia-se em criar uma rotina baseada na programação do calendário de manutenção de reparações básicas de cada parte do picador, como limpeza, aferição, lubrificação e calibragem, prevenindo falhas.
- > A preditiva utiliza-se de métodos diferentes da preventiva, mas tem o mesmo princípio. Essa manutenção realiza inspeções e testes para a avaliação das partes de um picador e identificar suas irregularidades, para assim, programar sua manutenção.

3.3. Porquanto, desde a aquisição do equipamento de picador e triturador no ano de 2021, nunca houve a substituição dos itens acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GARANTIA

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando assim determinado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 121
Rub. 12

5.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.8. Caso o(s) produto(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

5.9. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.10. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

Da Garantia:

Os produtos, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05(cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem ampliar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Estudo Técnico Preliminar, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Os produtos serão estocados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material, observando-se as regras de empilhamento máximo do produto, e demais informações de guarda do fabricante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 122
Rub. 108

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
ALIANÇA DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 123
Rub. 12

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria do contrato, a respectiva nota fiscal devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.

8.8. O pagamento será realizado dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal.

8.9. O pagamento será transferido para crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no banco correspondente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 18.192,00 (dezoito mil e cento e noventa e dois reais), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 124
Rub. 10

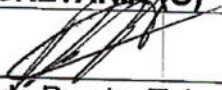
11.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Serviços Públicos:
Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125,
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00
Ficha: 616

São Pedro da Aldeia, 3 de abril de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA(O)	MATRÍCULA	RUBRICA
 Raimundo Pereira Teixeira	37.874	

ANEXO III – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA AL

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III- Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: PMSPA

Processo Adm: 2437/2025

Modalidade: dispensa eletrônica

Tipo de Licitação: Menor preço global

Objeto:

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de podas com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para retomar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Item	Produto	Und.	Qtd	Vi. Estimado	Vi. Total
1	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	PÇ	1,00	4.426,0000	4.426,00
2	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento o para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	PÇ	1,00	1.701,8400	1.701,84
3	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Estérco de 50 mm Descrição: Engate estérco com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo o em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	PÇ	1,00	4.742,3900	4.742,39
4	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	PÇ	4,00	850,0000	3.400,00
5	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 80MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 80 mm, mínimo cab. sextavado para a aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	PÇ	16,00	5,0000	80,00
6	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro m mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	PÇ	1,00	183,63	183,63
7	RETENTOR NITRILICA - Retentor de Borracha Nitrilica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrilica com dureza d e 70 A, sendo para vedação entre mancal e rolamento.	PÇ	2,00	426,00	852,00

31/03/2025 16:11:08





PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA AL

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III- Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: PMSPA					
Modalidade:	dispensa eletrônica				
Tipo de Licitação: Menor preço global					
Objeto:	Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos. Ideal solução de resíduos de podas com ganhos na redução do volume e reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para retomar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.				
Tipo de Benefício: -					
Item	Produto	Und.	Qtd	Vi. Estimado	Vi. Realizada
8	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	PÇ	2,00	228,7800	457,56
Descr:					
Valor Global					15.391,42

2437/55
91
R582

ANEXO IV – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
Aviso de Dispensa Eletrônica nº 90012/2025 – Processo Administrativo nº 2437/2025

Razão Social:

Dados Bancários

CNPJ:

Banco:

Endereço:

Agência:

Contato:

C/C:

Cep:

Tel.:

Cel.:

E-mail:

Representante comercial:

Objeto da Contratação :

O objeto da presente dispensa de licitação é a aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
01	Pç	01	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	R\$	R\$
02	Pç	01	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo correia de transmissão em "V" dupla, acionamento para as polias de transmissão com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	R\$	R\$

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 2437/2025
Folha nº
Rub. _____

03	Pç	01	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	R\$	R\$
04	Pç	04	FACA 228 X 114 X 15,8 mm- Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	R\$	R\$
05	Pç	16	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	R\$	R\$
06	Pç	01	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	R\$	R\$
07	Pç	02	RETENTOR NITRILICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. , sendo para vedação entre mancal e rolamento.	R\$	R\$
08	Pç	02	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70 X 125 X 26,25 mm.	R\$	R\$
TOTAL:					R\$

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data do envio da proposta.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 2437/2025
Folha nº 158
Rub. 2

O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 2025.

(assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XX/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA
ALDEIA, POR INTERMÉDIO DO (A)
SECRETÁRIO (A) MUNICIPAL
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

O Município de São Pedro da Aldeia com sede na Rua Marques da Cruz, nº 61, na cidade de São Pedro da Aldeia /RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 28.909.604/0001-74, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal xxxxxxxx, nomeado(a) pela Portaria nº xxx, de xxx de xxxxxx de 20xx, publicada no DOM de xxxx de xxxxxxxx de xxxx, portador da Matrícula Funcional nº xxxxx, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) xxxxxxxx inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na xxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por xxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 12.667/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. xx/xx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente é a aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
01	Pç	01	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	R\$	R\$

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES,
CONTRATOS E CONVÊNIOS

PMSPA/SELICC
Proc. nº 2437/2025
Folha nº 159
Rub. _____

02	Pç	01	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo correia de transmissão em "V" dupla, acionamento para as polias de transmissão com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	R\$	R\$
03	Pç	01	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	R\$	R\$
04	Pç	04	FACA 228 X 114 X 15,8 mm - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	R\$	R\$
05	Pç	16	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	R\$	R\$
06	Pç	01	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	R\$	R\$
07	Pç	02	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. , sendo para vedação entre mancal e rolamento.	R\$	R\$
08	Pç	02	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70 X 125 X 26,25 mm.	R\$	R\$
TOTAL:					R\$

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Planilha de Composição de Preços;
- 1.3.4. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.5. Os anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) recebimento da ordem de fornecimento, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ XXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, devendo a Contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

5.2.2. Por ocasião da apresentação de nota fiscal, a Contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

5.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direitos a acréscimos de qualquer natureza.

5.2.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

5.2.5. O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo Contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a Contratada não emitir a nota fiscal/fatura apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2012, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no Termo de Referência.

5.4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.4.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4.6. O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos fornecidos.

5.4.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em xx/xx/xx.

6.2. Após o interregno de um ano, desde de que haja pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, desde a data-base vinculada ao orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/21, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Requisitar a prestação dos fornecimentos, na forma prevista no Termo de Referência;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constante do Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

7.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;

7.1.4. Exigir do Contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação; e

7.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

8.1. São obrigações do Contratada:

8.1.1. Executar o objeto desta contratação de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes no Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;

8.1.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Termo e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

8.1.3. Responsabilizar-se, em qualquer caso, pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

8.1.4. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, de manual do usuário, com versão em português, e, da relação de rede de assistência técnica autorizada;

8.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;

8.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

8.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.8. Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

8.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência; e

8.1.11. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. A Contratada se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo material entregue, e, a substituir, em até 5 (cinco) dias após a notificação, o material que apresentar defeito, sem ampliar o preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

9.2. A Contratada deverá comprometer-se a prestar garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada produto constante do Termo de Referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do contrato ou saldo não atendido do contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada;
- d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 03 (três) anos
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

10.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplência parcial da obrigação assumida;
- c) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos caso de extinção por culpa da contratada; e
- d) 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação de garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2%

(dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO).

10.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

10.6. As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do item 8.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c" do item 8.3. e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

10.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, o não pagamento implicará na inscrição do valor remanescente devido em dívida ativa do Município.

10.9. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exime, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo

necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha: 616

Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Pedro da Aldeia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

São Pedro da Aldeia, xxxx de xxxxxxxx de 20xx.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Última atualização 25/04/2025

Unidade compradora: 985903 - PREFEITURA MUNICIPAL SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ

Modalidade da contratação: Dispensa **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 75, II **Tipo:** Aviso de Contratação Direta

Modo de disputa: Dispensa Com Disputa **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 25/04/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 25/04/2025 11:44 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 30/04/2025 07:59 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 28909604000174-1-000047/2025 **Fonte:** [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)

Objeto:

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Formação complementar:

Dispensa de licitação pelo valor conforme art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

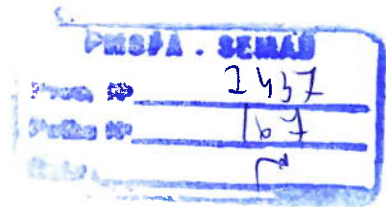
R\$ 15 391.42



 <https://portal.desenv.cos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



AVISOS LEI Nº 14.133

Início (/index.php) / Acesso a Informação (acessoainformacao.php) / Portal de licitações (/licitacao.php) / Lei 14.133 (/lei14133.php) / Detalhe

PROTOCOLO: 2025.04.25-0001

Informações do processo

- **CATEGORIA:** AVISO DE DISPENSA
- **RESPONSÁVEL:** FELIPE NOVAES DOS SANTOS FONSECA
- **VALOR ESTIMADO:** R\$ 15.391,42
- **NÚMERO PNCP:** 28909604000174-1-000047/2025

PROPOSTAS ENCERRADAS

PERÍODO: 25/04/2025 15:57 - 30/04/2025 15:57

⌚ Falta(m) **4 dia(s), 23:40:44** para encerrar o envio

Informações do objeto

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 900012/2025: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO PICADOR E TRITURADOR DE GALHOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA E SEUS ANEXOS.

🖨 Imprimir (areport/?pg=lei14133&id=73) 🔗 Link PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais/28909604000174/2025/47)

Arquivos disponíveis



DESCRIÇÃO	AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA
Data/Hora	25/04/2025 - 16:05:27
Extensão	PDF
Tamanho	3MB
Arquivos	 (arquivos_download.php?pg=lei14133&id=73&subid=9059)

Movimentação



📅 DATA: 30/04/2025 - ⌚ SITUAÇÃO: PROPOSTAS ENCERRADAS



📅 DATA: 25/04/2025 - ⌚ SITUAÇÃO: PUBLICADO

JUSTIFICATIVA

PUBLICADO

Qual o seu nível de satisfação com essa informação?



O Portal da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia utiliza cookies para melhorar a sua experiência, de acordo com a nossa Política de Privacidade (politica.deprivacidade.php), ao continuar navegando você concorda com estas condições.

CONTINUAR



Insatisfeito



Neutro



Satisfeito



Muito satisfeito



**RADAR NACIONAL DA
TRANSPARENCIA PUBLICA**

**ACESSE O PORTAL
CLIQUE AQUI**



(<https://radardatransparencia.atricon.org.br/>)



Institucional

Prefeito

CNPJ: 28.909.604/0001-74

Contatos

(22) 2621-1559

prefeito@pmspa.rj.gov.br

Endereço e horário

R. Marques da Cruz, 61 - Centro, 28.940-970

Seg à Sex - 09:00h às 17:00h



© 2025 NPI Brasil (<http://npibrasil.com/>). Todos os Direitos Reservados.

Consulta

Cadastro

Segurança

Utilitários

Área de Trabalho

Razão do Fornecedor

Consulta Nível I - Credenciamento

Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação do Fornecedor
23.691.899/0002-12	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA	Não consta na RFB	Credenciado
Data de Vencimento do Cadastro	Data/Hora da Última Sincronização	Situação do Nível I	
23/04/2026	Pendente de sincronização	Cadastrado	

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa	Data de Abertura da Empresa
Demais	15/12/2020

Natureza Jurídica	MEI	Capital Social (R\$)
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA	Não	0,00

Cnae Primário

7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

1 2

Cnaes Secundários

4663-0/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO INDUSTRIAL; PARTES E PEÇAS

6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

7410-2/99 - ATIVIDADES DE DESIGN NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE

7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR

8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO

1 2

Contato Principal e Endereço

CEP	Endereço	Município / UF
88.420-000	RUA PITANGUEIRA, 822 - GALPAO - SIEGEL	Agrolândia / Santa Catarina

DDD	Telefone

INCLUIR

Contatos

(47) 3531-2866

(47) 99990-0743

E-mail

lucas@lippel.com.br



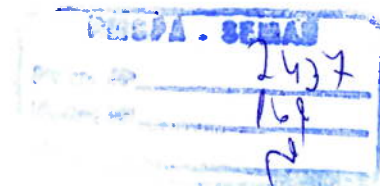
Responsável Legal

CPF

042.126.929-45

Nome

LUCAS LIPPEL



Responsável pelo Cadastro

CPF

042.126.929-45

Nome

LUCAS LIPPEL

E-mail

lucas@lippel.com.br



Linhas de Fornecimento do Fornecedor

Material

Nenhuma linha de fornecimento cadastrada

Serviço

Nenhuma linha de fornecimento cadastrada

VOLTAR

RELATÓRIO

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

Brasília, 05 de Maio de 2025



Produção



Consulta

Cadastro

Segurança

Utilitários

Atos de Trabalho

Raio-x do Fornecedor

PREFEITURA - SENAD

Processo nº

Data de

Valor

Consulta Nível II - Habilitação Jurídica

Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação do Fornecedor
23.691.899/0002-12	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA	Não consta na RFB	Credenciado
Data de Vencimento do Cadastro	Situação do Nível II		
23/04/2026	Cadastrado		

Orientações

Nível II

A Habilitação Jurídica é o segundo nível de cadastramento no SICAF.

No exame da documentação relativa à habilitação jurídica devem ser observadas as normas que regulam e legitimam a atividade de pessoas físicas e jurídicas. A documentação exigida, conforme o artigo 28 da Lei nº 8.666, de 1993, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

VI - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

O estatuto social das sociedades por ações deve estar acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, conforme a Lei nº 6.404, de 1976. Para ser considerado em vigor, deve observar as exigências previstas em lei, dentre as quais:

I - registro na junta comercial;

II - publicação na imprensa oficial da União, ou do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia e

III - publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia.

A empresa, no entanto, estando sob a égide de Microempreendedor Individual - MEI deverá inserir o seu documento SIMEI - Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos Abrangidos pelo Simples Nacional.

Obs.1. As informações relativas ao quadro societário são obtidas por interoperabilidade com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Obs.2. Em atendimento à exigência do inciso I, do art. 28 da Lei nº 8.666, de 1993, será aceito para fins de habilitação Jurídica o documento de identificação, que seja considerado válido em todo território nacional, na forma da legislação em vigor, relativo ao(s) Sócio (s), Dirigente (s), e cônjuge (s).

Obs.3. Orientamos sobre a necessidade de complementação na habilitação Jurídica das informações sobre cônjuge(s) do(s) sócio(s) e dirigente(s), tendo em vista a determinação do Tribunal de Contas da União, pela qual os órgãos e entidades da Administração Pública devem verificar a existência de sócios comuns, endereços idênticos e/ou indícios de parentesco. (Acórdão 2136/2006 - 1ª Câmara e Acórdão 662/2013 - Plenário).

Documentos

Natureza Jurídica

SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

Contrato Social

Arquivo Comprobatório

DOWNLOAD

Responsável Legal

CPF

Nome

4212692945

LUCAS LIPPEL



Sócios / Administradores

PROSPA - SEMAD
Data ID: 2437
Data ID: 147
M

CPF / CNPJ	Nome / Razão social	Participação Societária (%)	Possui pendência	Ação
042.126.929-45	LUCAS LIPPEL	100,000000	Não	☐

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

VOLTAR

Brasília, 05 de Maio de 2025



Produção



Consulta

Cadastro

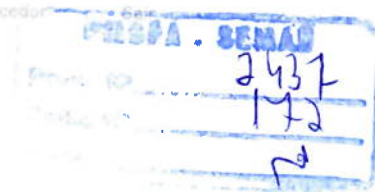
Segurança

Utilitários

Área de Trabalho

Relatório do Fornecedor

Consulta Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal



Fornecedor

CNPJ	Razão Social	Nome Fantasia	Situação do Fornecedor
23.691.899/0002-12	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA	Não consta na RFB	Credenciado
Data de Vencimento do Cadastro	Situação do Nível III		
23/04/2026	Cadastrado		

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante

☒ Certidão ☐ Decisão Judicial

Código de Controle da Certidão	Data de Validade
8F7864C3ED1FA899	27/10/2025

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante

☒ Certidão ☐ Decisão Judicial

Código de Controle da Certidão	Data de Validade
2025041407532354948653	13/05/2025

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante

☒ Certidão ☐ Decisão Judicial

Código de Controle da Certidão	Data de Validade
795323342024	17/05/2025

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

VOLTAR

RELATÓRIO

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

Consulta

Cadastro

Segurança

Utilitários

Área de Trabalho

Ratificação do Fornecedor



Consulta Nível V - Qualificação Técnica

Fornecedor

CNPJ

23.691.899/0002-12

Razão Social

LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

Nome Fantasia

Não consta na RFB

Situação do Fornecedor

Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro

23/04/2026

Situação do Nível V

Cadastrado

Entidades de Classe

Entidade e UF	Nº Registro	Data de Validade	Ação
CREA SC	141434-8	31/03/2023	☐

Certificação Técnica

Nenhum registro de certificação técnica encontrado

VOLTAR

RELATÓRIO

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

Consulta

Cadastro

Segurança

Utilitários

Área de Trabalho

Raio-x do Fornecedor

PMSPA - SEMAD

Consulta Nível VI – Qualificação Econômico-Financeira

Fornecedor

CNPJ

23.691.899/0002-12

Razão Social

LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

Nome Fantasia

Não consta na RFB

Situação do Fornecedor

Credenciado

Data de Vencimento do Cadastro

23/04/2026

Situação do Nível VI

Cadastrado

Balanços Patrimoniais

2023

	Tipo de Balanço	Demonstração Contábil	Exercício Financeiro	Validade do Balanço	Ação
☐	Balanço Anual	12/2023	01/2023 a 12/2023	06/2025	☐ ☐

2022

2020

VOLTAR

RELATÓRIO

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025

Dados da empresa:

Razão social: Lippel Engenharia e Equipamentos LTDA (Filial)

CNPJ: 23.691.899/0002-12

Endereço completo: Rua Pitangueira 733, bairro Siegel Agrolândia SC CEP 88420-000

Telefones: (47) 9 9990-0743

E-mail institucional: licitacao@engelippel.com.br

Optante pelo Simples Nacional: () Sim (X) Não

Dados Bancários: Banco Viacredi Alto Vale (085) / Agência 0211 / CC 62109-9

Responsável pela Assinatura do Contrato:

Sr. Lucas Lippel – Titular

RG: 4690836 SSP/SC CPF: 042.126.929-45

Tel. (47) 9 8808-4266

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	01	Und	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	Lippel	R\$ 4.270,00	R\$ 4.270,00
02	01		CORREIA HC 5V S X 900 - Correia de transmissão (Classe 1 linha) Descrição: mínimo correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais	Lippel	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
03	01		ENGATE 500 MM 2300 KGS – Engate Esférico de 50 mm. Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	Lippel	R\$ 5.450,00	R\$ 5.450,00
04	04		FACA 228X114X15,8 – Faca industrial de corte. Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo	Lippel	R\$ 820,00	3.280,00

Para mais informações

CNPJ: 23.691.899/0001-31 Ins. Estadual: 257817093. Nova Trento – Santa Catarina - Brasil

Fone: +55 47 3534 4026

Rodovia SC 108, Nº 8227, CEP 88.270-000



		dimensões de 228x114x15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.			
05	16	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16x 60MM – Parafuso sextavado com rosca Métrica (Classe 1 linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16x 60 mm, mínimo cab, sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	Lippel	R\$ 9,00	R\$ 144,00
06	01	PONTEIRA MENOR – Ponteira menor. Descrição: mínimo ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20 mm e comprimento de 60 mm.	Lippel	R\$ 146,00	R\$ 146,00
07	02	RETENTOR NITRÍLICA – Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1 linha) Descrição: mínimo retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A, sendo para vedação entre mancal e rolamento.	Lippel	R\$ 200,00	R\$ 400,00
08	02	ROLAMENTO 1 LINHA – Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1 linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	Lippel	R\$ 215,00	R\$ 430,00

VALOR TOTAL: R\$ 15.120,00

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data do envio da proposta.

O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias.

Agrolândia/SC, 05 de maio de 2025.

Lucas Lippel
RG nº 4690836
CPF nº 042.126.929-45
Titular
Lippel Engenharia e Equipamentos LTDA
CNPJ nº 23.691.899/0002-12

LUCAS
LIPPEL:042
12692945

Assinado de forma
digital por LUCAS
LIPPEL:0421269294
5
Dados: 2025.05.05
12:45:00 -03'00'

Para mais informações

CNPJ: 23.691.899/0001-31

Fone: +55 47 3534 4026

Ins. Estadual: 257817093. Nova Trento – Santa Catarina - Brasil

Rodovia SC 108, Nº 8227, CEP 88.270-000



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/05/2025 09:03:53

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA**
CNPJ: **23.691.899/0002-12**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Consulta

Cadastro

Segurança

Utilitários

Área de Trabalho

Consultar Fornecedor Infrator

Pesquisar Fornecedor

Tipo de Pessoa

☐ Pessoa Jurídica ☐ Pessoa Física ☐ Estrangeiro

CNPJ

23.691.899/0002-12

Razão Social

PESQUISAR

REALIZAR NOVA PESQUISA

VOLTAR PARA PÁGINA INICIAL

Nenhum registro encontrado para a consulta realizada.

LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ nº 23.691.899/0001-31
NIRE nº 42206864528



6ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Lucas Lippel, brasileiro, casado sob regime de separação de bens, nascido em 17.10.1985, engenheiro industrial-mecânico inscrito no CREA-SC sob nº S1 098853-5, no RG nº 4.690.836/SESP-SC e no CPF nº 042.126.929-45, residente e domiciliado na Rua Antônio Athanazio Corrêa, nº 149, Casa 09, Bairro Barra, no município de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.332-155.

Único socio da Sociedade Empresária Limitada, Lippel Engenharia e Equipamentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.691.899/0001-31 e na JUCESC em 18.11.2015 sob NIRE nº 42206864528, com sede na Rodovia SC 108, nº 8227, Bairro Claraíba, no município de Nova Trento/SC, CEP 88.270-000, resolve alterar e consolidar seu Contrato Social, mediante as condições seguintes:

I – Alteração do endereço da filial CNPJ 23.691.899/0002-12 e na JUCESC sob NIRE nº 42901313461, para Rua Pitangueira, nº 822, Galpão, Bairro Siegel, no município de Agrolândia/SC, CEP 88.420-000 e alteração nas atividades, que explora serviços de engenharia, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, atividades de design não especificadas anteriormente, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, atividades de cobrança e informações cadastrais e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO

Lucas Lippel, brasileiro, casado sob regime de separação de bens, nascido em 17.10.1985, engenheiro industrial-mecânico inscrito no CREA-SC sob nº S1 098853-5, no RG nº 4.690.836/SESP-SC e no CPF nº 042.126.929-45, residente e domiciliado na Rua Antônio Athanazio Corrêa, nº 149, Casa 09, Bairro Barra, no município de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.332-155,

Único sócio componente da Sociedade Empresária Limitada, que gira sob o nome empresarial Lippel Engenharia e Equipamentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.691.899/0001-31 e na JUCESC sob NIRE nº 42206864528, têm, o que segue:

Cláusula Primeira. A sociedade gira sob o nome empresarial Lippel Engenharia e Equipamentos LTDA.

Cláusula Segunda. A sociedade está estabelecida na Rodovia SC 108, nº 8227, Bairro Claraíba, no município de Nova Trento/SC, CEP 88.270-000.

Cláusula Terceira. A sociedade explora o ramo de serviços de engenharia industrial; indústria metalúrgica; industrialização por encomenda para a indústria metalúrgica; indústria, comércio atacadista, importação e exportação de máquinas industriais; indústria, comércio atacadista, importação e exportação, manutenção, reforma e industrialização por encomenda de equipamentos industriais; comércio atacadista de materiais mecânicos e industriais; indústria de máquinas e equipamentos para os setores de reciclagem e florestal; fabricação de reboques rodoviários; locação de máquinas e equipamentos industriais; serviços de trituração e picagem de madeiras; treinamento e capacitação de utilização de equipamento; serviços de cobrança extrajudicial; tratamento e disposição de resíduos não perigosos; suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação (TI), incluindo manutenção de sites; serviços de design gráfico; e serviços de escritório e apoio administrativo.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/03/2025 Data dos Efeitos 07/03/2025

Arquivamento 20258840935 Protocolo 258840935 de 07/03/2025 NIRE 42206864528

Nome da empresa LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 174969715079468

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

10/03/2025



Parágrafo Primeiro. O estabelecimento matriz da sociedade, continua explorando apenas o ramo de serviços de engenharia industrial; indústria metalúrgica; industrialização por encomenda para a indústria metalúrgica; indústria, comércio atacadista, importação e exportação de máquinas industriais; indústria, comércio atacadista, importação e exportação, manutenção, reforma e industrialização por encomenda de equipamentos industriais; comércio atacadista de materiais mecânicos e industriais; indústria de máquinas e equipamentos para os setores de reciclagem e florestal; fabricação de reboques rodoviários; locação de máquinas e equipamentos industriais; serviços de trituração e picagem de madeiras; treinamento e capacitação de utilização de equipamento; serviços de cobrança extrajudicial; e tratamento e disposição de resíduos não perigosos.

Parágrafo Segundo. A responsabilidade técnica será exercida por profissional devidamente habilitado, obedecendo e fazendo obedecer à legislação em vigor.

Cláusula Quarta. A sociedade iniciou suas atividades em 18 de novembro de 2015, e sua duração é por prazo indeterminado.

Cláusula Quinta. A sociedade pode abrir filiais, sucursais e agências em qualquer parte do País, participar e/ou receber como sócias empresas afins ou não, e incorporar, cindir e fusionar com outras empresas.

Parágrafo Primeiro. Possui a filial inscrita no CNPJ nº 23.691.899/0002-12 e na JUCESC em 15.12.2020 sob NIRE nº 42901313461, estabelecida na Rua Pitangueira, nº 822, Galpão, Bairro Siegel, no município de Agrolândia/SC, CEP 88.420-000, que explora o mesmo ramo de atividades de serviços de engenharia, comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças, suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação, atividades de design não especificadas anteriormente, aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, atividades de cobrança e informações cadastrais e treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, tem destaque de capital no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), e com início de suas atividades em 15 de dezembro de 2020.

Parágrafo Segundo. Possui a filial estabelecida na Avenida Atlântica, nº 4540, Sala 002, Centro, no município de Balneário Camboriú/SC, CEP 88.330-027, que explora o ramo de suporte técnico, manutenção e serviços em tecnologia da informação (TI), incluindo manutenção de sites; serviços de design gráfico; e serviços de escritório e apoio administrativo, tem destaque de capital no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), e com início de suas atividades na data de registro e arquivamento na JUCESC.

Cláusula Sexta. O capital social é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (trezentos mil) cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, pertencente em sua totalidade ao único sócio *Lucas Lippel*, já qualificado.

Cláusula Sétima. A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas cotas, apenas respondendo solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Único. As cotas da sociedade são incomunicáveis e impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores do sócio, sendo nulas de pleno direito todas as transações que onerem as mesmas.

Cláusula Oitava. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador procederá a elaboração do inventário, do balanço do resultado econômico e demais demonstrativos contábeis; as perdas e os lucros líquidos apurados, poderão ser distribuídos para o sócio, ou ficar em reserva na sociedade, conforme a necessidade.

Parágrafo Único. Os lucros poderão ser distribuídos total ou parcialmente em balanço especial que poderá ser levantado a qualquer momento.

Cláusula Nona. Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará sua atividade com o(s) herdeiro(s), o(s) sucessor(es) e/ou o incapaz; não sendo possível ou inexistindo interesse deste(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 10/03/2025 Data dos Efeitos 07/03/2025

Arquivamento 20258840935 Protocolo 258840935 de 07/03/2025 NIRE 42206864528

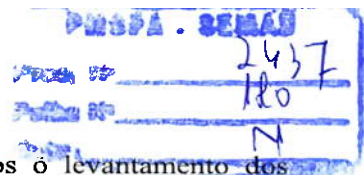
Nome da empresa LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 174969715079468

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

10/03/2025



Parágrafo Único. Os valores levantados serão pagos 90 (noventa) dias após o levantamento dos haveres, em 36 (trinta e seis) parcelas iguais e sucessivas acrescidas de INPC e juros de 6% (seis por cento) ao ano.

Cláusula Décima. A sociedade, poderá nomear administradores não sócios para gerir os negócios da mesma, estabelecendo o prazo de duração do mandato, o modo de exercício dos poderes de representação da sociedade, bem como poderá atribuir diferentes funções administrativas a cada um dos eleitos.

Cláusula Décima Primeira. A administração da sociedade cabe ao sócio *Lucas Lippel*, já qualificado, na função de sócio administrador, podendo representar a sociedade isoladamente, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive em repartições públicas federal, estadual, municipal, autarquias e entidades paraestatais, podendo, nomear procuradores Ad-judicia e Ad-negotia quando os interesses sociais o requeiram, com especificações nos respectivos instrumentos dos atos e das operações que poderão ser praticados; entretanto, sendo-lhe vedado o emprego do nome empresarial, sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objeto social, especialmente as prestações de avais, fianças ou cauções em favor de terceiros, e subsistirá sua responsabilidade pessoal quando o houver empregado indevidamente.

Cláusula Décima Segunda. O sócio administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou, ainda, por crime falimentar, de peita ou suborno, contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Terceira. Quando a situação econômica e financeira da sociedade permitir, o sócio poderá, ter ou não a retirada de pró-labore, permitida para o sócio/administrador, não havendo obrigatoriedade de os administradores fazerem tal retirada.

Cláusula Décima Quarta. A sociedade manterá os registros contábeis e fiscais necessários, de acordo com os arts. 1179 a 1195 do Código Civil.

Parágrafo Único. Esta sociedade não possui Conselho Fiscal.

Cláusula Décima Quinta. Fica eleito o foro da comarca de São João Batista/SC, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja.

Cláusula Décima Sexta. Os casos omissos e não regulados pelo presente instrumento, serão regulados pelo Código Civil e supletivamente pela Lei 6.404/76, e mais legislação aplicável.

O sócio assina digitalmente o presente instrumento, em uma única via.

Nova Trento/SC, 07 de março de 2025.

LUCAS LIPPEL



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

10/03/2025

Certifico o Registro em 10/03/2025 Data dos Efeitos 07/03/2025

Arquivamento 20258840935 Protocolo 258840935 de 07/03/2025 NIRE 42206864528

Nome da empresa LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 174969715079468

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/03/2025 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral



258840935

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA
PROTOCOLO	258840935 - 07/03/2025
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	024 - ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE

MATRIZ

NIRE 42206864528
CNPJ 23.691.899/0001-31
CERTIFICO O REGISTRO EM 10/03/2025
SOB N: 20258840935

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20258840935

FILIAIS NA UF

NIRE 42901313461
CNPJ 23.691.899/0002-12
ENDERECO: RUA PITANGUEIRA, AGROLANDIA - SC
EVENTO 024 - ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 04212692945 - LUCAS LIPPEL - Assinado em 07/03/2025 às 13:35:53

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2244489601



NOME
LUCAS LIPPEL

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
4690836 SSP SC

CPF
042.126.929-45

DATA NASCIMENTO
17/10/1985

FILIAÇÃO
VIGOLDO LIPPEL
ERICA LIPPEL

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAR

Nº REGISTRO
03106273317

VALIDADE
23/03/2026

1ª HABILITAÇÃO
24/11/2003

OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RIO DO SUL, SC

DATA EMISSÃO
21/07/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

36236025477
SC163493817

SANTA CATARINA

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		PROVA - SEMAS 2437 182 2	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA					
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.691.899/0002-12 FILIAL		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/12/2020	
NOME EMPRESARIAL LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 74.10-2-99 - atividades de design não especificadas anteriormente 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R PITANGUEIRA		NÚMERO 822		COMPLEMENTO GALPAO	
CEP 88.420-000	BAIRRO/DISTRITO SIEGEL	MUNICÍPIO AGROLANDIA		UF SC	
ENDEREÇO ELETRÔNICO JM068@JMAINHARDT.COM.BR		TELEFONE (47) 3531-2866			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/12/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

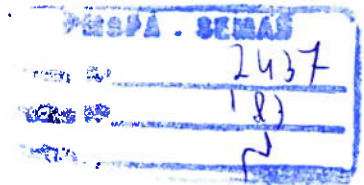
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 25/04/2025 às 10:59:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 23.691.899/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 18:54:07 do dia 10/01/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/07/2025.

Código de controle da certidão: **FE29.A760.3663.0671**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 23.691.899/0002-12
Razão Social: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI
Endereço: RUA PITANGUEIRA / SIEGEL / AGROLANDIA / SC / 88420-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

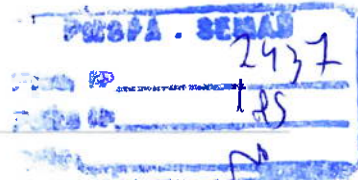
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/04/2025 a 13/05/2025

Certificação Número: 2025041407532354948653

Informação obtida em 25/04/2025 11:00:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Sr(a). contribuinte,

Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

 ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS			
CNPJ/CPF 23.691.899/0002-12		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		INÍCIO ATIVIDADE COM ICMS 17/12/2020	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 260837466		NOME EMPRESARIAL LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA	
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			REGIME DE APURAÇÃO DO ICMS NORMAL
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 7112000 - Serviços de engenharia			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 4663000 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças 6209100 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 7410299 - Atividades de design não especificadas anteriormente 7739099 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador 8211300 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 8291100 - Atividades de cobranças e informações cadastrais 8599604 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial			
INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS - Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 17/12/2020 - Credenciado a enviar Escrituração Fiscal Digital - EFD a partir de 17/12/2020			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
LOGRADOURO RUA PITANGUEIRA		NÚMERO 822	COMPLEMENTO GALPAO
CEP 88420-000	BAIRRO/DISTRITO SIEGEL	MUNICÍPIO AGROLÂNDIA	UF SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO JM068@JMAINHARDT.COM.BR		TELEFONE 47 35312866	
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVO desde 17/12/2020			

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.

Emitido em **28/04/2025 10:16:36** (data e hora de Brasília).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
CNPJ - 83.102.582/0001-44



Para verificar a
autenticidade deste
alvará, utilize o QR Code.
Código de autenticidade:
WIS031203-014-
EFLWKIKERJMFDO-7

TAXA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS - ALVARÁ

36/2025

Concedido à:

LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA - 23.691.899/0002-12

Para estabelecer-se à:

**RUA PITANGUEIRA, 822
GALPAO:**

Com a(s) seguinte(s) atividade(s):

- 7112.0/00.00 - Serviços de engenharia**
- 4663.0/00.00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças**
- 6209.1/00.00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação**
- 7410.2/99.00 - ATIVIDADE DE DESIGN NÃO ESPECIFICADA ANTERIORMENTE**
- 7739.0/99.00 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador**
- 8211.3/00.00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo**
- 8291.1/00.00 - Atividades de cobrança e informações cadastrais**
- 8599.6/04.00 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial**

Nº de Inscrição Municipal
605972

Emitido:
AGROLÂNDIA, 25 de fevereiro de 2025.

Período de Validade
31/12/2025



Assinado eletronicamente por:
FLAVIANA KAIRUSA
WILL:***113979**
assinado eletronicamente ***113.979-**
14/03/2025 14:36:48

FLAVIANA KAIRUSA WILL

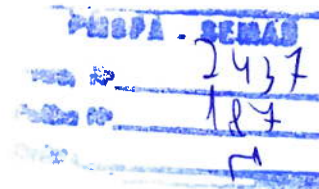
IMPORTANTE:

- 1) De conformidade com a legislação vigente, deverão ser comunicados ao setor de Arrecadação, Fiscalização e Cadastro da Prefeitura em prazo inferior a 15 (quinze) dias quaisquer alterações cadastrais.
- 2) Em caso de encerramento das atividades inerentes a este Alvará, deverá ser requerido em prazo inferior a 15 (quinze) dias junto ao setor de Arrecadação, Fiscalização e Cadastro da Prefeitura a BAIXA deste Alvará, sob pena de enquadramento de débitos dos Exercícios Seguintes.

MANTER EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA**
CNPJ/CPF: **23.691.899/0002-12**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **240140399914596**
Data de emissão: **19/12/2024 15:51:11**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **17/06/2025**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

**Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 21/01/2025 10:09:58**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
CNPJ - 83.102.582/0001-44

VÁLIDO ATÉ
16/06/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
SETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO - ARRECADAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL
Nº 1607/2025

Finalidade: PARA FINS DIVERSOS

Nome: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

CPF/CNPJ: 23.691.899/0002-12

Endereço: RUA PITANGUEIRA, Nº 822

Complemento: GALPAO:

Bairro: SIEGEL

Cidade: Agrolândia - SC

Inscrição Municipal: 605972

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do Sujeito Passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a impostos, taxas e contribuições administrativas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

A presente Certidão é válida, sem rasuras por 90 (noventa dias) conforme Lei Complementar 025/2001 de 19/12/2001 e cópia da mesma só terá validade se conferida com a original.

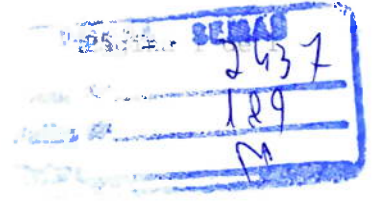
A aceitação da presente certidão está condicionada a verificação de sua validade na internet no endereço: www.agrolandia.sc.gov.br, ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Validade: 90 dias.

AGROLÂNDIA (SC), 17 de março de 2025



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 23.691.899/0002-12

Certidão nº: 3656097/2025

Expedição: 21/01/2025, às 10:17:21

Validade: 20/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.691.899/0002-12**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

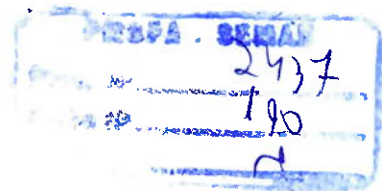
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA



RELATÓRIO DA DISPENSA

UASG 985903 - PREFEITURA MUNICIPAL SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ

DISPENSA 90012/2025

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto
Compra emergencial: Não
Objeto da compra: Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos
Entrega de propostas: De 25/04/2025 às 11:44 até 30/04/2025 às 07:59
Abertura da sessão pública: Dia 30/04/2025 às 08:00 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/04/2025 às 08:00:01	A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 14:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	30/04/2025 às 08:44:25	Prezados Senhores, bom dia!!! Ofertem seus melhores lances.
Sistema	30/04/2025 às 14:01:34	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	30/04/2025 às 14:03:32	Boa tarde Prezados
Sistema	30/04/2025 às 14:06:13	Será solicitado o envio de documentos e será concedido o prazo de 04 (quatro) horas;
Sistema	30/04/2025 às 14:09:05	Será solicitado a documentação das 03 empresas melhores classificadas.
Sistema	30/04/2025 às 14:10:55	Devido ao horário do expediente encerrar-se-á às 17 horas, e o prazo para envio da proposta e da documentação ser de até 04 (quatro) horas, desta forma ultrapassando o horário de expediente,
Sistema	30/04/2025 às 14:11:33	A sessão está sendo suspensa e com o seu retorno no dia 05/05/2025 às 09:00 horas.
Sistema	05/05/2025 às 09:00:10	Bom dia Prezados
Sistema	05/05/2025 às 09:01:23	Foram solicitadas as documentações e encaminhada somente pela empresa LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA SC
Sistema	05/05/2025 às 09:02:47	Foi verificado que faltou o envio da proposta atualizada, será dado o prazo de 04 (quatro) horas para apresentação da mesma de acordo com o subitem 5.5 do Aviso de Dispensa Eletrônica.
Sistema	05/05/2025 às 12:54:12	A sessão está sendo suspensa para almoço com seu retorno às 14:00 horas
Sistema	05/05/2025 às 14:00:11	Boa tarde Prezados
Sistema	05/05/2025 às 14:01:40	Está sendo dando continuidade a dispensa de licitação
Sistema	05/05/2025 às 14:24:33	Declaro encerrada a dispensa de licitação.

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
30/04/2025 às 08:00:01	Abertura da sessão pública
30/04/2025 às 14:01:34	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 1 - Triturador

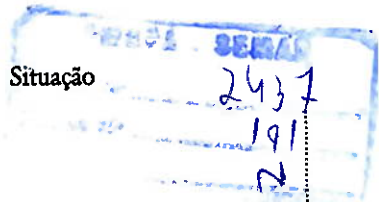
Triturador Tipo Motor: Elétrico Monofásico, Potência: 3 A 5CV, Voltagem Motor: 110/220V, Tipo: Automático, Peso: Aproximadamente 30KG, Características Adicionais: Estrutura Em Cantoneiras De Ferro, Rebolo Cortante, Capacidade Produção: 1.000 A 1.500KG/H

Quantidade:	1	Valor estimado:	R\$ 15.391,4200 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R\$ 15.391,4200 (total)
Intervalo mínimo entre lances:	R\$ 0,1000	Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito e Habilitado por CPF ***.370.***.8 - FELIPE NOVAES DOS SANTOS FONSECA para LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12, melhor lance: R\$ 15.120,0000 (unitário) / R\$ 15.120,0000 (total)

Propostas do Item 1

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
36.522.055/0001-09 - 36.522.055 HERBERT ESPINDOLA MARTINS UF endereço: RJ	Sim	R\$ 16.000,0000	Proposta desclassificada
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: kit Modelo/versão: peças			
48.858.119/0001-26 - 48.858.119 WALDO HENRIQUE MOTTA DE LA PLATA UF endereço: DF	Sim	R\$ 25.000,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: triturador Modelo/versão: triturador			
52.550.737/0001-81 - 52.550.737 DIONIR FAGUNDES JUNIOR UF endereço: PR	Sim	R\$ 15.800,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: triturador Modelo/versão: triturador			
54.286.277/0001-51 - 54.286.277 GRACIELE GOMES DE CASTRO SEVERIANO UF endereço: RJ	Sim	R\$ 15.391,0000	

Fornecedor	Porte MeEpp/ Equiparadas	Valor	Situação
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: tr		Modelo/versão: tr	
43.425.702/0001-20 - ALINE CRISTINA ESPESSOTO LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 15.285,4100	Proposta desclassificada
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: conforme termo de referência		Modelo/versão: conforme termo de referência	
23.691.899/0002-12 - LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA UF endereço: SC	Não	R\$ 15.124,0000	Proposta adjudicada
50.996.832/0001-88 - LITIMAX SERVICO E COMERCIO LTDA UF endereço: RJ	Sim	R\$ 15.390,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: Conforme edital		Modelo/versão: Conforme edital	
23.929.719/0001-07 - PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA UF endereço: RJ	Sim	R\$ 59.900,0000	
43.230.932/0001-33 - RIBEIRO COMERCIO DE VARIEDADES E APOIO LTDA UF endereço: SP	Sim	R\$ 15.391,0000	
Descrição detalhada: Marca/Fabricante: compatível		Modelo/versão: compatível	
25.235.133/0001-78 - SMS COMERCIO E SERVICOS LTDA UF endereço: MG	Sim	R\$ 25.000,0000	
59.589.837/0001-60 - VITORIA MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA UF endereço: BA	Sim	R\$ 15.391,0000	

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance

Data/hora	Participante	Lance
30/04/2025 às 09:06:46	43.425.702/0001-20	R\$ 15.120,4100
30/04/2025 às 13:22:31	52.550.737/0001-81	R\$ 15.799,0000
30/04/2025 às 13:28:16	23.691.899/0002-12	R\$ 15.120,0000
30/04/2025 às 13:58:52	36.522.055/0001-09	R\$ 15.119,0000

Mensagens do chat do Item 1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	30/04/2025 às 14:01:09	O item 1 teve empate real para os valores 15.391,0000 e 25.000,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas. Acompanhe as convocações no Julgamento de Propostas.
Sistema	30/04/2025 às 14:01:09	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 36.522.055/0001-09	30/04/2025 às 14:07:39	Sr. Fornecedor 36.522.055 HERBERT ESPINDOLA MARTINS, CNPJ 36.522.055/0001-09, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:07:00 do dia 30/04/2025. Justificativa: Prezado solicito que providenciem a proposta readequada e a documentação de habilitação, conforme exigida no aviso de dispensa eletrônica..
Sistema para o participante 23.691.899/0002-12	30/04/2025 às 14:09:28	Sr. Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:09:00 do dia 30/04/2025. Justificativa: Prezado solicito que providenciem a proposta readequada e a documentação de habilitação, conforme exigida no aviso de dispensa eletrônica..
Sistema para o participante 43.425.702/0001-20	30/04/2025 às 14:09:54	Sr. Fornecedor ALINE CRISTINA ESPESSOTO LTDA, CNPJ 43.425.702/0001-20, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 18:09:00 do dia 30/04/2025. Justificativa: Prezada solicito que providenciem a proposta readequada e a documentação de habilitação, conforme exigida no aviso de dispensa eletrônica..
Pelo participante 23.691.899/0002-12	30/04/2025 às 16:05:49	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 16:05:49 de 30/04/2025. 11 anexos foram enviados pelo fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12.
Sistema para o participante 36.522.055/0001-09	30/04/2025 às 18:07:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 18:07:00 de 30/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor 36.522.055 HERBERT ESPINDOLA MARTINS, CNPJ 36.522.055/0001-09.
Sistema para o participante 43.425.702/0001-20	30/04/2025 às 18:09:00	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 18:09:00 de 30/04/2025. Nenhum anexo foi enviado pelo fornecedor ALINE CRISTINA ESPESSOTO LTDA, CNPJ 43.425.702/0001-20.
Sistema para o participante 23.691.899/0002-12	05/05/2025 às 09:03:22	Sr. Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 13:02:00 do dia 05/05/2025. Justificativa: Solicito a proposta atualizada, será dado o prazo de 04 (quatro) horas para apresentação da mesma de acordo com o subitem 5.5 do Aviso de Dispensa Eletrônica..
Pelo participante 23.691.899/0002-12	05/05/2025 às 12:50:01	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:50:01 de 05/05/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12.

Eventos do Item 1

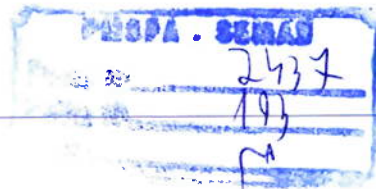
Data/Hora	Descrição
30/04/2025 às 14:01:09	Item com etapa aberta encerrada.
30/04/2025 às 14:01:09	Item teve empate real para os valores 15.391,0000 e 25.000,0000. Procedeu-se o sorteio eletrônico entre os fornecedores com propostas empatadas.
30/04/2025 às 14:01:09	Item encerrado para lances.

2437
192

Data/Hora	Descrição
30/04/2025 às 14:07:39	Fornecedor 36.522.055 HERBERT ESPINDOLA MARTINS, CNPJ 36.522.055/0001-09 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:07:00 do dia 30/04/2025. Justificativa: Prezado solicito que providenciem a proposta readequada e a documentação de habilitação, conforme exigida no aviso de dispensa eletrônica..
30/04/2025 às 14:09:28	Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:09:00 do dia 30/04/2025. Justificativa: Prezada solicito que providenciem a proposta readequada e a documentação de habilitação, conforme exigida no aviso de dispensa eletrônica..
30/04/2025 às 14:09:54	Fornecedor ALINE CRISTINA ESPESSOTO LTDA, CNPJ 43.425.702/0001-20 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:09:00 do dia 30/04/2025. Justificativa: Prezada solicito que providenciem a proposta readequada e a documentação de habilitação, conforme exigida no aviso de dispensa eletrônica..
30/04/2025 às 16:05:49	Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12 finalizou o envio de anexo.
05/05/2025 às 09:03:22	Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 13:02:00 do dia 05/05/2025. Justificativa: Solicito a proposta atualizada, será dado o prazo de 04 (quatro) horas para apresentação da mesma de acordo com o subitem 5.5 do Aviso de Dispensa Eletrônica..
05/05/2025 às 09:10:48	Fornecedor 36.522.055 HERBERT ESPINDOLA MARTINS, CNPJ 36.522.055/0001-09 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 15.119,0000. Motivo: Empresa desclassificada pelo não envio da documentação solicitada de acordo com o subitem 6.1 do Aviso de Dispensa Eletrônica. .
05/05/2025 às 12:50:01	Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12 finalizou o envio de anexo.
05/05/2025 às 14:20:39	Fornecedor ALINE CRISTINA ESPESSOTO LTDA, CNPJ 43.425.702/0001-20 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 15.120,4100. Motivo: Empresa desclassificada por não ter enviados os arquivos solicitados no prazo estipulado..
05/05/2025 às 14:23:28	Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 15.120,0000.
05/05/2025 às 14:23:42	Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12 foi habilitado.
06/05/2025 às 13:25:17	Fornecedor LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 23.691.899/0002-12 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 15.120,0000.
06/05/2025 às 13:25:24	Item homologado.

RAIMUNDO
PEREIRA
TEIXEIRA:7204495
0715

Assinado de forma digital
por RAIMUNDO PEREIRA
TEIXEIRA:72044950715
Dados: 2025.05.06
13:28:56 -03'00'



Desestatizações ▾ Editais ▾ Licitações e Afastamentos ▾ Contratos e Convenções ▾ HELP-DESK

[Página Inicial](#) / Nova Dispensa

PREFEITURA SAO PEDRO DA ALDEIA

Dispensa

Cancelar

Histórico

Excluir

Salvar

Enviar ao TCE

Ato se encontra na situação de **Em Elaboração** desde **06/05/2025 13:39**. Para cumprimento da Deliberação TCE/RJ n.º 281/17, é necessário preencher todos os campos e enviar.

1 - Dados Basicos

Nº Dispensa SIGFIS *

1370076

Processo *

2437/2025

Tipologia *

Outras compras

Valor *

R\$ 15.120,00

Dispensa por item ou lote? *

Item

Fundamentação Legal *

Lei nº 14.133/21, Artigo 75, Inciso II

Data da Publicação

06/05/2025

Veiculo de Comunicação

PNCP

Url da publicação

Ordenador Responsável

CPF *

720.449.507-15

Nome *

RAIMUNDO PEREIRA TEIXEIRA

Data do Ato *

06/05/2025

Responsável pela Ratificação

CPF

720.449.507-15

Nome

RAIMUNDO PEREIRA TEIXEIRA

Data da Ratificação

06/05/2025

Fornecedor/Executante

Trata-se fornecedor internacional sem representante comercial no Brasil * ?

Não

CPF / CNPJ * ?

23.691.899/0002-12

Nome / Razão Social * ?

LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

Prazo de execução (dias) * ?

90

Objeto * ?

Aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Salvar

Dispensa ?

 Cancelar Histórico Excluir Salvar Enviar ao TCEAto se encontra na situação de **Em Elaboração** desde 06/05/2025 13:39. Para cumprimento da Deliberação TCE/RJ n.º 281/17, é necessário preencher todos os campos e enviar. 2 - Lote/Itens

Ações	Número Item	Descrição	Quantidade	Unidade Med	Preço Unitário	Preço Total	Fonte de Referência	Código
	1	CARDAN DRIVE SHAFT - EIXO DE TRANSMISSÃO - MÍNIMO EIXO DE TRANSMISSÃO PARA POTÊNCIA E ACIONAMENTO ENTRE ROTOR E MOTOR. FABRICADO COM MATERIAIS DE ALTA RESISTÊNCIA, MÍNIMO COMPRIMENTO DE 300 MM, MÍNIMO DUPLO FLANGE PARA FIXAÇÃO, MÍNIMO DUPLO BICO ENGRAXADOR.	1	Peça	R\$ 4.270,00	R\$ 4.270,00		
	2	CORREIA HC 5V 5 X 900 - CORREIA DE TRANSMISSÃO (CLASSE 1ª LINHA) DESCRIÇÃO: MÍNIMO CORREIA DE TRANSMISSÃO EM V DUPLA, ACIONAMENTO PARA AS POLIAS DE TRANSMISSÃO, COM MÍNIMO LARGURA DE 60 MM E COMPRIMENTO DE 1.200 MM. PROJETADA PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO EFICIENTE E DURÁVEL EM SISTEMAS INDUSTRIAIS.	1	Peça	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00		
	3	ENGATE 50MM 2300KGS - ENGATE ESFÉRICO DE 50 MM DESCRIÇÃO: ENGATE ESFÉRICO COM BOLA DE 50 MM, PROJETADO PARA SUPORTAR CARGAS DE ATÉ 2.300 KG. IDEAL PARA CONEXÕES EM SISTEMAS DE REBOQUE, PROPORCIONANDO ALTA RESISTÊNCIA E SEGURANÇA, MÍNIMO BICO ENGRAXADOR, MÍNIMO EM AÇO ESPECIAL PARA ALTAS RESISTÊNCIA, MÍNIMO TRAVA PARA ENGATE.	1	Peça	R\$ 5.450,00	R\$ 5.450,00		
	4	FACA 228X114X15,8 - FACA INDUSTRIAL DE CORTE DESCRIÇÃO: FACA INDUSTRIAL COM TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL PARA AUMENTO DE DURABILIDADE, MÍNIMO CORTE DE DUPLO FIO, COM MÍNIMO DIMENSÕES DE 228 X 114 X 15,8 MM, MÍNIMO 04 FUROS PARA FIXAÇÃO, UTILIZADA EM SISTEMAS INDUSTRIAIS. APRESENTA ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA MECÂNICA PARA SUPORTAR CONDIÇÕES ADVERSAS.	4	Peça	R\$ 820,00	R\$ 3.280,00		
	5	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - PARAFUSO SEXTAVADO COM ROSCA MÉTRICA (CLASSE 1ª LINHA) DESCRIÇÃO: MÍNIMO PARAFUSO SEXTAVADO COM ROSCA MÉTRICA, CLASSE DE RESISTÊNCIA EM AÇO ESPECIAL 10.9, COM MEDIDAS M16 X 60 MM, MÍNIMO CAB. SEXTAVADA PARA APERTO, SENDO MÍNIMO PARA APERTO DAS FACAS DE CORTE. INDICADO PARA APLICAÇÕES QUE EXIGEM ALTA RESISTÊNCIA.	16	Peça	R\$ 9,00	R\$ 144,00		

Ações	Número Item	Descrição	Quantidade	Unidade Med	Preço Unitário	Preço Total	Fonte de Referência	Código
	6	PONTEIRA MENOR - PONTEIRA MENOR DESCRIÇÃO: MÍNIMO PONTEIRA EM AÇO, ADEQUADO PARA OPERAÇÃO DO SISTEMA DE CORTE, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 20MM E COMPRIMENTO DE 60 MM.	1	Peça	R\$ 146,00	R\$ 146,00		
	7	RETENTOR NITRÍLICA - RETENTOR DE BORRACHA NITRÍLICA (CLASSE 1ª LINHA) DESCRIÇÃO: MÍNIMO RETENTOR DE BORRACHA NITRÍLICA COM DUREZA DE 70 A SENDO PARA VEDAÇÃO ENTRE MANCAL E ROLAMENTO.	2	Peça	R\$ 200,00	R\$ 400,00		
	8	ROLAMENTO 1ª LINHA - ROLAMENTO DE ALTA QUALIDADE (CLASSE 1ª LINHA) DESCRIÇÃO: ROLAMENTO DE ALTA QUALIDADE, UTILIZADO NO MANCAL DE SUPPORTO PARA TAMBOR DE CORTE, ESTILO CÔNICO COM MEDIDAS MÍNIMAS 70X125X26,25 MM.	2	Peça	R\$ 215,00	R\$ 430,00		

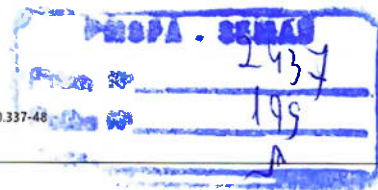
 Exportar

Mostrando de 1 até 8 de 8 registros.

<< ≤ > >>

+ Incluir Novo Item

+ Importar Itens



Orgão: PREFEITURA SAO PEDRO DA ALDEIA

Ato Enviado desde 06/05/2025 13:57. A operação de inserção de dados do Ato Jurídico foi registrada sob o Protocolo n.º 450115-9/2025. Operação realizada pelo usuário: 108.370.337-48

Ato:	Dispensa
Processo Administrativo:	2437/2025
Identificador:	1370076
Objeto:	Aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

Documentos contidos neste Envio

Nome	Tipo de Documento	Ato
relatorio-dispensa-90012-2025 -98590306900122025assinado_06052025015359.pdf	Documento do Ato(PDF)	Principal

06/05/2025 13:56

AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS

05 - Data	06 - Destino	05 - Data	06 - Destino
15/12/15	Serviço de Limpeza		
30/03/25	Serviço		
18/03/25	Serviço de Limpeza		
20/03/25	Serviço		
28/03/25	Serviço		

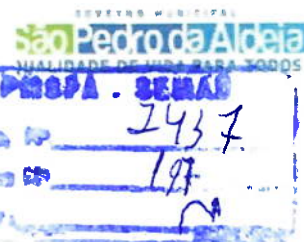
 Digite aqui para pesquisar

14:55 06/05/2025

2437
196
a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



À CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Referência: Processo nº 2437/2025

Encaminho o presente processo para verificação quanto ao atendimento das ressalvas apontadas na página 127 e análise da dispensa de licitação, em relação a nomeação de fiscal será nomeada futuramente após a confecção do contrato.

Em 06/05/2025


Felipe Novaes dos Santos Fonseca
Diretor
Matrícula: 30.326



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

São Pedro da Aldeia, 08 de maio de 2025.

PMSPA - COGER
Processo nº 2437/2025
Pág. 198

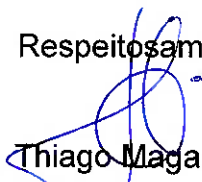
À SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIO

Ciente do atendimento parcial das ressalvas apontadas por esta COGER, não obstante o despacho de fls. 197, reiteramos as seguintes ressalvas:

- 1- Publicação do aviso de dispensa eletrônica no sistema Comprasnet;
(*art. 15 do Decreto Municipal nº 213/2022*)
- 2- Ato de autorização da contratação direta;
(*art. 72 Parágrafo Único da Lei Federal 14133/2024*)
- 3- Nomeação do fiscal conforme MEMO CIRCULAR CGM Nº 11/2021;
- 4- Publicação da cópia integral do processo no Portal da Transparência, após os atendimentos das ressalvas acima.

(OFÍCIO TSID 01/2022- FISC 205/2022 TCE/RJ E ATRICON)

Respeitosamente,


Thiago Magalhães

Mat. 44232

Aviso de Contratação Direta nº 90012/2025

Última atualização 25/04/2025

Local: São Pedro da Aldeia/RJ
Órgão: MUNICIPIO DE SAO PEDRO DA ALDEIA
Unidade compradora: 985903 - PREFEITURA MUNICIPAL SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ

Modalidade da contratação: Dispensa
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II
Tipo: Aviso de Contratação Direta
Modo de disputa: Dispensa Com Disputa

Registro de preço: Não

Data de divulgação no PNCP: 25/04/2025
Situação: Divulgada no PNCP
Data de Início de recebimento de propostas: 25/04/2025 11:44 (horário de Brasília)


[Portal Nacional de Contratações Públicas](#)

[Pesquisar](#)

[Entrar](#)

Nº de Contratação PNCP: 202500040001/41-000047/2025
 Fonte: compras.gov.br

Objeto:

Aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Informação complementar:

Dispensa de licitação pelo valor conforme art. 75, Inciso II da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA	VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA
R\$ 15.391,42	R\$ 15.120,00

[Itens](#)
 [Arquivos](#)
 [Histórico](#)

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Triturador	1	R\$ 15.391,42	R\$ 15.391,42	

Exibir

5

1-1 de 1 itens

Página

1





 Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos. O Ministério organizador pelo novo diploma.

É gerido pela Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologada pelos indicados a compor o referido comitê.

A adequação, fidelidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/21 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.


https://atendimento.servicos.gestao.gov.br


 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

2025-04-25 11:44
 2025-04-25 11:44



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

São Pedro da Aldeia - RJ

Processo: 2437/2025

Data: ____/____/____

Folha: 200

Rubrica: 0

Mapa de Requisição de Empenho

Nº: 1202/2025

Modalidade	Lei Federal 8666/	Artigo	Inciso	Data do Empenho	Processo Adm	Natureza da Despesa:
Dispensa de Licitação - Lei 14		Artigo 75	II		2437/2025	339030 - Material de Consumo
Espécie:	Tipo de Pagamento:		Forma de Entrega:		Tipo de Resultado:	
PEDIDO DE MATERIAL	Empenho Nr:		Não Informado		Valor Unitário	
Dados do Fornecedor						
Nome/Razão Social:				CNPJ / CPF:		Inscrição Estadual:
LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA				23.691.899/0001-31		
Endereço:			Bairro:	Cidade:	Estado:	
ROD SC 108			CLARAIBA	Nova Trento	SC	
Cep:	Telefone:		Banco:	Agência:	Conta Corrente:	
88270-000	4735344026					
Código Item	Produto(s):	Marca:	Unid	Qtde	Valor Unit	Valor Total
22014681	CARDAN DRIVE SHAFT - EIXO DE TRANSMISSÃO - MÍNIMO EIXO DE TRANSMISSÃO PARA POTÊNCIA E AÇIONAMENTO ENTRE ROTOR E MOTOR. FABRICA DO COM MATERIAIS DE ALTA RESISTÊNCIA, MÍNIMO O COMPRIMENTO DE 300 MM, MÍNIMO DUPLO FLANGE PARA FIXAÇÃO, MÍNIMO DUPLO BICO ENGRAXADOR.		PÇ	1,00	4.270,0000	4.270,00
22014652	CORREIA HC 5V 5 X 900 - CORREIA DE TRANSMISSÃO (CLASSE 1ª LINHA) DESCRIÇÃO: MÍNIMO CORREIA DE TRANSMISSÃO EM V DUPLA, AÇIONAMENTO PARA AS POLIAS DE TRANSMISSÃO, COM MÍNIMO LARGURA DE 60 MM E COMPRIMENTO DE 1.200 MM. PROJETADA PARA GARANTIR O FUNCIONAMENTO EFICIENTE E DURÁVEL EM SISTEMAS INDUSTRIAIS.		PÇ	1,00	1.000,0000	1.000,00
22014613	ENGATE 50MM 2300KGS - ENGATE ESFÉRICO DE 50 MM DESCRIÇÃO: ENGATE ESFÉRICO COM BOLA DE 50 MM, PROJETADO PARA SUPORTAR CARGAS DE ATÉ 2.300 KG. IDEAL PARA CONEXÕES EM SISTEMAS DE REBOQUE, PROPORCIONANDO ALTA RESISTÊNCIA E SEGURANÇA, MÍNIMO BICO ENGRAXADOR, MÍNIMO EM AÇO ESPECIAL PARA ALTAS RESISTÊNCIA, MÍNIMO TRAVA PARA ENGATE.		PÇ	1,00	5.450,0000	5.450,00
22014634	FACA 228X114X15,8 - FACA INDUSTRIAL DE CORTE DESCRIÇÃO: FACA INDUSTRIAL COM TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL PARA AUMENTO DE DURABILIDADE, MÍNIMO CORTE DE DUPLO FIO, COM MÍNIMO DIMENSÕES DE 228 X 114 X 15,8 MM, MÍNIMO 04 FURROS PARA FIXAÇÃO, UTILIZADA EM SISTEMAS INDUSTRIAIS. APRESENTA ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA MECÂNICA PARA SUPORTAR CONDIÇÕES ADVERSAS.		PÇ	4,00	820,0000	3.280,00
22014625	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - PARAFUSO SEXTAVADO COM ROSCA MÉTRICA (CLASSE 1ª LINHA) DESCRIÇÃO: MÍNIMO PARAFUSO SEXTAVADO COM ROSCA MÉTRICA, CLASSE DE RESISTÊNCIA EM AÇO ESPECIAL 10.9, COM MEDIDAS M16 X 60 MM, MÍNIMO CAB. SEXTAVADA PARA APERTO, SENDO MÍNIMO PARA APERTO DAS FACAS DE CORTE. INDICADO PARA APLICAÇÕES QUE EXIGEM ALTA RESISTÊNCIA.		PÇ	16,00	9,0000	144,00
22014646	PONTEIRA MENOR - PONTEIRA MENOR DESCRIÇÃO: MÍNIMO PONTEIRA EM AÇO, ADEQUADO PARA O PERAÇÃO DO SISTEMA DE CORTE, COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 20MM E COMPRIMENTO DE 60 MM.		PÇ	1,00	146,0000	146,00
22014677	RETENTOR NITRÍLICA - RETENTOR DE BORRACHA NITRÍLICA (CLASSE 1ª LINHA) DESCRIÇÃO: MÍNIMO RETENTOR DE BORRACHA NITRÍLICA COM DUREZA DE 70 A. SENDO PARA VEDAÇÃO ENTRE MANCAL E ROLAMENTO.		PÇ	2,00	200,0000	400,00
22014668	ROLAMENTO 1ª LINHA - ROLAMENTO DE ALTA QUALIDADE (CLASSE 1ª LINHA) DESCRIÇÃO: ROLAMENTO DE ALTA QUALIDADE, UTILIZADO NO MANCAL DE SUPORTE PARA TAMBOR DE CORTE, ESTILO CÔNICO COM MEDIDAS MÍNIMAS 70X125X26,25 MM.		PÇ	2,00	215,0000	430,00
Total Geral:					R\$15.120,00	


Raimundo Pereira Teixeira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr. 37874

Ordenador de Despesas
Carimbo

Responsável pela empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
São Pedro da Aldeia - RJ

Processo: 2437/2025

Data: ____ / ____ / ____

Folha: ____

Rubrica: ____

Mapa de Requisição de Empenho

Nº: 1202/2025

Modalidade Lei Federal 8666/ Dispensa de Licitação - Lei 14	Artigo Artigo 75	Inciso II	Data do Empenho	Processo Adm 2437/2025	Natureza da Despesa: 339030 - Material de Consumo
Espécie: PEDIDO DE MATERIAL	Tipo de Pagamento: Empenho	Nr:	Forma de Entrega: Não Informado	Tipo de Resultado: Valor Unitário	
Dados do Fornecedor					
Nome/Razão Social: LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA				CNPJ / CPF: 23.691.899/0001-31	Inscrição Estadual:

São Pedro da Aldeia

Atestadores

Nome(s):

.
. .
. .

Matr. .

Matr. .

Matr. .

Ordenador de Despesas

Carimbo

Responsável pela empresa

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, POR INTERMÉDIO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL SERVIÇOS PÚBLICOS

O Município de São Pedro da Aldeia com sede na Rua Marques da Cruz, nº 61, na cidade de São Pedro da Aldeia /RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 28.909.604/0001-74, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Serviços Públicos, o Sr. **Raimundo Pereira Teixeira**, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 061844676 IFP/RJ e CPF nº 720.449.507-15, nomeado pela Portaria nº 399, de 13 de janeiro de 2022, publicada no DOM de 869 de 24 de janeiro de 2022, portador da Matrícula Funcional nº 37874, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA**, com sede social à Rodovia SC 108, nº 8227, Claraíba no município de Nova Trento/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 23.691.899/0001-31, tem como representante legal o Senhor **Lucas Lippel**, brasileiro, solteiro, engenheiro industrial-mecânico, portador da carteira de identidade nº 4.690.836 SESP-SC, e do CPF nº 042.126.929-45, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 2437/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n. 90012/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente é a aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	Valor Unit.	Valor Total
01	Pç	01	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	R\$ 4.270,00	R\$ 4.270,00

2437
202

02	Pç	01	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo correia de transmissão em "V" dupla, acionamento para as polias de transmissão com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
03	Pç	01	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	R\$ 5.450,00	R\$ 5.450,00
04	Pç	04	FACA 228 X 114 X 15,8 mm- Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	R\$ 820,00	R\$ 3.280,00
05	Pç	16	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	R\$ 9,00	R\$ 144,00
06	Pç	01	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	R\$ 146,00	R\$ 146,00
07	Pç	02	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. , sendo para vedação entre mancal e rolamento.	R\$ 200,00	R\$ 400,00
08	Pç	02	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70 X 125 X 26,25 mm.	R\$ 215,00	R\$ 430,00
TOTAL:					R\$ 15.120,00

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Aviso de Dispensa Eletrônica;
- 1.3.3. A Planilha de Composição de Preços;
- 1.3.4. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.5. Os anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do(a) recebimento da ordem de fornecimento, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. PREÇO

O valor total da contratação é de R\$ 15.120,00 (quinze mil, cento e vinte reais).

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2437
204
2

5.2. FORMA DE PAGAMENTO

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, devendo a Contratada identificar na nota fiscal o nome da Empresa, agência, localidade e número de conta corrente em que deverá ser realizado o depósito.

5.2.2. Por ocasião da apresentação de nota fiscal, a Contratada deverá anexar a cópia da CND obtido junto ao INSS, bem como do DRF, obtido perante o FGTS (CEF), dentro dos seus respectivos prazos de validade. A não apresentação dos documentos citados implicará na retenção do pagamento.

5.2.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com os pagamentos pendentes, sem que isso gere direitos a acréscimos de qualquer natureza.

5.2.4. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documento, por culpa do prestador de fornecimento, o prazo de 30 (trinta) dias começará a ser contado a partir da data da respectiva reapresentação.

5.2.5. O recolhimento de impostos e contribuições municipais será realizado pelo Contratante no momento do pagamento da nota fiscal/fatura onde será abatido o imposto e/ou contribuição devida, conforme determinação da Secretaria Municipal de Fazenda. Assim, deve a Contratada não emitir a nota fiscal/fatura apresentar a alíquota e o valor a serem recolhidos.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO

5.3.1. Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts 140 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2012, em 30 (trinta) dias após a verificação definitiva do cumprimento do contrato, desde que não haja fator impeditivo por parte da Contratada.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

2437
205
nm

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto no Termo de Referência.

5.4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.4.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.4.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.4.6. O prazo para solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos fornecidos.

5.4.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

2437
206
~

5.4.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.16.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da proposta, em 05/05/2025.

6.2. Após o interregno de um ano, desde de que haja pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, desde a data-base vinculada ao orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133/21, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

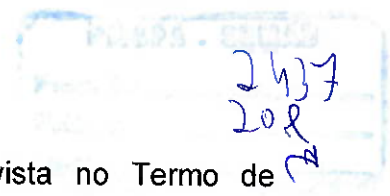
6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

7.1. São obrigações do Contratante:



- 7.1.1. Requisitar a prestação dos fornecimentos, na forma prevista no Termo de Referência;
- 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constante do Termo e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 7.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;
- 7.1.4. Exigir do Contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação; e
- 7.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1. São obrigações do Contratada:
 - 8.1.1. Executar o objeto desta contratação de acordo com os padrões de qualidade aceitáveis, e em conformidade com as especificações exigidas e constantes no Termo de Referência, bem como com as propostas apresentadas;
 - 8.1.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância às especificações do Termo e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
 - 8.1.3. Responsabilizar-se, em qualquer caso, pelos vícios e danos decorrentes dos produtos, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);
 - 8.1.4. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, de manual do usuário, com versão em português, e, da relação de rede de assistência técnica autorizada;
 - 8.1.5. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, o produto com avarias ou defeitos;
 - 8.1.6. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
 - 8.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 8.1.8. Manter durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 8.1.9. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

2437
209
r

8.1.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência; e

8.1.11. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. A Contratada se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo material entregue, e, a substituir, em até 5 (cinco) dias após a notificação, o material que apresentar defeito, sem ampliar o preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

9.2. A Contratada deverá comprometer-se a prestar garantia mínima estabelecida nas especificações técnicas de cada produto constante do Termo de Referência, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do contrato ou saldo não atendido do contrato;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da contratada;
- d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 03 (três) anos
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

10.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do contrato, em caso de atraso do fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplência parcial da obrigação assumida;
- c) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou do saldo não atendido do contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos caso de extinção por culpa da contratada; e
- d) 0,5% (meio por cento) do valor do Contrato por dia de atraso na apresentação de garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato. (QUANDO FOR O CASO).

10.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

2432
211
✓

10.5. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

10.6. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 8.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 8.3. e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do contrato.

10.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.7.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

10.7.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, o não pagamento implicará na inscrição do valor remanescente devido em dívida ativa do Município.

10.9. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exime, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.10. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

2437
213

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha: 616

Programa de Trabalho: 1401001554104115002125

Elemento de Despesa: 3390309900

Secretaria Municipal de Serviços Públicos

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

2432
214
M

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Pedro da Aldeia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

São Pedro da Aldeia, 09 de maio de 2025.

RAIMUNDO PEREIRA
TEIXEIRA:720449507
15

Assinado de forma digital
por RAIMUNDO PEREIRA
TEIXEIRA:72044950715
Dados: 2025.05.09
09:47:51 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Raimundo Pereira Teixeira
CONTRATANTE

LUCAS
LIPPEL:04212
692945

Assinado de forma
digital por LUCAS
LIPPEL:04212692945
Dados: 2025.05.09
10:37:55 -03'00'

LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA
Representado pelo Senhor
Lucas Lippel
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

FELIPE NOVAES DOS SANTOS
FONSECA:10837033748

Assinado de forma digital por FELIPE
NOVAES DOS SANTOS
FONSECA:10837033748
Dados: 2025.05.09 13:54:51 -03'00'

RODRIGO SODRE REZENDE
DA SILVA

Assinado de forma digital por
RODRIGO SODRE REZENDE DA SILVA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SETPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 118
Rub. 12

TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.437/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para aquisição de peças para manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, que tem como finalidade atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO
1	1,00	PÇ	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.
2	1,00	PÇ	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.
3	1,00	PÇ	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.
4	4,00	PÇ	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.
5	16,00	PÇ	PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavado para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.



GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
CIDADE DE VIDA PARA TODOS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

247
216
C

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 110
Rub. 08

6	1,00	PÇ	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.
7	2,00	PÇ	RETENTOR NITRÍLICA - Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A. sendo para vedação entre mancal e rolamento.
8	2,00	PÇ	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação será de 90 (noventa) dias, podendo ser formalizado nos termos de contrato, tendo em vista que o fornecimento será realizado de forma integral e imediata, sendo impossível sua entrega parcelada.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com objeto com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Justifica-se a realização desta contratação à necessidade de fornecimento de peças de manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, onde serão utilizados na manutenção e conservação do equipamento utilizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, a fim de aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

A presente contratação visa atender às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, minimizando os impactos negativos da produção e da utilização de madeira no meio ambiente, no qual oferece uma série de benefícios e vantagens, como a redução de resíduo de madeira, economia em espaços em aterros, a redução de impactos ambientais, reaproveitamento dos recursos naturais, deixando o material disponível para voltar ao solo como adubação orgânica, cobertura de solo e compostagem.

Ainda, o presente Termo de Referência foi elaborado conforme estudo de viabilidade através do estudo técnico preliminar.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Anual Contratações 2024 e 2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A aquisição dos itens mencionados na tabela acima, são materiais necessários na manutenção do equipamento de picador e triturador de galhos, com o intuito de manter os bens públicos em perfeitas condições de uso e com maior tempo de durabilidade, mantendo a conservação e manutenção adequada do patrimônio público. Uma vez que o equipamento é utilizado pela Secretaria Municipal de Serviço Público a fim de

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

2437
117
2

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 120
Rub. 131

aperfeiçoar a qualidade dos serviços, no qual é capaz de triturar todos os tipos de resíduos de madeiras de origens diversas, tais como: arbustos, galhos, folhas de palmeiras e coqueiros, aparas, cercas-vivas, restos de vegetais, estacas e galhos.

3.2. Segundo a publicação da Infasul postada em 08/01/2020, a vida útil do equipamento de picador e triturador de galhos apresentam um período de 10 a 15 anos, porém é preciso realizar a manutenção para manter a ordem e funcionamento do equipamento por meio de intervenções corretas e oportunas. Existem três tipos de manutenção: corretiva, preventiva e preditiva:

- A corretiva é dividida em planejada, que após o problema identificado é realizada em intervalos, enquanto o picador não está sendo utilizado, e a não planejada, a qual é feita a manutenção imediatamente após o problema ser identificado.
- A manutenção preventiva baseia-se em criar uma rotina baseada na programação do calendário de manutenção de reparações básicas de cada parte do picador, como limpeza, aferição, lubrificação e calibragem, prevenindo falhas.
- A preditiva utiliza-se de métodos diferentes da preventiva, mas tem o mesmo princípio. Essa manutenção realiza inspeções e testes para a avaliação das partes de um picador e identificar suas irregularidades, para assim, programar sua manutenção.

3.3. Porquanto, desde a aquisição do equipamento de picador e triturador no ano de 2021, nunca houve a substituição dos itens acima.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GARANTIA

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação deverá ocorrer conforme solicitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da ordem de fornecimento, com a solicitação do Setor requisitante através da expedição em remessa pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando assim determinado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. As entregas deverão ser realizadas no endereço indicado, no horário de 07hs às 16hs, de segunda à sexta-feira, exceto feriados.

SECRETARIA	LOCAL
Secretaria Municipal de Serviços Públicos	End.: Rua Leci Pereira de Souza, Nº. 8, Balneário das Conchas – CEP: 28.948-892



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

2437
218

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 121
Rub. 121

5.4. Não serão aceitas embalagens violadas, danificadas ou que apresentem dúvidas quanto à qualidade e procedência do produto.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.7. A fornecedora será responsável pela entrega e /ou recolhimento do material, incluindo custo com frete.

5.8. Caso o(s) produtos(s) não corresponda(m) ao exigido, o fornecedor deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 14.133/2021.

5.9. Só serão recebidos produtos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

5.10. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

Da Garantia:

Os produtos, objeto desta licitação, deverão fazer-se acompanhar da nota fiscal discriminativa para efetivação de sua entrega, bem como o termo de garantia contra defeito de fabricação. A CONTRATADA se obriga a fornecer garantia contra defeito de fabricação de todo o material entregue e substituir, em até 05(cinco) dias após a notificação, o material que apresentar qualquer defeito, sem ampliar aumento no preço registrado, sob pena de aplicação de sanção.

A contratada deverá comprometer-se a prestar a garantia mínima estabelecidas nas especificações técnicas de cada produto constante deste Estudo Técnico Preliminar, ou, pelo prazo fornecido pelo fabricante.

6. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO

6.1 Os produtos serão estocados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, com condições térmicas e de ventilação que não permitam a deterioração do material, observando-se as regras de empilhamento máximo do produto, e demais informações de guarda do fabricante.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



2437
219
2

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 122
Rub. 13

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

7.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.7. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria do contrato, a respectiva nota fiscal devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.

8.8. O pagamento será realizado dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da entrega da nota fiscal.

8.9. O pagamento será transferido para crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no banco correspondente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor poderá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 De acordo com a pesquisa inicial realizada através do Estudo Técnico Preliminar, a fim de atender ao disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, o orçamento estimado inicial da presente contratação perfaz a montante de R\$ 18.192,00 (dezoito mil e cento e noventa e dois reais), ficando a cargo da Comissão de Captação e Análise de Preços os procedimentos inerentes a estimação do valor da contratação. Contudo, as empresas que disputarão o certame deverão considerar como valor máximo a ser dispendido pelo Município o que estiver indicado oportunamente no Edital e seus anexos.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

2457
221
PMSPA/SEPUB
Proc. nº 2.437/2025
Folha nº 124
Rub. 10

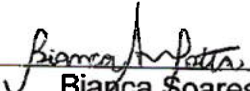
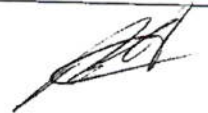
11.1. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de:

Secretaria Municipal de Serviços Públicos:
Programa de Trabalho: 15.541.041.2.125,
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.99.00
Ficha: 616

São Pedro da Aldeia, 3 de abril de 2025.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS		
ELABORADOR	MATRÍCULA	RUBRICA
 Bianca Soares Motta	44.165	
SECRETÁRIA (O)	MATRÍCULA	RUBRICA
 Raimundo Pereira Teixeira	37.874	

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2025
Dados da empresa:

Razão social: Lippel Engenharia e Equipamentos LTDA (Filial)

CNPJ: 23.691.899/0002-12

Endereço completo: Rua Pitangueira 733, bairro Siegel Agrolândia SC CEP 88420-000

Telefones: (47) 9 9990-0743

 E-mail institucional: licitacao@engelippel.com.br

Optante pelo Simples Nacional: () Sim (X) Não

Dados Bancários: Banco Viacredi Alto Vale (085) / Agência 0211 / CC 62109-9

Responsável pela Assinatura do Contrato:

Sr. Lucas Lippel – Titular

RG: 4690836 SSP/SC CPF: 042.126.929-45

Tel. (47) 9 8808-4266

Item	Qtd	Und	Descrição	Marca Modelo	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	01	Und	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	Lippel	R\$ 4.270,00	R\$ 4.270,00
02	01		CORREIA HC 5V S X 900 - Correia de transmissão (Classe 1 linha) Descrição: mínimo correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais	Lippel	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
03	01		ENGATE 500 MM 2300 KGS – Engate Esférico de 50 mm. Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistência, mínimo trava para engate.	Lippel	R\$ 5.450,00	R\$ 5.450,00
04	04		FACA 228X114X15,8 – Faca industrial de corte. Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimo	Lippel	R\$ 820,00	3.280,00

Para mais informações

CNPJ: 23.691.899/0001-31

Ins. Estadual: 257817093. Nova Trento – Santa Catarina - Brasil

Fone: +55 47 3534 4026

Rodovia SC 108, Nº 8227, CEP 88.270-000



			dimensões de 228x114x15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.				2437 223 m
05	16		PARAF SEXT MA DIN 933 CLASSE 10.9 M16x 60MM – Parafuso sextavado com rosca Métrica (Classe 1 linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16x 60 mm, mínimo cab, sextavada para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	Lippel	R\$ 9,00	R\$ 144,00	
06	01		PONTEIRA MENOR – Ponteira menor. Descrição: mínimo ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20 mm e comprimento de 60 mm.	Lippel	R\$ 146,00	R\$ 146,00	
07	02		RETENTOR NITRÍLICA – Retentor de Borracha Nitrílica (Classe 1 linha) Descrição: mínimo retentor de borracha nitrílica com dureza de 70 A, sendo para vedação entre mancal e rolamento.	Lippel	R\$ 200,00	R\$ 400,00	
08	02		ROLAMENTO 1 LINHA – Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1 linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	Lippel	R\$ 215,00	R\$ 430,00	

VALOR TOTAL: R\$ 15.120,00

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados da data do envio da proposta.

O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias.

Agrolândia/SC, 05 de maio de 2025.

Lucas Lippel
RG nº 4690836
CPF nº 042.126.929-45
Titular
Lippel Engenharia e Equipamentos LTDA
CNPJ nº 23.691.899/0002-12

LUCAS
LIPPEL:042
12692945

Assinado de forma
digital por LUCAS
LIPPEL:0421269294
5
Dados: 2025.05.05
12:45:00 -03'00'

Para mais informações

CNPJ: 23.691.899/0001-31 Ins. Estadual: 257817093. Nova Trento – Santa Catarina - Brasil

Fone: +55 47 3534 4026

Rodovia SC 108, Nº 8227, CEP 88.270-000





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

GOVERNO MUNICIPAL
São Pedro da Aldeia
QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS

NOMEAÇÃO DE FISCAL

PMSPA	
Proc Nº	2437
Folia Nº	224
Rub	

Venho por meio deste designar a servidora **VERÔNICA ANTUNES PASSOS**, matrícula 10.446, CPF nº. 022.344.537-12 para exercer a **função de fiscal administrativo**, e o servidor **DOUGLAS DOS SANTOS CARDOZO**, matrícula 38,188, CPF nº. 092.915.197-66, para exercer a **função de fiscal técnico** do Contrato nº. 13/2025 que tem como objeto aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as demandas de galhos da Secretaria, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos

No âmbito das responsabilidades atribuídas aos fiscais, estão abrangidas, sem prejuízo de outras intrínsecas ou dispostas em legislação:

FUNÇÕES COMPARTILHADAS

- Conhecer detalhadamente o termo de referência e contrato e as cláusulas neles estabelecidas;
- A pronta comunicação a autoridade superior, de qualquer irregularidade constatada na execução do instrumento contratual;
- Confecção das atas de reunião que porventura venham a ser realizadas com a empresa.

FUNÇÕES DO FISCAL ADMINISTRATIVO

- Controle da vigência dos prazos contratuais;
- Controle dos empenhos, tais como: solicitação de emissão dos empenhos, cancelamentos dos saldos não utilizados, empenhamento da despesa na troca de exercício, bloqueio orçamentário para serviços contínuos, etc.;
- Emissão / consulta das certidões de regularidade fiscal e trabalhista para liquidação das notas fiscais (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS



- Conferência da relação dos trabalhadores e dos valores gerados no relatório da **GFIP / SEFIP** - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, para confronto do valor na **GRF** – Guia de Recolhimento do FGTS e na **GPS** - Guia da Previdência Social e nos comprovantes de pagamento apresentados pela empresa;
- Conferência da autenticidade das notas fiscais, conferindo se foram indicados os valores das retenções bem como a indicação do número do convênio no corpo da nota;
- Acompanhamento do trâmite do processo de licitação quando do pedido de termos aditivos, e do processo de pagamento para juntada dos documentos formais para sua correta liquidação e pagamento;

FUNÇÕES DO FISCAL TÉCNICO

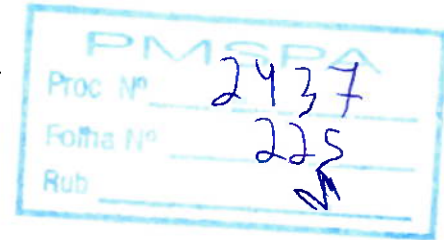
- Verificação do atendimento das obrigações necessárias ao início da execução contratual, tais como: apresentação da garantia da proposta, apresentação da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, apresentação de projetos, etc.;
- Acompanhamento da relação de materiais e maquinários para execução dos serviços, exigindo as documentações que forem cabíveis, tais como: CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos, etc.;
- Solicitação da indicação formal do preposto da empresa;
- Conferência das planilhas de medições, memórias de cálculo, relatórios fotográficos e demais documentos que comprovem a execução do contrato;
- A confecção de livro diário, com registro de todas as ocorrências;
- A confecção de registros e planilhas, de controle entre o contratado e o executado / entregue;
- Acompanhamento do cronograma físico-financeiro, justificando quando da ocorrência de pequenas variações e emitindo Termo de Paralisação quando se fizer necessário;
- Atestação das respectivas notas fiscais ou documentos equivalentes, de que o objeto foi entregue na quantidade, qualidade e tempo contratados;
- Elaboração do atestado de execução.
- Acompanhamento do lançamento da obra no Sistema Integrado de Gestão Fiscal SIGIFIS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS



- A emissão de pronunciamento fundamentado para a solicitação de alterações e prorrogações contratuais;
- Acompanhamento de acordos ou dissídios regionais das categorias em que se empregue mão-de-obra, exemplo: concessão de benefícios, alteração nas regras de uso de EPI – Equipamento de Proteção Individual;
- Emissão do Termo de Aceite Provisório e Definitivo do Contrato.



São Pedro da Aldeia, 09 de Maio de 2025.

Raimundo Pereira Teixeira
Secretário Municipal de Serviços Públicos
Matr. 37874

RAIMUNDO PEREIRA TEIXEIRA

Secretário Municipal de Serviços Públicos

Cientes,

VERÔNICA ANTUNES PASSOS
Fiscal Administrativo do Contrato

DOUGLAS DOS SANTOS CARDOZO
Fiscal Técnico do Contrato

Última atualização 12/05/2025





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

2437
226
7

EXTRATO DE CONTRATO

INSTRUMENTO: Contrato nº 13/2025. **PARTES:** PMSPA e LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA. **OBJETO** Aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. **PRAZO:** O prazo será de 90 (noventa) dias. **VALOR:** R\$ 15.120,00 (quinze mil, cento e vinte reais). **FUNDAMENTAÇÃO DO ATO:** Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 - **Processo:** 2437/2025. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 94, §1º da Lei nº 14.133/2021. **Data:** 09/05/2025.

EXTRATO DE CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTRUMENTO: Contrato de Adesão nº 59/2025. **PARTES:** PMSPA e LUZA SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI ME. **OBJETO:** Fornecimento de camisa de manga curta confeccionada em tecido 100% poliéster, multifilamento, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, referente a Adesão da Ata de Registro de Preços nº 036/2024 decorrente do Pregão Eletrônico nº. 02/2024 do Município de São Pedro da Aldeia/RJ. **PRAZO:** O prazo será de 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$ 10.950,00 (dez mil, novecentos e cinquenta reais). **FUNDAMENTAÇÃO DO ATO:** Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 - **Processo:** 12216/2023 E 4723/2025. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Artigo 94, §1º da Lei nº 14.133/2021. **Data:** 09/05/2025.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2025

Ata de Registro de Preços, decorrente do pregão eletrônico nº 90011/2025, da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, Processo nº 4938/2024, homologado pela Secretária Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, em 27/03/2025.

OBJETO: Registro de preços para seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa especializada para o fornecimento de telefonia fixa comutada (fixo-fixo e fixo-móvel) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, incluindo a disponibilização de meios físicos adequados por entroncamento digital conectando às Centrais Privadas de Comutação Telefônica (CPCT/PABX Private Automatic Branch Exchange) do Contratante em seus respectivos endereços para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia-RJ, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos..

VIGÊNCIA:12/05/2025 a 11/05/2026

Empresa: NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ: 04.674.092/0003-08, com sede à R. Noronha Torrezão, Nº 24, SALA 1315 EDIF. PREMIER OFFICE, Santa Rosa, Niterói/RJ - CEP: 24.240-182, telefone: (21) 3492-8976, representada por EMERSON DOMINGUES DE OLIVEIRA, carteira de identidade nº 448.250 – SSP/MS, CPF nº 489.810.101-10, e-mail: licitacao@netwarebrasil.com.br.

1. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

1.1 Os preços registrados, as especificações, as quantidades e as demais condições propostas são as que se seguem:

[illegible]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS



2437
227
A

NOMEAÇÃO DE FISCAL

Venho por meio deste designar a servidora **VERÔNICA ANTUNES PASSOS**, matrícula 10.446, CPF nº. 022.344.537-12 para exercer a **função de fiscal administrativo**, e o servidor **DOUGLAS DOS SANTOS CARDOZO**, matrícula 38,188, CPF nº. 092.915.197-66, para exercer a **função de fiscal técnico** do Contrato nº. 13/2025 que tem como objeto aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as demandas de galhos da Secretaria, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos

No âmbito das responsabilidades atribuídas aos fiscais, estão abrangidas, sem prejuízo de outras intrínsecas ou dispostas em legislação:

FUNÇÕES COMPARTILHADAS

- Conhecer detalhadamente o termo de referência e contrato e as cláusulas neles estabelecidas;
- A pronta comunicação a autoridade superior, de qualquer irregularidade constatada na execução do instrumento contratual;
- Confecção das atas de reunião que porventura venham a ser realizadas com a empresa.

FUNÇÕES DO FISCAL ADMINISTRATIVO

- Controle da vigência dos prazos contratuais;
- Controle dos empenhos, tais como: solicitação de emissão dos empenhos, cancelamentos dos saldos não utilizados, empenhamento da despesa na troca de exercício, bloqueio orçamentário para serviços contínuos, etc.;
- Emissão / consulta das certidões de regularidade fiscal e trabalhista para liquidação das notas fiscais (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS



- Conferência da relação dos trabalhadores e dos valores gerados no relatório da **GFIP / SEFIP** - Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, para confronto do valor na **GRF** – Guia de Recolhimento do FGTS e na **GPS** - Guia da Previdência Social e nos comprovantes de pagamento apresentados pela empresa;
- Conferência da autenticidade das notas fiscais, conferindo se foram indicados os valores das retenções bem como a indicação do número do convênio no corpo da nota;
- Acompanhamento do trâmite do processo de licitação quando do pedido de termos aditivos, e do processo de pagamento para juntada dos documentos formais para sua correta liquidação e pagamento;

FUNÇÕES DO FISCAL TÉCNICO

- Verificação do atendimento das obrigações necessárias ao início da execução contratual, tais como: apresentação da garantia da proposta, apresentação da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, apresentação de projetos, etc.;
- Acompanhamento da relação de materiais e maquinários para execução dos serviços, exigindo as documentações que forem cabíveis, tais como: CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos, etc.;
- Solicitação da indicação formal do preposto da empresa;
- Conferência das planilhas de medições, memórias de cálculo, relatórios fotográficos e demais documentos que comprovem a execução do contrato;
- A confecção de livro diário, com registro de todas as ocorrências;
- A confecção de registros e planilhas, de controle entre o contratado e o executado / entregue;
- Acompanhamento do cronograma físico-financeiro, justificando quando da ocorrência de pequenas variações e emitindo Termo de Paralisação quando se fizer necessário;
- Atestação das respectivas notas fiscais ou documentos equivalentes, de que o objeto foi entregue na quantidade, qualidade e tempo contratados;
- Elaboração do atestado de execução.
- Acompanhamento do lançamento da obra no Sistema Integrado de Gestão Fiscal SIGIFIS;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS



2437
212
2

- A emissão de pronunciamento fundamentado para a solicitação de alterações e prorrogações contratuais;
- Acompanhamento de acordos ou dissídios regionais das categorias em que se empregue mão-de-obra, exemplo: concessão de benefícios, alteração nas regras de uso de EPI – Equipamento de Proteção Individual;
- Emissão do Termo de Aceite Provisório e Definitivo do Contrato.

São Pedro da Aldeia, 09 de Maio de 2025.

RAIMUNDO PEREIRA TEIXEIRA
Secretário Municipal de Serviços Públicos

Cientes,

VERÔNICA ANTUNES PASSOS
Fiscal Administrativo do Contrato

DOUGLAS DOS SANTOS CARDOZO
Fiscal Técnico do Contrato

2437
229
1



Desestatizações Editar Licitações e Afastamentos Contratos e Convenções HELP-DESK

[Página Inicial](#) / Novo Contrato

PREFEITURA SAO PEDRO DA ALDEIA

Contrato ?

Cancelar

Histórico

Excluir

Resgatar

Salvar

Enviar ao TCE

Ato se encontra na situação de **Em Elaboração** desde **12/05/2025 08:37**. Para cumprimento da Deliberação TCE/RJ n.º 281/17, é necessário preencher todos os campos e enviar

1 - Dados Básicos

Nº Contrato SIGFIS *

446199

Nº Contrato (com ano) *

13/2025

Nº Processo Administrativo *

2437/2025

Tipo de Contrato *

Compras

O ato é regido pela Lei nº 14.133/2021? *

Sim

Fundamentação Legal *

Art. 75, inciso II da Lei nº 14133/2021

Contratado

Trata-se fornecedor internacional sem representante comercial no Brasil? *

Não

CPF / CNPJ *

23.691.899/0001-31

Nome / Razão Social *

LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS LTDA

Objeto *

Aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Tipo de Moeda *

Real

Valor *

15.120,00

Data Assinatura *

09/05/2025

Exame Prévio Ass. Jurídica? *

Sim

Data Início Execução *

09/05/2025

Data Término Execução *

08/08/2025

Data Publicação *

12/05/2025

Veículo de Publicação * ?

Diário Oficial do Município

Url Publicação (opcional) ?

Ato de Origem

Dispensa - 2437,2025

+ Buscar Ato de Origem

Salvar

2437
230
74

Contrato ?

 Cancelar  Histórico  Excluir  Rescisão  Salvar  Enviar ao TCE

Ato se encontra na situação de **Em Elaboração** desde **12/05/2025 08:37**. Para cumprimento da Deliberação TCE/RJ n.º 281/17, é necessário preencher todos os campos e enviar.

2 - Responsáveis

Ações	Nome	Nº do CPF	Tipo de Responsável
	LUCAS LIPPEL	042.126.929-45	Representante da Contratada
	RAIMUNDO PEREIRA TEIXEIRA	720.449.507-15	Representante da Administração Pública
	RAIMUNDO PEREIRA TEIXEIRA	720.449.507-15	Ordenador de Despesas

 Exportar

Mostrando de 1 até 3 de 3 registros.

<< < 1 > >>

 Incluir Responsável

2437
231
24



Contrato

Cancelar Histórico Excluir Rescisão Salvar Enviar ao TCE

Ato se encontra na situação de **Em Elaboração** desde **12/05/2025 08:37** **Para cumprimento da Deliberação TCE/RJ n.º 281/17, é necessário preencher todos os campos e enviar.**

3 - Fiscais

Ações	Nome	Nº do CPF	Início da Gestão	Final da Gestão
	Douglas dos Santos Cardozo	092.915.197-66	09/05/2025	
	Verônica Antunes Passos	022.344.537-12	09/05/2025	

Exportar

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros.

<< < 1 > >>

Incluir Fiscal

2437
232
A

Orgão: PREFEITURA SAO PEDRO DA ALDEIA

Ato Enviado desde 12/05/2025 10:17. A operação de inserção de dados do Ato Jurídico foi registrada sob o Protocolo n.º 452309-6/2025. Operação realizada pelo usuário: 108.370.337-48

Ato:	Contrato
Número do Ato:	13/2025
Processo Administrativo:	2437/2025
Identificador:	446199
Objeto:	Aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Documentos contidos neste Envio

Nome	Tipo de Documento	Ato
Contrato 13-2025 - Processo 2437-2023- LIPPEL ENGENHARIAassinado_12052025083958.pdf	Documento do Ato(PDF)	Principal

12/05/2025 10:16



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO

AV. MARQUES DA CRUZ, 61
CENTRO
SÃO PEDRO DA ALDEIA - RJ
CNPJ: 28.909.604/0001-74

Processo: 2437/25

Data: 12/05/25

Folha: 233

Rúbrica:

NOTA DE DESBLOQUEIO

Desbloqueio Nº: 87/2025

Processo: 2437/2025

Data: 12/05/2025

Classificação Orçamentária

Cód. Reduzido:	616	
Unidade:	140100	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Projeto/ Atividade:	2125	Conservação de Praças, Parques e Jardins
Função:	15	URBANISMO
Sub-Função:	541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL
Programa:	041	OBRAS E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
Elem. de Despesa:	3390309900	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO
Fonte de Recurso:	1500	RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS

Solicitante:

Motivo:

Referente debloqueio para empenhamento.

Saldo Anterior: 50.893,08

Saldo Atual: 66.284,50

Valor Desbloqueado:
15.391,42

Valor Por Extenso:
quinze mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta e dois centavos

DECLARO QUE FOI FEITO O DESBLOQUEIO DA RESERVA DE Nº:

Michele Souza
Execução Orçamentária
Contadora Geral
CPF: 19545



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

AV. MARQUES DA CRUZ, 61
CENTRO
São Pedro da Aldeia - RJ
C.N.P.J.: 28.909.604/0001-74

Processo: 2437/2025

Data: 12/05/2025

Folha: 234

Rubrica:

Nota de Empenho

Processo: 2437/2025	Empenho: 991	Exerc.: 2025	Ficha: 616	TIPO: Ordinário	CRÉDITO: Orçamentário e Suplementar

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA		DADOS COMPLEMENTARES	
Unidade: 140100	SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLIC	Modalidade: 90012/2025	Dispensa de Licitação
Função: 15	URBANISMO	Base Legal: Dispensável, Art.75, Inciso II, Lei 14.133	
Sub-Função: 541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	Contrato: 13/2025	
Programa: 041	OBRAS E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, PARQUE	Convênio:	
Ação: 2125	Conservação de Praças, Parques e Jardins	Cat. de Despesa: 105 - MATERIAL DE CONSUMO	
Elemento: 3.3.90.30.99.00	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	Incorporação: -	
Fonte: 1500	RECURSOS ORDINÁRIOS - IMPOSTOS	Despesa de Pessoal:	
		Categoria da Ordem	
		Cronológica: 05 - PEQUENOS CREDITORES (PC)	

Saldo Anterior Dotação 66.284,50	Valor do Empenho 15.120,00	Saldo Atual Dotação 51.164,50

CREDOR:		
R. Social/Nome: 19293	LIPPEL ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS EIRELI	
C.N.P.J.: 23.691.899/0001-31	R.G.:	Endereço: ROD SC 108
I.M.:	I.E.:	Bairro: CLARAIBA
		Cidade/UF: São Pedro da Aldeia / RJ

TÓRICO / ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA

Referente Termo de Contrato nº 13/2025 - Aquisição de peças para manutenção do equipamento picador e triturador de galhos para atender as necessidades da Secretaria de Serviços Públicos. O Presente Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias a partir da ordem de fornecimento.

Data do Empenho: 12/05/2025

Itens do Empenho:

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtd	Valor Único	Valor Total
1	2201468	CARDAN DRIVE SHAFT - Eixo de transmissão - mínimo eixo de transmissão para potência e acionamento entre rotor e motor. Fabricado com materiais de alta resistência, mínimo comprimento de 300 mm, mínimo duplo flange para fixação, mínimo duplo bico engraxador.	PÇ	1,00	4.270,00000000	4.270,00000000
2	2201465	CORREIA HC 5V 5 X 900 - Correia de Transmissão (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Correia de transmissão em V dupla, acionamento para as polias de transmissão, com mínimo largura de 60 mm e comprimento de 1.200 mm. Projetada para garantir o funcionamento eficiente e durável em sistemas industriais.	PÇ	1,00	1.000,00000000	1.000,00000000
3	2201461	ENGATE 50MM 2300KGS - Engate Esférico de 50 mm Descrição: Engate esférico com bola de 50 mm, projetado para suportar cargas de até 2.300 kg. Ideal para conexões em sistemas de reboque, proporcionando alta resistência e segurança, mínimo bico engraxador, mínimo em aço especial para altas resistências, mínimo trava para engate.	PÇ	1,00	5.450,00000000	5.450,00000000
4	2201463	FACA 228X114X15,8 - Faca Industrial de Corte Descrição: faca industrial com tratamento térmico especial para aumento de durabilidade, mínimo corte de duplo fio, com mínimas dimensões de 228 x 114 x 15,8 mm, mínimo 04 furos para fixação, utilizada em sistemas industriais. Apresenta alta durabilidade e resistência mecânica para suportar condições adversas.	PÇ	4,00	820,00000000	3.280,00000000
5	2201462	PARAFUSO SEXTAVADO DIN 933 CLASSE 10.9 M16 X 60MM - Parafuso Sextavado com Rosca Métrica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Parafuso sextavado com rosca métrica, classe de resistência em aço especial 10.9, com medidas M16 x 60 mm, mínimo cab. sextavado para aperto, sendo mínimo para aperto das facas de corte. Indicado para aplicações que exigem alta resistência.	PÇ	16,00	9,00000000	144,00000000
6	2201464	PONTEIRA MENOR - Ponteira Menor Descrição: mínimo Ponteira em aço, adequado para operação do sistema de corte, com diâmetro mínimo de 20mm e comprimento de 60 mm.	PÇ	1,00	146,00000000	146,00000000
7	2201467	RETENTOR NITRILICA - Retentor de Borracha Nitrilica (Classe 1ª Linha) Descrição: mínimo Retentor de borracha nitrilica com dureza de 70 A, sendo para vedação entre mancal e rolamento.	PÇ	2,00	200,00000000	400,00000000
8	2201466	ROLAMENTO 1ª LINHA - Rolamento de Alta Qualidade (Classe 1ª Linha) Descrição: Rolamento de alta qualidade, utilizado no mancal de suporte para tambor de corte, estilo cônico com medidas mínimas 70x125x26,25 mm.	PÇ	2,00	215,00000000	430,00000000

Michele Souza
Execução Orçamentária
Contadora Geral
Mat. 39545

Keslane Costa Rodrigues
Assessor I
CRC RJ 132888/0-8
Contadora Geral - SEFAZ 40839

Raimundo Pereira Teixeira
Secretaria Municipal de Serviços Públicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

AV. MARQUES DA CRUZ, 61
CENTRO
São Pedro da Aldeia - RJ
C.N.P.J.: 28.909.604/0001-74

Processo: 2437/2025

Data: 10 / 05 / 25

Folha: 235

Rubrica:

Nota de Empenho

Processo: 2437/2025	Empenho: 991	Exerc.: 2025	Ficha: 616	TIPO: Ordinário	CRÉDITO: Orçamentário e Suplementar

Total: R\$15.120,00

VALOR: R\$15.120,00

VALOR POR EXTENSO: quinze mil, cento e vinte reais


Michele Souza
Execução Orçamentária
Contador Geral
Mat. 15


Kessiane Leite Rodrigues
Assessor I
CRC RJ 132888/0-8
Contadora Geral - SEFAZ 40839


Raimundo Pereira Teixeira
Secretaria Municipal de Serviços Públicos

